

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PRISCILLA PEREIRA GONÇALVES

**AS RELAÇÕES DE PODER NO DISCURSO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E O
DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

Belo Horizonte

2019

PRISCILLA PEREIRA GONÇALVES

**AS RELAÇÕES DE PODER NO DISCURSO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E O
DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Informação, Mediações e Cultura

Linha de Pesquisa: Memória Social, patrimônio e produção de conhecimento

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Moura

Belo Horizonte

2019

Gonçalves, Priscilla Pereira.

G635r

As relações de poder no discurso dos dispositivos legais e o desenvolvimento das coleções em bibliotecas públicas [recurso eletrônico] / Priscilla Pereira Gonçalves. . 2019.

1 recurso online (134 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Maria Aparecida Moura

Dissertação (mestrado) . Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 121-130.

Anexos: f. 130-134.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação . Teses. 1. Política cultural . Teses. 2. Bibliotecas . Desenvolvimento da coleção . Teses. 4. Bibliotecas públicas . Teses. I. Título. II. Moura, Maria Aparecida. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

CDU: 025.2:027.4



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"AS RELAÇÕES DE PODER NO DISCURSO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS E O DESENVOLVIMENTO DAS COLEÇÕES EM BIBLIOTECAS PÚBLICAS"

Priscilla Pereira Gonçalves

Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**mestre em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Memória social, patrimônio e produção do conhecimento**".

Dissertação aprovada em: 20 de maio de 2019.

Por:

Prof. Dr. Fabricio José Nascimento da Silveira - ECI/UFMG (Presidente da banca)

Profa. Dra. Ana Amélia Lage Martins - UNIRIO - por videoconferência

Prof. Dr. Rubens Alves da Silva - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI

Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota
Coordenadora

Versão final aprovada em 21/8/19

Profa. Maria Aparecida Moura
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **PRISCILLA PEREIRA GONÇALVES**, matrícula:
2017661478

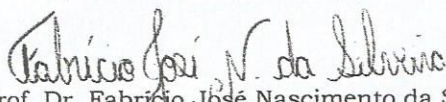
Às 14:00 horas do dia 20 de maio de 2019, reuniu-se na Biblioteca Universitária da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 17/04/2019, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado ***As relações de poder no discurso dos dispositivos legais e o desenvolvimento das coleções em bibliotecas públicas***, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Informação, mediações e cultura, Linha de Pesquisa: Memória social, patrimônio e produção do conhecimento. Pelo afastamento para capacitação da orientadora Profa. Maria Aparecida Moura, a banca foi presidida pelo Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

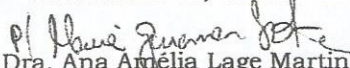
Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira – presidente da banca	APROVADA
Profa. Dra. Ana Amélia Lage Martins – por videoconferência	APROVADA
Prof. Dr. Rubens Alves da Silva	APROVADA

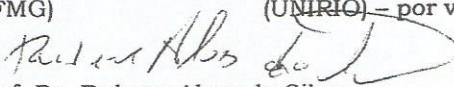
Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

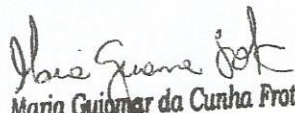
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 20 de maio de 2019.


Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira
Presidente da banca - (ECI/UFMG)


Profa. Dra. Ana Amélia Lage Martins
(UNIRIO) – por videoconferência


Prof. Dr. Rubens Alves da Silva
(ECI/UFMG)


Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.

À minha avó Áurea de Castro (in memoriam), única dentre os vários irmãos que não pode aprender a ler, pois, seu pai a considerava “gente de cor”. À minha filha Vitória (in memoriam), das melhores partes da minha história, e aos leitores da biblioteca do Centro Cultural Jardim Guanabara, parte do cotidiano que compõe meu mundo..

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me fortalecer espiritualmente para as adversidades e por me proporcionar as oportunidades para aprendizado.

Aos meus pais, Maria Glória Pereira Gonçalves e Diram Gonçalves dos Santos, fundamentais em tudo em minha vida, desde os alicerces da minha Educação aos momentos com que me apoiaram no papel de mãe, companheira e profissional.

À Laura e ao Júnior, pela compreensão aos momentos em que optei por leituras, escrita, aulas e todo o tempo dedicado à vida acadêmica.

Aos amigos, por todo apoio, amparo, solidariedade e companheirismo, Mardochèe Ogécime, Amanda Dabés, Diênia Mendonça, Natasha Ramona, Ana Cristina Pereira, Andreza Pereira, Jéssica de Sá, Samuel Ayobami e tantos outros inesquecíveis.

Aos colegas do Centro Cultural Jardim Guanabara, pelo companheirismo, compreensão e alento nos momentos de cansaço, fraqueza e desapontamentos do percurso do aprendizado, especialmente à Marisa Cunha e Cristiene Carvalho.

À minha orientadora Maria Aparecida Moura por todo conhecimento compartilhado, em especial, pela paciência.

Aos servidores da Escola de Ciência da Informação sem os quais, nem mesmo as aulas seriam possíveis.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, por todo investimento de conhecimento, tempo, paciência e, em casos como o meu, fé.

Aos familiares por toda compreensão sobre as escolhas entre festividades e reuniões ou leituras, aulas ou escrita.

La biblioteca puede garantizar libertades y derechos humanos tan básicos como la educación, la información, la libre expresión, la identidad y el trabajo... Puede proporcionar herramientas para la solución de problemas de salud, violencia, adicciones y nutrición... Puede borrar todo tipo de analfabetismos, puede recoger tradición oral, puede difundir conocimientos perdidos y recuperar lenguas en peligro... Puede luchar contra el racismo y la discriminación, puede enseñar la tolerancia y el respeto, puede facilitar la integración en sociedades multiculturales... Puede dar voz a los que son mantenidos en silencio, fuerzas a los caídos, manos a los débiles... Puede demostrar la igualdad de todos los seres humanos, de todos los sexos, edades, credos y razas... Puede difundir la solidaridad y la fraternidad, puede contar la historia de los vencidos, puede expresar las facetas mínimas de una maravillosa diversidad humana, puede perpetuar memorias insignificantes y grandiosas... Puede difundir el acceso abierto, puede liberar información de sus cadenas comerciales... Y también puede enseñar a leer: a leer las leyes que nos protegen y los contratos injustos que intentan explotarnos, y las noticias que nos cuentan qué pasa en nuestro país, y la historia verdadera de las luchas de nuestro pueblo, y las técnicas para solventar nuestras carencias... Y puede enseñar a escribir: a escribir nuestro nombre y nuestros recuerdos, y nuestra historia y nuestra memoria, y nuestras quejas y nuestros reclamos, y nuestros sueños y orgullos... Y puede enseñarnos a sumar, a sumar nuestros recursos y nuestras manos, y nuestros presupuestos y nuestras posesiones... En realidad, una biblioteca puede enseñar lo que desee enseñar, porque posee el arma más potente que existe sobre la Tierra. Ese arma no se carga con pólvora ni escupe fuego y muerte: funciona a base de información, y de ella florecen ideas, comprensión, saber, inteligencia y cultura... (CIVALLERO, 2006)

RESUMO

Esta pesquisa almejou refletir sobre as relações de poder na representação da diversidade cultural e epistêmica nos discursos dos dispositivos legais que embasam as políticas culturais, as quais se referem ao processo de Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas Públicas da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Ela teve por objetivos específicos: levantar quais os documentos que afetaram e afetam o processo de Desenvolvimento de Coleções; apreender os elementos quanto à interdição, colonialidade do poder e colonialidade do saber; identificar as assimetrias no discurso desses dispositivos à diversidade cultural e epistêmica; levantar as tensões de cunho político e sociocultural implícitas no processo de desenvolvimento do acervo das bibliotecas da rede municipal da Fundação Municipal de Cultura. A relevância deste trabalho deve-se à sua contribuição para o entendimento das questões políticas, sociais e culturais que permeiam o processo de Desenvolvimento de coleções em Bibliotecas Públicas. Foram empregadas as teorias que tratam sobre as concepções de Políticas públicas para a Cultura e as Bibliotecas Públicas, bem como sobre o Desenvolvimento das Coleções para compreensão do corpo empírico. Para compor uma perspectiva de olhar foram selecionadas as categorias de análise inerentes a algumas das vertentes dos Estudos Culturais, e sobre as relações de poder e análise dos discursos que embasam seu exercício, conforme a teoria proposta por Michel Foucault. Trata-se, portanto, de análise do discurso de dispositivos legais e outras fontes documentais que afetam o processo de Desenvolvimento de coleções Bibliotecas Públicas Municipais da Fundação Municipal de Cultura.

Palavras-chave: Desenvolvimento de Coleções; Bibliotecas Públicas; Relações de poder; interdição; colonialidade do poder; colonialidade do saber; Fundação Municipal de Cultura.

ABSTRACT

This analysis intended to reflect on the relations of power in the representation of cultural and epistemic diversity in the discourses of the legal documents about cultural policies, which refer to the process of Development of Collections in Public Libraries of the Fundação Municipal de Cultura of Belo Horizonte. It had specific objectives: to identify which documents affected the Collection Development process; to apprehend the elements as to the interdiction, coloniality of power and coloniality of knowledge; identify the asymmetries in the discourse of these devices to the cultural and epistemic diversity; to lift the political and sociocultural tensions implicit in the process of developing the library collections of the municipal network of the Municipal Cultural Foundation. The relevance of this work is due to its contribution to the understanding of the political, social and cultural issues that permeate the process of Development of collections in Public Libraries. Theories dealing with the conceptions of Public Policies for Culture and Public Libraries, as well as on the Development of Collections for the understanding of the empirical body, were used. To compose a perspective of looking, we selected the categories of analysis inherent to some of the aspects of Cultural Studies, and the power relations and analysis of the discourses that base their exercise, according to the theory proposed by Michel Foucault. It is, therefore, an analysis of the discourse of legal provisions and other documentary sources that affect the process of Development of collections Municipal Public Libraries of the Cultural Foundation of Town.

Keywords: Collections Development; Public libraries; Power relations; interdiction; coloniality of power; coloniality of knowledge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Processo de Desenvolvimento de Coleções.....	48
Figura 2. Modelo de Cadeia Documental de Frederick W. Lancaster.....	54

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Quadro dos paradigmas das políticas da cultura na América Latina.....	20
QUADRO 2 - Síntese da análise da legislação.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	-	ANÁLISE DO DISCURSO
BP	-	BIBLIOTECA PÚBLICA
BPs	-	BIBLIOTECAS PÚBLICAS
DC	-	DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES
FMC	-	FUNDAÇÃOMUNICIPAL DE CULTURA
IFLA	-	INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATION
IMACO	-	INSTITUTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO CIENCIAS CONTÁBEIS
ONU	-	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PC	-	PÓS-COLONIALISMO
PMC	-	PLANO MUNICIPAL DE CULTURA
PMLLB	-	PLANO MUNICIPAL DA LEITURA, DO LIVRO, DA LITERATURA E DA BIBLIOTECA
UNESCO	-	UNITED NATIONS OF EDUCATION, SOCIAL AND CULTURAL ORGANIZATION
M/C	-	MODERNIDADE / COLONIALIDADE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 POLÍTICAS CULTURAIS E BIBLIOTECAS PÚBLICAS.....	19
2.1 Concepção de Bibliotecas Públicas.....	35
3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES.....	43
3.1 Os elementos ou etapas do Desenvolvimento de Coleções.....	51
3.2 As Políticas de Desenvolvimento da Coleção.....	56
3.3 Interdição no processo de Desenvolvimento da Coleção.....	57
3.3.1 <i>Censura em bibliotecas e Liberdade intelectual</i>	60
3.3.2 <i>Silenciamento</i>	62
4 RELAÇÕES DE PODER E A ORDEM DO DISCURSO.....	60
4.1 A ordem, o controle e a análise do discurso.....	64
5 A CULTURA, DIVERSIDADE CULTURAL, E COLONIALIDADE.....	69
5.1 Pós-colonialismo e o grupo modernidade / colonialidade.....	72
5.2 Grupo Modernidade/Colonialidade e Diversidade Cultural e Epistêmica.....	74
5.2.1 <i>Colonialidade do poder e do saber</i>	76
5.3. Diversidade cultural e epistêmica e a celeuma Pluralidade cultural <i>versus</i> Multiculturalismo.....	82
6 O PERCURSO DA ANÁLISE.....	87
6.1 Técnicas de coleta e análise dos dados.....	89
7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DISCURSOS.....	91
7.1 Os documentos apontam assimetrias.....	91
8. DESDOBRAMENTOS DO PERCURSO DA ANÁLISE.....	115
REFERÊNCIAS.....	122
ANEXO A - Tabela de leis, decretos e portarias municipais.....	131
ANEXO B- Tabela de projetos que se referem ao Desenvolvimento de Coleções.....	134

1 INTRODUÇÃO

O processo de Desenvolvimento de Coleções (DC) começou a ser pesquisado e difundido na Biblioteconomia brasileira a partir das décadas de 1960 e 1970, embora internacionalmente já houvesse pesquisas a esse respeito. Compreendido como um processo que ocorre de maneira diversificada em cada tipo de biblioteca, o Desenvolvimento de Coleções lida com questões proeminentes à sua fluidez e continuidade, tais como: a necessidade de estudo da comunidade que se pretende alcançar, os objetivos da biblioteca, avaliação da coleção atual, a política que orienta as ações, o planejamento, os atores envolvidos no processo, dentre outras coisas (VERGUEIRO, 1989).

Quanto às Bibliotecas Públicas podemos observar que apresentam uma diversidade em termos de público que as frequentam, se comparadas às bibliotecas escolares, ou universitárias, por exemplo, que podem ser especificadas por um eixo temático ou faixa etária. Para Vergueiro (1989) as Bibliotecas Públicas demandam atenção na etapa de seleção do acervo por não apresentarem um objetivo prioritário como o pedagógico das bibliotecas escolares ou de conteúdo específicos como os das bibliotecas especializadas, e por isso, uma política de seleção faz-se necessária à transparência das escolhas da Biblioteca Pública (BP).

Esta política visa esclarecer e tornar público o modo como o DC se relaciona com os objetivos da instituição, e serve como ferramenta fundamental para subsidiar as escolhas e a argumentação dos bibliotecários no dinamismo da seleção de materiais. A maioria dos especialistas em DC apontam a etapa de seleção como uma ação subjetiva, norteadas por uma política de Desenvolvimento de Coleções.

As Bibliotecas Públicas têm a diversidade como algo inerente à sua natureza e dinamismo. Trata-se de instituição social que “prioriza o fortalecimento do diálogo intercultural” e “o desenvolvimento de habilidades ligadas ao uso da informação e dos suportes de conhecimento preservados em seus acervos” (SILVEIRA, 2014). Fixadas como espaços socioculturais e educativos, as Bibliotecas Públicas visam contribuir para “a formação de cidadãos, promovendo acesso livre e gratuito à informação necessária para se corrigir as desigualdades educativas, econômicas, culturais e organizativas que garantem as possibilidades de desenvolvimento das pessoas”¹ (JARAMILLO, 2008, p.6 – tradução nossa).

Desse modo, a BP é compreendida, “como um espaço de aprendizagem, de acolhida, de encontro, de crescimento pessoal, onde não se estabelecem requisitos nem condições

¹ La formación de los ciudadanos, promoviendo el acceso libre y gratuito a la información necesaria para corregir las desigualdades educativas, económicas, culturales y organizativas que garantizan las posibilidades de desarrollo de las personas (JARAMILLO, p. 6, 2008).

para seu uso”² (JARAMILLO, 2008, p.6, *tradução nossa*). Além disso, suas ações têm o potencial de favorecer a emancipação e a autonomia das pessoas, por meio de seus serviços, programas e atividades. Estes, por prerrogativa de suas funções, respondem às demandas sociais, econômicas e políticas para acesso à informação e educação para que os cidadãos se apropriem dos bens educativos e culturais de uma sociedade (JARAMILLO, 2008).

Nesta perspectiva conceitual de BP, o bibliotecário exerce a função de coordenar programas e serviços que contemplariam as necessidades de informação e conhecimento dos sujeitos. Na literatura sobre seleção de acervo, estas necessidades não são tratadas como algo passível de serem sanadas absoluta e pacificamente, na verdade, o que nos mostra Vergueiro (2010) é que

Uma coleção não é sempre um elemento de pacífica concordância na comunidade. É natural que parte dos usuários deseje que o acervo contemple suas necessidades de informação entendendo que algumas áreas deveriam receber prioridade diferente daquela que lhes está sendo conferida pelos responsáveis pela seleção. (VERGUEIRO, 2010, p. 70)

Nesse sentido, a BP tem a peculiaridade, em relação às demais, quanto à intensa diversidade de público e de objetivos. Isto nos leva a pressupor que as tensões em torno de suas coleções são intensificadas na mesma medida. O Desenvolvimento de Coleções é um processo cercado de tensões e assimetrias das relações que o exercício do poder lhe impõe.

O exercício do poder é entendido como conjunto de ações sobre ações que incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia, limita, torna mais ou menos provável, coage, ou impede absolutamente, e serve de estratégia para que o grupo de “alguns” mantenha privilégios em relação aos outros (FOUCAULT, 2009). Este problema é o cerne do nosso questionamento acerca das frestas que as leis têm deixado para que os fundamentos do DC sejam tratados de modo assimétrico.

A pertinência desta problemática no campo da Ciência da Informação pode ser observada pelo trabalho de autores deste campo que lançam luzes sobre a preocupação quanto à participação do sujeito em sua relação com a informação. Este campo abarca tal problemática, à medida que assume uma possibilidade de investigação embasada pela hermenêutica. Isto pode ser observado pela proposta de Thomas Froehlich (1994), quando propõe três processos hermenêuticos que condicionam a concepção e uso de qualquer sistema informacional, a saber:

- 1) uma hermenêutica dos usuários, capazes de interpretar suas necessidades em relação a si próprios, a intermediários e ao sistema,
- 2) uma hermenêutica da coleção que seja capaz de fundamentar os processos de seleção de documentos ou textos e a forma como esses são indexados e catalogados, e

² como un espacio para el aprendizaje, la acogida, las reuniones, el crecimiento personal, donde no existen requisitos ni condiciones para su uso (JARAMILLO, p. 6, 2008).

- 3) uma hermenêutica do sistema intermediário, na qual tem lugar o clássico *matching* a que se refere o paradigma físico (FROEHLICH apud CAPURRO, 2003).

Este trabalho poderia contribuir para uma hermenêutica da coleção, na medida em que observa os dispositivos que tratam dos processos pelos quais a seleção e formação de coleções pode ser direcionada. O processo de DC, suas diretrizes, relações, mecanismos e atores fazem parte dessa segunda possibilidade hermenêutica na concepção de Froehlich (1994). Assim, esta análise pode mostrar alguns pontos em que o Desenvolvimento de Coleções carece de novos olhares e questionamentos expandindo as reflexões sobre as coleções em sua relação com a Ciência da Informação.

Para Figueiredo (1993), desde a década de 80 consolidar uma política de seleção de acervos para Bibliotecas Públicas pode ser um processo complexo, porque é o tipo de biblioteca que implica grandes desafios. Seus objetivos podem ser extremamente amplos, dado seu caráter de finalidades diversas do acesso (educação, cultura, lazer, informação e outros) em relação às bibliotecas especializadas.

Diversos podem ser os fatores que tornam complexa a consolidação de uma política de DC em Bibliotecas Públicas, e em função de tal complexidade, desenvolveram-se no Brasil, duas correntes de pensamento a respeito da seleção de livros: uma que devido ao caráter público e pela manutenção da biblioteca com a verba pública privilegia, o atendimento das demandas do público ao qual deve servir, é a chamada teoria da Demanda; e, outra, que seria a teoria contrária a esta, a teoria do “valor”, a qual sustenta a ideia de que é responsabilidade do bibliotecário selecionar apenas “os melhores livros”, especialmente porque a verba é restrita e requer este fundamento para sua administração.

Entretanto, Figueiredo (1993) aponta que esta filosofia levanta questões como: quais são os melhores livros, servem a quais propósitos e a quem? Em sua concepção, esta teoria confere aos responsáveis pelo DC excessiva arbitrariedade. Refletindo esse questionamento, é que os pesquisadores da área têm recomendado cada vez mais a elaboração das políticas de DC. Esta questão nos levou a pensar sobre as influências do exercício de poder que tal processo pode sofrer no sentido de pensar as assimetrias que o afetam.

Há outros fatores que permeiam e atravessam o processo de DC desde a concepção de suas políticas. Para Evans (2000, p. 544), “todos os tópicos no Desenvolvimento de Coleções são muito complexos, alguns, devido às grandes diferenças sociais e conceituais. De qualquer modo, nenhuma é mais complexa do que a liberdade intelectual e a censura”. O Brasil foi por diversas fases históricas um cenário de censura, embora não haja muitos estudos sobre como isso se deu em bibliotecas. A censura é um meio de manter uma ordem imposta por um grupo que estabeleceu uma matriz de valores, e a partir dessa visão unilateral

de sentidos pode julgar os livros como obras “obscenas”, “Perigosamente radicais”, “subversivos”, ou extremamente crítico aos costumes existentes (VERGUEIRO, 1989).

Há ainda a interferência do mercado editorial, moldado por valores determinantes de uma cultura vigente, baseada em cânones (literários, pedagógicos, filosóficos, linguísticos, estéticos e outros) que indubitavelmente, configuram-se como uma censura prévia à pluralidade de cosmovisões manifestas em sociedades híbridas do século XXI na América Latina.

Outro fator que interfere no processo de DC é quem decide o que deve ser selecionado para permanecer na coleção. Esses profissionais não necessariamente decidem sozinhos quanto ao que deve ser adquirido ou descartado em todos os tipos de bibliotecas. Nas Bibliotecas Públicas, por exemplo, segundo Vergueiro (2010) podem ser instituídas comissões que deliberam quanto a este processo, ou somente quanto à etapa de seleção para aquisição, as quais são indicadas pelos prefeitos ou outras autoridades, devendo obedecer às diretrizes estabelecidas em leis, decretos ou outros dispositivos. Desse modo, a censura pode não ser exercida somente pelo profissional bibliotecário, que não tem o poder de decidir, em todas as etapas do Desenvolvimento de Coleções sobre a seleção das coleções.

Entretanto, essas questões têm alguns pontos comuns que nos chamam a atenção por evidenciar mais nitidamente as tensões do processo de DC que culminam na questão do direito à liberdade intelectual e à participação para representação da visão de mundo e sentidos empregados pelos sujeitos que lidam, demandam, acessam, se apropriam e usam a informação.

Essas tensões estão de certo modo associadas ao direito à liberdade intelectual³ e à diversidade cultural⁴. Bibliotecários (as) estão circundados por tensões como essas, a disputa pela liberdade intelectual e pela diversidade, no processo de DC. No entanto, a literatura da Biblioteconomia brasileira referente a este processo, se apresenta defasada a respeito de novas concepções, processos, aspectos e relações de poder da sociedade brasileira contemporânea. A literatura da área pouco apresenta sobre como tem sido realizado o processo de DC nas Bibliotecas Públicas. No sentido de que faltam pesquisas que revelem

³ Direito à liberdade intelectual, conforme definido pelo Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, trata-se de um direito básico de todo ser humano: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão”. Este direito vem sendo ferrenhamente defendido pela Biblioteconomia em vários países, inclusive nos Estados Unidos” (UNESCO, 2001).

⁴ A diversidade cultural trata-se da “multiplicidade de formas em que se expressam as culturas dos grupos e sociedades. Estas expressões são transmitidas entre os grupos e as sociedades e dentro deles”. A identidade cultural é inerente a esta diversidade, e por isso, é direito de todo grupo étnico-cultural e seus membros a pertencer a uma determinada cultura e ser reconhecido como diferente, conservar sua própria cultura e patrimônio cultural tangível ou intangível e a não ser forçado a pertencer a uma cultura diferente ou a ser assimilado, involuntariamente, por ela (UNESCO, 2001).

como se elaboram as políticas de DC, as etapas do processo, e qual o papel dos (as) bibliotecários (as) no processo na contemporaneidade. É este fato que nos incitou ao questionamento sobre as políticas que embasam este processo no século XXI no Brasil.

A circunstância de disputa por poder é marcada por construção contínua e cambiante da identidade seja individual ou coletiva que pode servir como demarcação política, porque se processa com base na diferença (HALL, 2006). Diversas formações discursivas estão em disputa por representação em diversos espaços. As políticas culturais também se configuram como um campo de disputas. É neste ponto que buscamos apreender as questões que tratam da diversidade cultural e epistêmica nas relações de poder, apresentadas nos discursos das políticas culturais que afetam o processo de DC em Bibliotecas Públicas.

Frente à diversidade de questionamentos do sujeito quanto à organização da sociedade e da normatização que regem seu funcionamento, seria importante compreender em que medida o discurso permite que o sujeito participe ou tenha suas demandas contempladas no processo de desenvolvimento da coleção a qual tem o direito e a liberdade de acessar.

Devido à escassez da literatura a esse respeito, antes mesmo de pensar um diagnóstico da situação da ação voltada para o processo de DC em Bibliotecas Públicas, seria preciso compreender quais são as diretrizes legais que poderiam nortear e embasar a consolidação de políticas de DC, que estivesse em conformidade com a necessidade de informação dos sujeitos na contemporaneidade.

Assim, o que nos propusemos a responder nesta pesquisa mostra-se diretamente vinculado à seguinte questão: **quais relações de poder incidem na representação da diversidade cultural e epistêmica em políticas culturais veiculadas em dispositivos legais que afetam o processo de DC das Bibliotecas Públicas da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.**

E foram objetivos específicos desta pesquisa: levantar quais os documentos (leis, decretos, normativas, documentos técnicos e portarias) que mencionam alguma etapa do processo de DC; apreender a dinâmica proposta nesses documentos; identificar no discurso disseminados através desses documentos as proposições quanto às representações da diversidade cultural e epistêmica; levantar as tensões acerca da interdição, da colonialidade do poder e da colonialidade do saber; e, analisar seus discursos, a fim de apreender quais assimetrias podem ser observadas.

A primeira seção – **Políticas culturais e Bibliotecas Públicas** - tratou de uma revisão de literatura acerca das concepções sobre as políticas culturais no Brasil, da BP de modo geral e especificamente no Brasil. Inicialmente, apresentamos concepções de políticas culturais, abordamos sua concepção e emergência no Brasil. E, finalmente, apresentamos alguns conceitos atribuídos às Bibliotecas Públicas.

A seção seguinte – **O Desenvolvimento de Coleções** - tratou da teoria em torno do processo, passando pelos elementos que o consubstanciam bem como suas etapas, e prerrogativas para elaboração de suas políticas. Abordamos ainda a questão da censura e do silenciamento em detrimento da liberdade intelectual.

Na quarta seção – **Relações de Poder e Análise do Discurso** - apresentamos a teoria sobre as relações de poder bem como os fatores intervenientes na Ordem do discurso que poderiam servir como categoria de análise, a interdição. Finalmente, apresentamos a proposta de análise de Michel Foucault apurando a percepção dessas relações no discurso.

A quinta seção – **Cultura, Diversidade Cultural e Colonialidade** - tratou de uma revisão teórica em torno da concepção de Cultura, da diversidade cultural e epistêmica, passando pelos conflitos de interesses que resultam das categorias de análise: colonialidade de poder e de saber.

Apresentamos na sexta seção – **O Percorso da análise** - a metodologia que embasou a seleção e a categorização dos dispositivos legais, bem como as análises.

Na sétima seção – **O Discurso aponta assimetrias** - discorremos acerca das análises apresentadas em: título, trechos para análise, análises e encaminhamentos.

E, finalmente, na oitava seção – **Desdobramentos do Percorso da Análise** - foram apontadas observações e considerações que levantaram novos questionamentos, bem como foram apresentadas algumas proposições quanto às políticas de Desenvolvimento das Coleções de Bibliotecas Públicas da rede de bibliotecas municipais vinculadas à Secretaria de Cultura do Município de Belo Horizonte.

2 POLÍTICAS CULTURAIS E BIBLIOTECAS PÚBLICAS

*“Won't you help to sing / These songs of freedom?
'Cause all I ever have / Redemption songs
Redemption songs / Redemption songs”
(Redemption songs / Bob Marley)*

No artigo intitulado “o que são políticas culturais?: uma revisão crítica das modalidades de atuação do Estado no campo da cultura”, seus autores Luciana Lima, Pablo Ortellado e Valmir de Souza (2013) perceberam formas de concepção de políticas culturais, baseadas em pelo menos duas possibilidades de classificação que passam pelas ideologias do Estado que as formula, ou pelas peculiaridades dos objetivos das políticas.

Nesta abordagem, os autores tomam como concepção das políticas culturais a ação sistemática do Estado no campo da cultura. Isto amplia o leque de concepção das políticas culturais sem limitá-las às ideologias que moviam e ainda movem o Estado, ou aos objetivos de produção e difusão cultural. Estes, deveriam, em tese, servir como a base para elaboração das políticas culturais. Mata-Machado (2011) baseia-se na Constituição Brasileira de 1988, nas Declarações, Convenções e Conferências da UNESCO para sugerir que os direitos culturais são compostos por:

direito à identidade e à diversidade cultural (ou direito à memória ou, ainda, direito à proteção do patrimônio cultural); direito à participação na vida cultural (que inclui os direitos à livre criação, ao livre acesso, à livre difusão e à livre participação nas decisões de política cultural); direito autoral; e direito/dever de cooperação cultural internacional (ou direito ao intercâmbio cultural)(MATA-MACHADO, 2011, p. 106).

Cabe ressaltar que o papel do Estado no âmbito da cultura é formular as políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, como também políticas de cultura, que possam prover meios de produzi-la (MATA-MACHADO, 2011).

Para García Canclini (1987) o trabalho cultural é necessário para que possamos lidar democraticamente com as contradições do chamado “desenvolvimento”, como recurso de expressão da participação crítica de diversos setores e de renovação do consenso no campo cultural. Este deveria ser tratado junto ao campo econômico e político na América Latina. Por esse motivo, não bastaria uma “política cultural concebida como administração rotineira do patrimônio histórico ou como ordenamento burocrático do aparato estatal dedicado à arte e à educação” ou ainda como “cronologia das ações de cada governo” (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 26).

Assim, García Canclini (1987) recomendou que entendêssemos políticas culturais como o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, sociedade civil e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 26). O autor salientou que esta forma de

caracterizar o escopo das políticas culturais precisaria abarcar o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade, ampliando o leque de representação de perspectivas e cosmovisões nessas políticas.

García Canclini (1987) elaborou uma análise dos paradigmas políticos para a cultura na América Latina, que poderá ser observada na Quadro 1.

Quadro 1 - Quadro dos paradigmas das políticas da cultura na América Latina

Políticas Culturais: paradigmas, agentes e modos de organização			
Paradigmas	Principais Agentes	Modos de Organização da relação política-cultura	Concepções e objetivos do desenvolvimento cultural
Mercenário liberal	Fundações industriais e empresas privadas	Apoio à criação e distribuição da alta cultura	Difusão do patrimônio e seu desenvolvimento através da livre criatividade individual
Tradicionalismo patrimonialista	Estados, partidos e instituições culturais tradicionais	Uso do patrimônio tradicional como espaço não conflitivo para a identificação de todas as classes	Preservação do patrimônio folclórico como núcleo da identidade nacional
Estatismo populista	Estados e partidos	Distribuição dos bens culturais de elite e reivindicação da cultura popular sob o controle do Estado	Assegurar as tendências da cultura nacional-popular que contribuem para a reprodução equilibrada do sistema
Privatização Neoconservadora	Empresas privadas nacionais	Transferência ao mercado simbólico privado de ações públicas em cultura	Reorganizar a cultura sob as leis do mercado privado e buscar o consenso através da participação individual no consumo
Democratização cultural	Estados e instituições culturais	Difusão e popularização da alta cultura	Acesso igualitário de todos indivíduos e grupos e fruição dos bens culturais
Democracia Participativa	Partidos progressistas e movimentos populares independentes	Promoção da participação popular e a organização autogerida das atividades culturais e políticas	Desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos em relação às suas próprias necessidades

Fonte: (GARCÍA CANCLINNI, 1987)

Esta análise não representa necessariamente uma relação cronológica da mudança de paradigmas, no entanto, o autor resume o impasse que os Estados na América Latina enfrentaram, e ainda enfrentam, na definição de suas políticas culturais.

A partir da segunda metade do século XX a literatura sobre políticas culturais apresenta duas concepções opostas sobre essas políticas: o paradigma da democracia representativa ou da democratização cultural e o paradigma da democracia participativa (GARCÍA CANCLINNI, 1987). O primeiro paradigma consistiria na distribuição e popularização da “alta cultura”, garantindo o acesso igualitário dos diferentes indivíduos e grupos aos bens culturais, conforme se pode verificar no quadro acima.

No entanto, este primeiro paradigma, conforme García Canclini (1987), expressa uma concepção elitista do patrimônio simbólico que é a imposição paternalista do consumo cultural. Surge, como reação a esta crítica, o paradigma da democracia participativa, cujo intuito seria de promover o desenvolvimento de todas as culturas: “Como não há uma só cultura legítima, a política cultural não deve dedicar-se a difundir só a hegemônica, mas a promover o desenvolvimento de todas as que sejam representativas dos grupos que compõem uma sociedade” (GARCÍA CANCLINI, 1987, p. 50).

Quanto a esses paradigmas, se considerarmos os direitos culturais elencados por Mata-Machado (2011), podemos observar que as políticas de identidade e patrimônio surgiram antes das políticas de produção e difusão cultural, que provêm dos esforços de consolidação dos estados modernos, por meio da construção da identidade nacional e da preservação do seu patrimônio cultural.

Assim, as políticas de identidade e patrimônio constituíram-se como uma estratégia própria da construção dos Estados modernos. O que não significa que elas foram interrompidas após a consolidação dos estados nacionais, pois, tais políticas foram ressignificadas e permaneceram no rol da atuação do Estado no campo da cultura. O foco inicial das políticas de patrimônio pode ter sido a criação dos órgãos de preservação de bens materiais e artísticos nacionais, bem como a construção de monumentos cívicos e lugares de memória. No entanto, posteriormente, essas políticas passaram a valorizar a identidade de diversos segmentos sociais, incluindo saberes diversos e as múltiplas identidades étnicas e culturais (LIMA; ORTELLADO; SOUZA, 2013).

A pluralidade cultural na América Latina está refletida em tensões de tendências particulares nas quais se deve distinguir entre as políticas sobre a diversidade promovidas pelos Estados nacionais e as que são resultantes das demandas dos movimentos sociais. Tais tensões foram explicadas sumariamente por Eduardo Nivón (2011):

- A oposição entre um movimento humanista das elites promotora da ideologia da mestiçagem e da integração e os movimentos indígenas promotores do pluralismo cultural.
- A tensão entre os modelos eurocêtricos de desenvolvimento e modernização diante da reafirmação da soberania e da identidade nacional.
- A oposição entre o uniformismo social e legal baseado na cidadania individual e a criação de modelos estatais que abrigassem os povos e as comunidades indígenas.
- A oposição entre o livre-comércio e a proteção dos bens culturais como fator de identidade e de criatividade (NIVÓN, 2011, p. 52)

Estas constituem tensões que o autor identifica como latentes às políticas culturais em torno da diversidade ou pluralismo cultural, as quais serviram como ponto histórico que auxilia a construção do olhar na observação das relações de poder levantadas nos dispositivos legais

analisados neste trabalho.

Assim, percebemos que ainda não há um consenso acerca do conceito de políticas culturais, senão quanto aos seus paradigmas políticos e objetivos. Optamos por permanecer sob a luz da concepção proposta por García Canclini (2006), para avançarmos no entendimento sobre os principais marcos acerca das políticas culturais que influenciaram o processo de DC nas Bibliotecas Públicas no Brasil. Para o autor

Estudos recentes tendem a incluir nesse conceito o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, atender às necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esse modo de caracterizar o escopo das políticas culturais precisa ser ampliado levando-se em conta o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais atuais (GARCÍA CANCLINI, 2006, p.78).

Sob este espectro, não podemos falar de consolidação de políticas culturais até a década de 1930, pois, no Brasil desde o tempo colonial, as políticas se caracterizam pelo obscurantismo da monarquia portuguesa, e sua recusa em aceitar as culturas indígena e africana, e, por outro lado, pelo bloqueio imposto pela cultura ocidental.

Em uma contextualização histórica sobre a ausência de políticas culturais anteriores à década de 1930, observa-se que após a invasão do território brasileiro pelos colonizadores portugueses, que data simbolicamente de 1500, a história registrou a instalação do Governo-Geral em Salvador, em 1549. Esta instalação aliada à uma política de concessão de terras por Capitânicas Hereditárias, levou os portugueses a estabelecer uma forma de controle sobre a colônia brasileira, que fosse coerente aos propósitos e meios da Coroa Portuguesa. Assim, as companhias de jesuítas foram enviadas ao Brasil, bem como outras ordens religiosas como Beneditinos e Franciscanos. Seu principal propósito era catequizar os povos que aqui habitavam, aculturando-os.

Essas ordens religiosas eram então responsáveis por afirmar a dominação do Império português sobre o Brasil no plano simbólico, cultural e educacional. Era preciso catequizar colonos e demais povos que aqui habitavam. Foram instalados colégios das ordens religiosas no Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Maranhão, Salvador, Olinda e Recife. Junto a estes colégios foram instaladas bibliotecas. Algumas dessas bibliotecas continham acervos cujo nível de instrução se assemelhava aos de cursos de Filosofia das universidades de Évora e Coimbra (ABREU, 2000).

Além das bibliotecas dos colégios jesuítas, não podem ser negligenciadas as bibliotecas privadas que pertenciam a alguns colonos que aqui viviam. Márcia Abreu (2000) afirma que no século XVI, quanto à posse de livros, merece destaque a colônia francesa “França Antártida”, estabelecida na baía de Guanabara onde foram encontrados “um missal

de livros calvinistas” (VILLALTA, 2000, p. 186). Não existem registros que permitam a quantificação, mas há relatos de que alguns poucos colonos tinham pequenos acervos particulares no século XVI, à exceção de Rafael Olivi, italiano que se estabeleceu em Ilhéus, dono de 27 volumes.

Já no século XVII, sabemos pelos estudos de Alcântara Machado, que se debruçou sobre cerca de 450 inventários, feitos em São Paulo, entre 1578 a 1700, que foram encontrados 15 deles, que mencionaram a posse de livros. Estes 15 inventários somavam um total de 55 títulos, em sua maioria de cunho religioso, e outros poucos de literatura profana: “Crônica do Grão Capitão” de Gonçalo de Córdova, e “Novelas” de Miguel de Cervantes.

No entanto, o inventário feito em 1694 sobre os livros da biblioteca do colégio da Bahia constava que ela possuía 3.000 volumes. Assim, podemos inferir que a concepção de livros e bibliotecas nos séculos XVI e XVII no Brasil colonial, estava voltada para os propósitos religiosos e instrucionais. É o que nos explica Márcia Abreu

As informações referentes às bibliotecas nos séculos XVI e XVII sugerem que os livros então em circulação eram principalmente literários ou de cunho religioso e que os maiores acervos bibliográficos atendiam à rotina de atividades dos colégios jesuíticos. Os livros, portanto, constituíam fontes de conhecimento e de acesso sagrado. (VILLALTA, 2000, p. 187)

A partir do início do século XVIII, o cenário de posse dos livros no Brasil, ilustrado pelos inventários, principalmente em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, indicam uma mudança seja na abertura para a posse de livros da literatura profana, sejam os de conteúdo religioso. Isto se deve, provavelmente ao processo de urbanização, conseqüente crescimento no setor de serviços e educação. Além disso, o Rio de Janeiro passou a ser Capital do Vice-Reino do Brasil em 1763, intensificando a atividade cultural na cidade e aumentando a quantidade de unidades voltadas a formação superior.

Em Minas Gerais, se destacaram as cidades de Diamantina e Mariana, quanto à posse de livros no Século XVIII. A autora Márcia Abreu citou o trabalho de Júnia Furtado, que analisou 911 inventários de Mariana, dos quais 76 mencionaram livros, e o perfil daqueles que os possuíam. A autora Márcia Abreu explicou que

Dentre os inventariados (911), os proprietários de biblioteca eram 76 (8,34%). [...] 71 eram brancos e livres, 1 era mulato e livre, 1 era negro e forro, e dos 3 restantes não tinham cor e condição especificadas. As mulheres somavam 9 (11, 84%), enquanto os homens chegavam a 77(89,15%). Os clérigos formavam a categoria, em termos numéricos, mais expressiva dentre os proprietários de livros. De um total de 37 clérigos inventariados, 22 possuíam livros, o que corresponde a 59, 45% do número de padres, 29, 94% do conjunto de inventariados no período considerado. Logo em seguida vinham os proprietários de bens de raiz sem ofício ou patentes, depois, os detentores de patentes militares, [...]. Nas, terceira e quarta colocações, estavam os boticários e os inventariados que não tinham nem bens de raiz, nem patentes, nem ofícios, [...]. Depois encontravam-se os advogados, os cirurgiões, os mercadores e os licenciados (ABREU, 2000, p. 193)

Esta descrição traz uma argumentação muito clara acerca do predomínio de um perfil

elitizado de proprietários de livros e bibliotecas em Mariana no século XVIII.

Livros e impressos prestavam-se ao uso voltado para o sagrado, ou para o deleite pessoal da literatura profana, e ainda para a instrução, embora se percebessem aumento no registro de obras de literatura no Brasil colonial, a exemplo de “As aventuras de Telêmaco” de Fénelon, “Paraíso Perdido” de Milton, “Lusíadas” de Camões, “Viagens de Gulliver” de Swift, “Robinson Crusoé” de Daniel Defoe, além de obras de William Shakespeare e Homero.

Os modos de ler dos séculos XVI, XVII e XVIII variaram entre leitura intensiva e extensiva, oral e silenciosa, privada ou pública. A cultura de Portugal setecentista adotou a leitura oral, pública e privada. Em Coimbra, os estudantes brasileiros liam livros oralmente nas universidades ou pelas ruas, o que muitas vezes os levava a uma imersão na vida boêmia literária. Isto os incitava às disputas ideológicas com os dogmas da Igreja. No Brasil, havia a prática da leitura privada e silenciosa em bibliotecas de colégios, conventos ou residências e, também a prática da leitura oral, nos lares, nas igrejas, sociedades literárias e salas de aula. As bibliotecas de escolas perpetuavam o modo da leitura silenciosa e privada, por muitos séculos, estigmatizando-a em bibliotecas escolares e universitárias no Brasil.

A partir da fuga da Coroa Portuguesa e sua família de Portugal para o Brasil, devido às invasões de Napoleão Bonaparte, o cenário de livros e bibliotecas começa a se transformar. Junto com a coroa portuguesa, chegava ao Brasil a Biblioteca Nacional, trazida em 1808 quando Dom João VI que foi realmente aberta ao público em 1824.

Vale ressaltar que apesar da biblioteca ter sido aberta ao público, a colonização no Brasil foi marcada pela presença das escolas jesuítas, não houve políticas ou investimentos em acesso à educação e cultura para negros e índios que constituíam a imensa maioria da população da época. Não havia bibliotecas especializadas ou escolares cujo acesso fosse livre para toda a população. As bibliotecas de então eram propriedade dos aristocratas ricos que enviavam seus filhos para concluir os estudos na Europa. E estes, quando retornavam, traziam grandes “fortunas literárias” de lá, mesmo os livros censurados por Napoleão Bonaparte, acabavam chegando ao Brasil, para as elites apenas.

Neste sentido, enquanto em outros países a criação de bibliotecas partia de iniciativas dos governantes ou de demandas populares como na França, no Brasil, elas eram patrocinadas ou reivindicadas por cidadãos mais abastados. Um exemplo disso, é Pedro Gomes Ferrão de Castello Branco, senhor de engenho, que encaminhou ao Conde dos Arcos, governador da Capitania da Bahia, um projeto solicitando a aprovação do plano para a fundação da biblioteca local. O plano foi aprovado em 30 de abril e a biblioteca foi inaugurada no Colégio dos Jesuítas em Salvador (BA) no dia 04 de agosto de 1811 (SUAIDEN, 2000). Ela foi a primeira biblioteca realmente pública do Brasil.

Conforme Emir Suaiden (2000), quinze anos após a implantação desta biblioteca, foi criado em São Paulo o primeiro Centro de Informação voltado ao adiantamento cultural da população. Este Centro constituiu-se mais tarde na atual Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, um marco importante para as políticas culturais brasileiras e Bibliotecas Públicas. Nesta época as BPs eram chamadas de “bibliotecas populares” embora fossem de acesso público, de modo geral, e cuja iniciativa partia da filantropia dos senhores de Engenhos e outros ricos que se interessavam por financiar o “adiantamento” cultural do Brasil.

A segunda biblioteca considerada pública foi criada em 1829, no estado do Maranhão. Daí por diante, a partir de 1848 foram fundadas outras bibliotecas: 1848 (Sergipe), 1852 (Pernambuco), 1855 (Santa Catarina e Espírito Santo), 1857 (Paraíba e Paraná), 1865 (Alagoas), 1867 (Ceará), 1870 (Amazonas), 1871 (Rio Grande do Sul e Pará), 1873 (Rio de Janeiro), 1883 (Piauí), 1912 (Mato Grosso), 1926 (São Paulo), 1945 (Amapá), 1948 (Acre), 1954 (Minas Gerais), 1963 (Rio Grande do Norte), 1967 (Goiás), 1969 (Rondônia)(SUAIDEN, 1995).

Apesar da fundação de bibliotecas e da presença dos colégios jesuítas no Brasil no início da colonização, estima-se que 75% (setenta e cinco por cento) da população brasileira era analfabeta, evidenciando que o acesso à informação e conhecimento era restrito pela pouquíssima quantidade de bibliotecas e livros, mas, também pela imensa maioria de analfabetos na população. Ou seja, havia poucas bibliotecas e livros como poucos havia os que pudessem usufruir-lhes.

Sônia Gomes (1993) observa que após a chamada “Independência” de 1822, o Brasil passou a receber imigrantes europeus para abastecer o mercado que crescia, especialmente na produção do café e do açúcar, contribuindo para o crescimento urbano e o advento da indústria no Brasil. Esta, se constituía com mão de obra ao menos alfabetizada e escolarizada em relação à população nativa, que não recebeu investimento e política para formação e qualificação. Isto impulsionou a substituição da mão de obra dos povos aliciados por força e trazidos da África ao Brasil bem como de seus descendentes, que aqui nasciam, pela mão de obra estrangeira (europeus imigrantes).

A instrução constituía-se ainda como um grande problema para a sociedade brasileira. Por outro lado, oitenta e três bibliotecas populares, atendendo a públicos distintos, foram criadas por grupos como sindicatos, associações profissionais e religiosas com o objetivo de “promover o desenvolvimento intelectual e o progresso moral de seus componentes” (GOMES, 1983, p.76).

A estrutura social brasileira consolidada sobre a desigualdade econômica e de acesso à instrução perpetua-se de certo modo até os dias de hoje, com poucas exceções de progressos quanto ao acesso à educação. Com o advento da República no Brasil, com vistas

a alfabetizar a sociedade para exercício do voto, à revelia de intelectuais como Rui Barbosa que idealizaram o acesso de todos à Educação pela reforma educacional, o país estava envolto em concepções liberais de diversas abordagens, como: evolucionismo social, positivismo e todas as formas de liberalismo político (SAVIANI, 2013).

Decorre daí as contradições da República Velha cuja exigência para cidadania seria o voto, e este era restrito aos homens acima de 21 anos, alfabetizados apenas, enquanto a maioria da população, inclusive, era residente em zonas rurais, permaneceu por muito tempo à mercê de proprietários de terras. Com a proclamação do regime republicano, a Igreja Católica deixou de ser agregada ao Estado. Na Constituição de 1890, o poder público se tornava laico e as instituições públicas e católicas foram separadas.

A ascensão do governo autoritário de Getúlio Vargas, no entanto, enseja um novo regime que representa muito mais um compromisso entre estes novos atores e as velhas elites agrárias, no qual inovação e conservação lutam sem embates radicais. Industrialização; urbanização; modernismo cultural e construção do estado nacional centralizado, política e administrativamente, são algumas das características do Brasil naquele momento. Este contexto de mudanças na sociedade é o cenário de dois eventos que de certo modo, inauguram as políticas culturais no Brasil. O primeiro deles é a passagem de Mário de Andrade pelo Departamento de Cultura da Prefeitura da cidade de São Paulo entre 1935 e 1938; e o segundo, é a implantação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, estando Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação de 1934 até 1945.

As repercussões desses dois eventos não podem ser esgotadas aqui, mas podemos ressaltar que Mário de Andrade:

- estabeleceu uma intervenção do Estado sistematicamente abrangendo diferentes áreas da cultura; repensou a cultura como algo fundamental ao ser humano;
- propôs uma definição ampla de cultura que extrapolava as belas artes, sem desconsiderá-las, abarcando as culturas populares;
- assumiu o patrimônio não só como material, tangível e possuído pelas elites, mas também como algo imaterial, intangível e pertinente aos diferentes estratos da sociedade;
- patrocinou duas missões etnográficas às regiões amazônica e nordestina para pesquisar suas populações, deslocadas do eixo dinâmico do país e da sua jurisdição administrativa, mas possuidoras de significativos acervos culturais (modos de vida e de produção, valores sociais, histórias, religiões, lendas, mitos, narrativas, literaturas, músicas, danças e outros) (RUBIM, 2007, p. 13-14).

Além disso, criou-se o Departamento de Informação e Propaganda (DIP), uma instituição singular nesta política cultural do Estado getulista, pois, conjugava a face "negativa" (censura e outros meios de repressão) e a "afirmativa" (produção de materiais em diferentes registros), buscando reprimir e cooptar o meio cultural, seus intelectuais, artistas e criadores (RUBIM, 2007).

Entretanto, os responsáveis pela elaboração da identidade nacional e por sua publicização foram os intelectuais. Eles promoveram a tentativa de criar uma “cultura do consenso” em torno dos valores da elite brasileira, e o projeto de uma “cultura nacionalista”. O Estado getulista promoveu a construção institucional de espaços, físicos ou simbólicos, onde os intelectuais e artistas pudessem trabalhar em prol do caráter nacional. Daí decorrem a criação de legislações para o cinema, a radiodifusão, as artes, bem como a constituição de organismos culturais como: a Superintendência de Educação Musical e Artística; Instituto Nacional de Cinema Educativo (1936); Serviço de Radiodifusão Educativa (1936); Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937); Serviço Nacional de Teatro (1937); Instituto Nacional do Livro (1937) e Conselho Nacional de Cultura (1938) (RUBIM, 2007).

A elaboração de uma identidade nacional precisaria romper com a imagem dominante sobre o povo brasileiro de orientação racista e que discriminava o mestiço, grande maioria da população, desqualificando-o como preguiçoso, indolente e incapaz. Assim, os intelectuais que prestavam serviço ao regime vigente precisavam manter uma continuidade “controlada” com o passado ou a tradição. Para isso, eles recorreram ao recém-lançado livro “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, que se convertia em positividade o que era antes negativo, ou seja, a mestiçagem entre o branco, o índio e o negro.

Embora o autor não tenha escrito sua obra com esta finalidade, o governo Vargas se aproveitou da abertura teórica que a “ideologia da mestiçagem” possibilitou, produzindo, com seu respaldo, um discurso contrário à “ineficiência inata” do povo. Inconciliável com o novo momento do país, essa imagem foi substituída por uma apologia do homem brasileiro, apologia que se sustentou na positividade da mistura entre as três origens étnico-raciais.

No governo de Getúlio Vargas, por meio do Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, criou-se o Instituto Nacional do Livro (INL), com as seguintes competências: organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar Bibliotecas Públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país. A concepção de BP, naquele período, era: de guarda da cultura nacional oficial e em segundo plano, a de lugar para educação, lazer e cultura (PAIVA, 2008).

Em sequência a tais investimentos que corroboram a elaboração de uma “cultura nacional”, pode ser observado o interstício político-democrático de 1945 a 1964 no qual as políticas culturais nacionais não refletem as manifestações da cultura brasileira, que com exceção da atuação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), quase que inexistiam.

Houve também a instalação do Ministério da Educação e da Cultura, em 1953; a expansão de universidades públicas; a Campanha de Defesa do Folclore e a criação do

Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Este órgão dedicava-se a estudos, pesquisas e reflexões sobre a realidade brasileira e teve importante papel na produção ideológica do país. Embora não estivesse voltado para a formulação de políticas culturais, ele as influenciou por meio da invenção de um imaginário que conformava o cenário político-cultural e influenciava governantes, criadores e suas obras intelectuais, científicas e artísticas, configurando-se como parte relevante da cultura brasileira daqueles anos (RUBIM, 2007).

Depois da segunda metade do século XX, as Bibliotecas Públicas no Brasil passaram a ser consideradas como centro cultural e de informação, ampliando os suportes informacionais para vídeos, discos, jornais e, posteriormente, as Tecnologias de Informação e Comunicação. Elas recebiam também a perspectiva de lugar de pesquisa.

Surgiu o Movimento de Cultura Popular, desencadeado em 1960 na cidade de Recife e posteriormente, no estado de Pernambuco em 1963, pelos governos municipal e estadual de Miguel Arraes. Decorre desse período o aparecimento de Paulo Freire com seu método pedagógico que conjugava educação e cultura. No entanto, quando o movimento se expandiu para outros estados, e, finalmente fora assumido pelo Governo Federal em 1964, ele foi bloqueado pelo Golpe Militar (RUBIM, 2007).

Após o golpe militar de 1964, conforme Paiva (2008), o Instituto pouco acrescentou para a consolidação de uma política que colocasse as Bibliotecas Públicas em evidência em relação às políticas do livro. A autora assim resume o período:

O primeiro dirigente, um general, desejou utilizar a biblioteca pública como instrumento de integração nacional; a bibliotecária e escritora que dirigiu o INL no segundo período, identificou as bibliotecas públicas como bibliotecas escolares; e o terceiro dirigente, um escritor, implementou um Sistema Nacional de Bibliotecas, de acervo marcadamente literário e brasileiro. Ainda assim, nesse período o INL manteve sua concepção de política do livro como política de bibliotecas. A principal ação do Instituto continuou sendo a promoção da cultura e dos autores brasileiros e a distribuição de obras (PAIVA, 2008, p. 32).

Neste interstício houve a publicação em 1967 do Diagnóstico Preliminar da Cultura, elaborado por intelectuais, que aponta para o fato de que as Bibliotecas Públicas estavam sobrevivendo de doações, eram inadequadamente instaladas e careciam de todos os tipos de recursos. Além disso, houve a unificação da política de bibliotecas do Ministério da Educação, por meio da absorção do SNB pelo INL, visando dar unidade administrativa ao setor de livros e das bibliotecas.

O INL centralizava a seleção dos acervos em comissões compostas por intelectuais do meio literário, sem a efetiva participação de membros da sociedade civil ou de equipes multidisciplinares. Paralelamente, a concepção de cultura a ser difundida pelas políticas culturais da época era baseada na censura de livros, que se opunham ao governo vigente, e tão somente deveria ser difundida a cultura chamada “erudita”. Assim, para Paiva (2008), “o

problema da seleção centralizada e elitizada das obras reforçava a inadequação entre elas e as necessidades das distantes e diversas comunidades dos municípios do País” (PAIVA, 2008, p. 33).

Ainda neste período, foi lançado o Programa Nacional do Livro (PNL), que legitimava a integração da biblioteca, do livro e da educação sob respaldo do INL, que influía diretamente no que seria editado, haja vista a adoção do regime de coedição. Assim, a seleção das obras literárias para publicação era feita por uma Comissão de Leitura, cuja composição contava com escritores que definiam a lista de obras a ser enviadas às Bibliotecas Públicas, mas, é sabido que 40% das obras distribuídas já se constituía de leitura utilitária (PAIVA, 2008).

O período da Ditadura militar, após o golpe de 1964, foi marcado por censura e repressão às expressões culturais, embora tenha apresentado alguns marcos para as políticas culturais. Basicamente, esse período pode ser compreendido em três fases:

- De 1964 até 1968, apesar da repressão e da censura, aconteciam manifestações políticas contra o regime, em especial dos setores médios, e existe todo um movimento cultural, uma espécie de floração tardia dos anos anteriores. A ditadura estimulava a transição da predominância de circuito cultural escolar-universitário para um dominado por uma dinâmica de cultura midiaticizada (Rubim e Rubim, 2007);
- Do final de 1968 a 1974, período marcado pela violência, prisões, tortura, assassinatos e censura, mas também pela emergência da cultura "marginal" à revelia de imposição de uma cultura midiática, reprodutora da ideologia oficial.
- A partir de 1974, o terceiro momento em que culmina no fim da ditadura em início de 1985, caracteriza-se por uma longa transição cheia de altos e baixos, avanços e recuos, controles e descontroles. Institui-se o Plano Nacional de Cultura (1975) e inúmeras instituições culturais são criadas, a saber: Fundação Nacional das Artes (1975), Centro Nacional de Referência Cultural (1975), Conselho Nacional de Cinema (1976), RADIOBRÁS (1976) e Fundação Pró-Memória (1979). A ditadura também se abre às dinâmicas do contexto internacional, através dos encontros realizados pela UNESCO sobre políticas culturais em 1970, 1972, 1973, 1975, 1978 e 1982, que repercutem na América Latina e no Brasil, possibilitando a renovação das políticas culturais nacionais, mesmo nos limites estabelecidos pela persistência da ditadura (RUBIM, 2007).

O marco mais importante para as Bibliotecas Públicas, neste período, provavelmente foi a destinação de recursos específicos para o setor de bibliotecas e a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) em 1976. Cabe ressaltar que as políticas culturais para BPs não contavam com a participação da sociedade civil, à exceção do Conselho

consultivo da Campanha Nacional do Livro, e de um membro da academia Brasileira de Letras demarcando o caráter elitista e excludente das políticas culturais para bibliotecas.

No entanto, a leitura pública no Brasil se deu em iniciativas isoladas, mas eis que se cria em 1969 a Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ), que procura assumir um “pacto” Nacional pela leitura, embora também não estivesse embasada em uma política sociocultural nacional consistente. Este pacto tomava o filantropismo como ação cultural, que promoveria a leitura como comportamento que poderia ser “outorgado” à população no Brasil, de modo nem sempre deliberado.

No Brasil, esses discursos sobre a leitura levaram a um assistencialismo. Perrotti (1990) mostrou que, ao analisar os relatos das ações da FNLIJ publicadas por seu boletim informativo, é possível perceber a recorrência de termos como “amor”, “boa vontade” como virtudes de agentes culturais filantropos, marcando uma fase do que ele chamou de “filantropismo ingênuo em prol da leitura no Brasil”.

Esta forma de filantropismo passou a um processo de mudanças oportunamente engendrado no interesse dos governantes do Estado brasileiro da década de 1970. Este foi um momento em que a gestão de Ney Braga (1974-1978) no Ministério da Educação e Cultura implantou o primeiro plano abrangente que norteia a presença do Estado na área cultural. Ele consolidou “Uma política integrada do livro para um país em processo de desenvolvimento” encomendada pelo governo do general Geisel.

O filantropismo em prol da leitura no Brasil adotou outro discurso que buscava à eficácia administrativa, porém, ele permaneceu embasado na crença de que a leitura poderia e deveria ser outorgada, mediante ações de agentes munidos apenas de “boa vontade”. O filantropismo aliado ao Estado encontrou uma saída para propagação da prática da leitura, que foi o redistributivismo⁵ articulado ou não às práticas e políticas efetivas de educação. Embora o discurso reconheça que os interesses pela leitura se fazem em processo constante que se inicia com a família, recomendava-se que a escola absorvesse papéis que não eram de sua alçada, passando de apenas “ensinar a ler” para “enriquecer o aluno”.

É neste ponto que os discursos sobre a leitura no Brasil, analisados por Edmir Perrotti (1990), contribuem aqui, porque nos mostram que a biblioteca, tal como a escola, passou a ser olhada pelo filantropismo como um instrumento destacado na promoção da leitura. Junto com a escola, a biblioteca formaria uma “dobradinha” capaz de produzir uma verdadeira revolução no campo da leitura infantil e juvenil, independentemente das condições socioculturais. O pacto pela leitura entre filantropismo e Estado acreditava que bastava

⁵ A ideia de redistribuição de bens e riquezas sob a crença de redução do estado de pobreza dos grupos menos favorecidos.

apenas que existissem bibliotecas em número conveniente e que fossem “adequadamente” geridas.

O principal problema da escolarização da BP na década de 1970 é o desvio de rota que causou. Ao voltar-se para o público escolar, as Bibliotecas Públicas deixaram de evoluir em direção ao apoio à educação permanente, a chamada educação ao longo da vida – que deveria justamente promover serviços para os cidadãos comuns de todas as idades, não mais vinculados ao ambiente escolar.

O discurso filantrópico optou, assim, pela disseminação sem discussão de estratégias e procedimentos; e ao invés de refletir sobre as “carências”, o “pacto” acreditava na possibilidade de que estas se resolvessem apenas através de denúncias que apelavam para a boa vontade e bom senso dos governantes. E, enquanto esses problemas ou “carências” não se resolviam, a ideia do pacto era fazer o que se podia para tentar alterar o estatuto da leitura.

Assim, a partir da década de 70, mais especificamente em 1971, as Bibliotecas Públicas receberam renovação e incremento para que junto às escolas pudessem agregar à sua concepção de centro de cultura, aprendizagem e informação, a prerrogativa de instância para promoção da leitura.

Há uma ressalva a se considerar o Governo de Ney Braga se propôs a comprar maciçamente a produção do mercado editorial, confiando no critério do INL sobre o que deveria ou não ser publicado no Brasil. Esta compra seria o eixo de desenvolvimento e distribuição da boa literatura para as Bibliotecas Públicas do Brasil.

O Brasil é um dos maiores portadores de editoras da América Latina. Segundo a Câmara Brasileira do Livro e a Associação Brasileira de Editoras Universitárias, são mais de 521 editoras brasileiras filiadas, sendo que o Brasil possuía um mercado editorial consolidado e até mesmo despertava a atenção de editoras internacionais para o nicho dos livros didáticos, financiados pelo governo (ROSA; ODDONE, 2006).

Em 1973, o INL foi reestruturado por meio do Decreto nº 72.614, de 15 de agosto. Esse foi o período em que o INL mais beneficiou a iniciativa privada, transferindo a sua linha editorial para editoras comerciais estabelecidas. Quanto à criação de Bibliotecas Públicas, o instituto distribuía um exemplar de cada obra pré-selecionada para sua edição a cada BP no Brasil. Desde sua criação até a Década de 1970, o INL se preocupava muito mais com o incentivo ao mercado editorial por meio do redistributivismo, do que com a adequação da quantidade de bibliotecas por habitantes das cidades, ou com o atendimento às necessidades dos leitores.

Entre 1985 e 1989, houve significativamente a promulgação da Lei 7.505 de 1986 (Lei Sarney), a qual incentivou doações ou patrocínios a instituições e eventos culturais e artísticos, utilizada para o incremento das Bibliotecas Públicas. Ela foi concebida em um movimento paradoxal, pois, o governo estava inaugurando o ministério da Cultura e diversos órgãos, tais como: Secretarias de Apoio à Produção Cultural (1986); Fundação Nacional de Artes Cênicas (1987); Fundação do Cinema Brasileiro (1987); Fundação Nacional Pró Leitura, reunindo a Biblioteca Nacional e o Instituto Nacional do Livro (1987) e Fundação Palmares (1988). A política de bibliotecas incorporou algumas novas tendências nos serviços das Bibliotecas Públicas, como informação utilitária e centros de cultura e convivência.

Em 1987, por meio da Lei nº 7.624, o Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional passaram a integrar a Fundação Nacional Pró- Leitura, que em 12 de abril de 1990 foi extinta, sendo suas atribuições transferidas para a Fundação Biblioteca Nacional.

A Lei Sarney foi substituída em 1991 pela Lei nº 8.313 – Lei Rouanet – elaborada pelo diplomata, ensaísta e cientista político Sérgio Paulo Rouanet, secretário de Cultura da Presidência (1991/ 1992) no Governo Fernando Collor. Não caberia espaço para analisar todo o debate em torno da Lei Rouanet, mas, conforme citado anteriormente, ela concentra o poder de decisão do que deverá ser apoiado com recurso público de incentivo fiscal nas mãos do mercado, sem a contrapartida do recurso privado. Além disso, a grande maioria das editoras se concentram nas regiões sul e sudeste, bem como as grandes empresas interessadas em apoiar eventos, produção e difusão cultural no Brasil, monopolizando os investimentos nestas regiões.

Cabe ressaltar que, as leis de incentivo cuja nova lógica de financiamento privilegia o mercado, embora utilizando-se quase sempre do dinheiro público, foi refletida nas políticas dos estados e municípios. Assim, houve também posteriores mudanças da lei Rouanet, que catalisa cada vez mais o recurso público para a tomada de decisão para iniciativa privada. A predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado, sem que haja contrapartida do uso de recursos privados (RUBIM, 2007).

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a política de cultura se concentrou em ampliar a utilização das leis de incentivo pelo mercado. Enquanto no governo Itamar, 72 empresas utilizaram as leis. No governo FHC este número cresceu, por exemplo, para 235 (1995); 614 (1996); 1133 (1997); 1061 (1998) e 1040 (1999), sendo que a queda observada a partir de 1997 em diante decorre do processo de privatização das estatais. Foram reformuladas as leis de incentivo que ampliaram o teto da renúncia fiscal, de 2% para 5% do imposto devido, e, principalmente, os percentuais de isenção. Antes eles ficavam entre 65 e 75%, com exceção da área audiovisual, na qual eram de 100%. Agora este último percentual

era estendido para teatro, música instrumental, museus, bibliotecas e livros de arte (RUBIM, 2007).

Na gestão que sucedeu o governo FHC, cujo ministro da cultura foi Gilberto Gil, adotou-se uma noção "antropológica", que permitiu ao ministério deixar de estar circunscrito à cultura hegemônica e abrir suas fronteiras para as diversas culturas: populares; afro-brasileiras; indígenas; de gênero; de orientações sexuais; das periferias; da mídia audiovisual; das redes da internet e outras. Isto significou não somente o abandono de uma visão unilateral de cultura, como o contraponto ao autoritarismo e, também aquilo que foi chamado de democratização das políticas culturais. Este governo tratou de construir as políticas culturais conjuntamente com a sociedade em diálogos por meio de seminários, câmaras setoriais, e conferências, processo que culminou na Conferência Nacional de Cultura.

Neste governo, a implantação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e do Plano Nacional de Cultura (PNC) assumiu centralidade na construção de políticas culturais. Além disso, outros dois fatores têm grande significado para a instituição do ministério: a ampliação do seu orçamento de 289 milhões de reais em 2002 para 513 milhões em 2005, e a permanência do ministro Gilberto Gil no segundo mandato do presidente Lula.

As políticas também se manifestaram por meio de programas governamentais, como Pró leitura, Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), "Fome do Livro" (uma biblioteca para cada município) difundida pelo então presidente da Fundação Biblioteca Nacional Affonso Romano de Sant'Anna e "Vivaleitura". Em 2003, precisamente em 30 de outubro, foi sancionada a Lei nº 10.753, a "Lei do Livro" proposta pelo senador José Sarney e que instituiu a Política Nacional do Livro. Esta lei trata de questões pontuais relacionadas ao livro, desde a política nacional para a difusão e a leitura, até a editoração, distribuição e comercialização (ROSA; ODDONE, 2006).

Em 2004, a 21 de dezembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei de desoneração fiscal, que isenta "[...] a produção, comercialização e importação de livros do pagamento do PIS/Cofins/Pasep, o que varia entre 3,655 a 9,25%", almejando a redução do preço dos livros e incentivo à sua produção e difusão.

Entretanto, somente em 13 de maio de 2006, o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL) foi apresentado pelos ministros da Cultura e da Educação, no encerramento do FÓRUM – PNLL/Vivaleitura 2006/2008. Este plano pretendia ser uma ação liderada pelo governo federal com intuito de melhorar a realidade da leitura no país, mobilizando para isso esforços do Estado, Mercado e Sociedade Civil. O PNLL propõe que os estados e municípios realizem diagnósticos, e por meio de diálogo entre todos os setores interessados, criem os Planos Estaduais do Livro e da Leitura e os Planos Municipais.

Em âmbito estadual, desde junho de 2016, as Secretarias de Cultura e Educação têm mobilizado o poder público e a sociedade civil para somarem esforços para a elaboração do Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Minas Gerais. No entanto, as práticas da política pública e seu trâmite demandam tempo pela necessidade de aprovar o plano entre os grupos técnicos que as elaboram, submeter ao poder executivo da câmara dos deputados para a então, avaliação e promulgação do plano pelo governo do Estado de Minas Gerais. O Plano Estadual encontra-se em fase de aprovação através de adaptação a ressalvas já apontadas por deputados da câmara, e, portanto, ainda não foi aprovado.

Quanto ao âmbito Municipal, o Plano Nacional de Cultura previa a elaboração de planos Municipais. Em Belo Horizonte, o Plano Municipal da Leitura, do Livro, da Literatura e das Bibliotecas da cidade de Belo Horizonte, Projeto de Lei 412 de 2017, encontra-se em fase de reelaboração para nova submissão à Câmara dos vereadores até a apresentação desta pesquisa.

Cabe salientar que o trâmite de aprovação de leis em Belo Horizonte passa pela participação da Sociedade Civil (Mercado, agentes, cidadãos) e poder público (servidores da administração pública de todas as esferas) através de conferências municipais setoriais (saúde, educação, cultura), para elaboração e levantamento de demandas. Em seguida, cabe aos representantes do poder público encaminhar as demandas aos gestores públicos que por sua vez, ou elaboram o projeto de lei ou plano municipal em reuniões junto aos conselhos municipais e representantes da sociedade civil, ou encaminham demandas ao prefeito. Outras vias, seria a elaboração de projetos de lei feita por vereadores.

Depois de elaborados os projetos de lei dentro dos setores da administração pública eles passam pela aprovação do prefeito ser submetido ao aval dos vereadores na câmara. No caso de leis propostas pelos vereadores, serão submetidos diretamente à câmara de vereadores para o ato do prefeito.

No caso do Plano Municipal de Leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas, ele foi construído ao longo de reuniões entre representantes do poder público, indicados pela alta administração, bem como por representantes da Sociedade civil (Mercado, Mediadores, produtores, leitores e outros). Ele contou com consulta pública por meio de participação interativa na internet e uma conferência municipal.

As Bibliotecas Públicas das quais trataremos em nossa análise são produto de uma política de “democratização cultural” participativa como vimos nas concepções de políticas culturais no início do capítulo “Políticas culturais e Bibliotecas Públicas”. Elas foram idealizadas no processo da instituição da lei orgânica no município de Belo Horizonte, em que se tornava um dever da prefeitura de instalar junto a equipamentos culturais, bibliotecas que fomentaram as atividades culturais em regiões diversas da cidade. A partir da publicação de suas diretrizes em 2012, elas ganharam um caráter de rede.

Em 2019, a rede é composta por: Biblioteca Centro Cultural Alto Vera Cruz, Biblioteca Centro Cultural Jardim Guanabara, Biblioteca Centro Cultural Lagoa do Nado, Biblioteca Centro Cultural Lindeia/Regina, Biblioteca Centro Cultural Padre Eustáquio, Biblioteca Centro Cultural Pampulha, Biblioteca Centro Cultural Salgado Filho, Biblioteca Centro Cultural São Bernardo, Biblioteca Centro Cultural São Geraldo, Biblioteca Centro Cultural Urucuia, Biblioteca Centro Cultural Vila Fátima, Biblioteca Centro Cultural Vila Santa Rita, Biblioteca Centro Cultural Venda Nova, Biblioteca Centro Cultural Vila Marçola, Biblioteca Centro Cultural Zilah Spósito, Biblioteca da Usina de Cultura, Biblioteca Pública Infantil e Juvenil, Biblioteca Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Biblioteca Centro de Cultura Belo Horizonte, Biblioteca Museu de Arte da Pampulha, Biblioteca Museu Histórico Abílio Barreto, e Biblioteca do MIS Cine Santa Tereza.

Em 2019, elas encontram-se vinculadas à Gerência de Coordenação de Bibliotecas e Promoção da Leitura da Fundação Municipal de Cultura, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. E desde suas diretrizes publicadas em 2012, corroboram a concepção da UNESCO para Bibliotecas Públicas. Conforme os dizeres das diretrizes, elas se “constituem como espaços de acesso aos bens culturais e todo o conhecimento encerrado pela letra, bem como a oferta de serviços informacionais e atividades de incentivo à leitura, disponíveis para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, credo, nacionalidade, língua ou estrato social[...]” (BELO HORIZONTE, 2012, *online*).

A esta proposição acrescenta-se que a Fundação Municipal de Cultura (FMC) prioriza a democratização do acesso e promoção da leitura em comunhão com as crenças da UNESCO, conforme as suas Diretrizes, cito “Apesar de ter ciência do déficit quantitativo de bibliotecas em relação ao tamanho da cidade e de sua população, a FMC prioriza a democratização do acesso e promoção da leitura e comunga com o Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas, que proclama a confiança na Biblioteca Pública” (BELO HORIZONTE, 2012, *online*).

Apresentamos a seguir, uma breve revisão sobre uma concepção da BP que se aproxima das perspectivas deste trabalho.

2.1 Concepção de Bibliotecas Públicas

Em busca de um conceito de biblioteca que permitisse a compreensão desta instância para a sociedade contemporânea, percebemos que não deveria se tratar de uma cronologia precisa sobre os conjuntos de valores da sociedade ocidental referentes aos livros e às bibliotecas, e significativas mudanças. Tentamos ressaltar alguns episódios históricos importantes no contexto das bibliotecas, os quais nos foram legados no século XXI.

Milanesi (1983) mostra que a partir do século XIX, com advento da Revolução industrial a “biblioteca/museu” (da Igreja e do Estado), deixa de ser possibilidade singular de coleção pública, e passa a constituir-se como biblioteca/serviço oferecido ao público. Para ele, essa concepção se expande em virtude do crescimento da classe operária, para a qual a nova biblioteca teria uma função educativa, a qual se caracterizava como “um presente filantrópico que se dava aos segmentos populares, os mais necessitados de ilustração” (MILANESI, 1983, p.21-22)

Na Grã-Bretanha, a Lei da Biblioteca Pública foi aprovada e promulgada no ano de 1850, a qual permitia que municípios com mais de 10.000 habitantes pudessem estabelecer um imposto de um centavo por pessoa que seria revertido em investimento para a BP.

Os livros e as bibliotecas recebem uma conotação de sentido associado à instrução, para o aperfeiçoamento e desenvolvimento científico e tecnológico, mas também para entretenimento, a contragosto dos grupos que constituíam os cânones literários da época, pois, os romances de folhetim passaram a circular porque eram vendidos a baixíssimo custo e certamente circulavam nas Bibliotecas Públicas.

Diferentemente do caso inglês, a leitura pública na França nasceu de uma concepção que afirma ao mesmo tempo o direito de todo cidadão do acesso aos livros do patrimônio público, e da crença no dever do Estado de instruir com livros adequados. Após a chamada Revolução Francesa, confiscou-se os bens da Igreja, dos emigrados e dos suspeitos. Em 1803 foram confiados às 150 bibliotecas municipais um acervo de 10 a 15 milhões de volumes manuscritos ou impressos para ser colocados “à disposição da nação” (CHARTIER, A. 1996). Até a Revolução todas as bibliotecas eram propriedades privadas na França, mas surgem as “bibliotecas municipais”, as primeiras a ingressar juridicamente no âmbito público, à espera de espaço e de leitores.

A leitura pública surgiu na França como um termo que designava tanto o domínio de intervenção do Estado (fala-se da leitura pública como da saúde pública) e o Desenvolvimento de Coleções de livros e documentos (Bibliotecas Públicas), como também uma determinada prática da leitura (livre acesso às estantes, acervos amplos, variedade dos meios de comunicação social, atualização rápida). Desse modo, o sentido atribuído às bibliotecas na França é de dispositivo educacional e moralizante do povo como um dever do Estado.

As bibliotecas populares nasceram nos anos 1860, visando “ao povo”, devendo fornecer livros àqueles que não podiam comprá-los, mas precisavam deles para se instruir. Sob o discurso da modernidade de que a necessidade de educar e “moralizar” o povo é tarefa política, o filantropismo ou as associações fundaram as bibliotecas livres diferentes das bibliotecas ligadas às municipalidades. Essas bibliotecas subsidiadas pelo filantropismo de Associações como a Sociedade Franklin e a Liga do Ensino (as mais envolvidas com leitura popular) eram difundidas graças às radicalizações políticas e à vontade de expansão dos

militantes de tais associações. Os militantes da leitura republicana na França reafirmaram a conotação de bibliotecas como lugares de transmissão de conhecimento, e de valores morais sob o aparato do Estado, e a “caridade” do filantropismo.

Até o início do século XX, o cenário das bibliotecas na França tornou-se um campo de batalha. A leitura pública passava a ser um assunto de Biblioteca Pública deixando de lado outros velhos debates como: Conservadores x especialistas em empréstimo; pequenas bibliotecas x grandes bibliotecas; e províncias x Paris. Mais tarde, organizou-se na França uma “operação – vitrina” da Biblioteconomia francesa do Século XX. Tratava-se da Biblioteca Pública de Informação do Centro Georges Pompidou ou simplesmente Biblioteca de Halles sob direção de Jean-Pierre Seguin. Em Paris, a tendência era de desvincular a conservação dos documentos da leitura pública.

Para Anne-Marie Chartier, estudiosa sobre os discursos acerca da leitura pública na França, passou-se a requerer dos bibliotecários franceses nos anos 1950, uma capacidade de seleção e, por outro lado, estava ocorrendo a concorrência de edições baratas. Mas sua tarefa continuava sendo a de orientar o leitor com respeito ao fluxo dos romances.

A partir desses dois contextos, as Bibliotecas Públicas foram instituídas com sentidos diversos: educação, aperfeiçoamento, disseminação de conjuntos de valores morais, entretenimento por meio de romances, e da chamada “alta literatura”.

Cabe ressaltar que as primeiras associações profissionais de bibliotecários nasceram no século XIX, são: *American Library Association*, cuja fundação data de 1876; a do *British Library Association*, cuja fundação data de 1877. A associação de bibliotecários na França foi fundada em 1906. Em 1927, sob o esforço de associações de bibliotecários dentre eles, as acima citadas, reuniram-se para a fundação da *International Federation of Library Associations* (IFLA), cujo propósito era promover a cooperação para o debate internacional acerca de todos os assuntos biblioteconômicos. A IFLA é responsável pela elaboração e difusão de diversas concepções no campo da biblioteconomia, dentre elas a de Bibliotecas Públicas. Tais concepções são legitimadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)⁶ e servem como diretrizes para os países cooperadores e parceiros das causas da dos países cooperados da IFLA.

Enquanto na Europa o processo de institucionalização da biblioteca voltada para a leitura pública teve como força propulsora principalmente, o Estado no caso da Grã Bretanha e a pressão popular, como foi o caso da França (a expropriação dos livros e de outras posses das Instituições religiosas); nos Estados Unidos da América (EUA), conforme Rubens Borba de Moraes, as Bibliotecas eram organizadas pelo povo espontaneamente, com intuito de

⁶ Unesco é a sigla para Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, fundada após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1946, com o intuito de contribuir para a paz e segurança no mundo, através da educação, da ciência, da cultura e das comunicações. Outra agência de cooperação internacional.

instruir-se e ampliar seus horizontes culturais, sob a crença de contribuir para a ascensão social. Obviamente, quando de seu surgimento em 1917, as Bibliotecas Públicas norte-americanas contavam com um contexto econômico propício, dadas as vitórias na Primeira Grande Guerra, industrialização, e o advento de tecnologias. Os bibliotecários norte-americanos se mobilizaram em todo o país para fortalecer sua associação a *American Library Association* (ALA). E esta associação tem forte participação na IFLA.

Ainda sobre as Bibliotecas Públicas nos EUA, tem-se uma menção na literatura específica sobre a emergência de uma função social, formulada e lançada por Butler em 1933. Anos mais tarde, em artigo intitulado "*The library and social structure*". E publicado em 1955, a autora Margaret Egan afirmava a estreiteza entre o desenvolvimento social e do desenvolvimento da BP. A sociedade seria assim, circundada por elementos culturais, como a religião, a arte, sendo a biblioteca útil como agência de base para a organização do conhecimento, a difusão dos produtos culturais e a administração do fluxo desse conhecimento.

No entanto, as concepções da Biblioteca não pararam de ampliar sua significação, pois, a partir do advento das Tecnologias de comunicação e informação (TIC's) após a Segunda Grande Guerra, as bibliotecas receberam outras demandas que tratavam da disseminação e da educação para o uso dessas tecnologias. A partir daí, tem-se no mundo, um momento de informação e comunicação abundantes. A BP passava a agregar um novo sentido, o de lugar de inclusão digital. E devido a crescentes discrepâncias entre os grupos de dominados e dominadores, aumentaram, na mesma proporção, a demanda por uma função social e fomento ao conhecimento, cultura, informação e tecnologia para transformação da sociedade.

Esta transformação se daria por meio do acesso à informação, conhecimento, cultura e tecnologias. Isto pode ser percebido pelo documento da IFLA aprovado pela UNESCO, "Manifesto da Unesco sobre Bibliotecas Públicas", publicado em 1949, trata da concepção da biblioteca da seguinte forma:

As bibliotecas públicas são um dos meios mais eficientes para se adquirir, organizar e pôr à disposição de todos publicações informativas e educativas. A biblioteca pública está em condições de adquirir o melhor material para satisfazer um fim determinado em uma comunidade ou uma região, pois tem a possibilidade de escolher entre os meios mais diversos. (UNESCO, 1949, *online*)

Provavelmente influenciada por uma "onda pós-moderna", que atravessava o pensamento europeu a partir da década de 1970, descrita como um conjunto de mudanças na sensibilidade, nas práticas e nas formações discursivas, experiências e proposições, de um período precedente, a UNESCO passou a rever seu conceito de Biblioteca Pública, sob a tentativa de desvencilhar o pensamento e as instituições que o representavam do positivismo iluminista.

Em 1972, se restabeleceu o conceito de Bibliotecas Públicas, passando a incluir o termo “cultura”, atribuindo a essas bibliotecas, além da função de educação e informação, também a salvaguarda da expressão e das ideias da imaginação e criatividade humana. Assim, a Biblioteca Pública passou a ser compreendida como:

Uma instituição democrática voltada para o ensino, a cultura e a informação. É o principal meio para dar a todo mundo livre acesso aos registros do pensamento e das ideias do homem e às expressões de sua imaginação criativa. A biblioteca pública, enquanto força viva a serviço do ensino, da cultura e da informação é também um instrumento indispensável para o fomento da paz e a compreensão entre as pessoas e entre as nações. (UNESCO, 1972)

A partir do “Manifesto da Unesco para Bibliotecas Públicas”, produzido em 1989 e publicado em 1994, no qual ela passa a ser compreendida como espaço de informação aberta a todos os cidadãos, independentemente de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social, é que amplia-se uma concepção da BP. Há neste documento em específico uma tentativa explícita de trazer à pauta de finalidades dessas bibliotecas, a discussão em torno da cidadania. Observemos as proposições do Manifesto, em sua concepção de Bibliotecas Públicas:

A biblioteca pública é o centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os géneros. Os serviços [...] devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. Todos os grupos etários devem encontrar documentos adequados às suas necessidades. (UNESCO, 1994, *online*)

Esta percepção mostra uma mentalidade dos atores envolvidos na elaboração do manifesto que de algum modo percebe a diversidade etária, de gênero, religiosa, de nacionalidade e condição social. Entretanto, cabe ressaltar a categoria política utilizada para distinguir a diferença baseando-se na “raça”. Nesse sentido, ainda que tenha ampliado sua visão, na proposição de várias aberturas inclusivas para ampliação do acesso à biblioteca aos diversos segmentos da população, a concepção da biblioteca ainda serve para reproduzir uma visão imperialista.

Cabe também ressaltar que a proposta deste trabalho trata do processo de Desenvolvimento das coleções, o qual poderia manifestar e apontar direcionamentos que de algum modo refletissem uma reivindicação pela representatividade de múltiplas perspectivas no acervo. Ademais, há nesta parte que trata das coleções uma tentativa de incluir a categoria memória observado no trecho “memória de toda humanidade”, reconhecendo, a importância da presença dessa fonte de referenciais para as comunidades. É o que pode ser observado no seguinte trecho deste manifesto:

As coleções e serviços devem incluir todos os tipos de suporte e tecnologias modernas apropriados assim como fundos tradicionais. É essencial que

sejam de elevada qualidade e adequadas às necessidades e condições locais. As colecções devem reflectir as tendências actuais e a evolução da sociedade, bem como a memória da humanidade e o produto da sua imaginação. As colecções e os serviços devem ser isentos de qualquer forma de censura ideológica, política ou religiosa e de pressões comerciais (UNESCO, 1994)

No início do século XXI, as linhas de “Orientação da IFLA/UNESCO Para o Desenvolvimento de Serviços de Bibliotecas Públicas” (2001) atualizam a concepção de BP, ressignificando de modo que causa certa estranheza a passagem de sua tutela e financiamento para a comunidade, que se daria por meio de autoridades locais como se isentasse o Estado de qualquer responsabilidade, como podemos observar a seguir:

Uma organização estabelecida, apoiada e financiada pela comunidade, quer por meio das autoridades locais, regionais ou nacionais, quer mediante qualquer outra forma de organização colectiva. Proporciona Leitura, literacias e inclusão social: novos e velhos desafios para as bibliotecas públicas, o acesso ao conhecimento, à informação e às obras da imaginação graças a toda uma série de recursos e serviços e está à disposição de todos os membros da comunidade por igual, independentemente da raça, nacionalidade, idade, sexo, religião, idioma, deficiência física, condição econômica e laboral e nível de instrução. (UNESCO, 2001; online)

Ainda que reconheça a diversidade cultural timidamente neste manifesto publicado em 1994 e atualizado em 2001 e 2009, segundo Menezes Tello (2010), a literatura que registra a *Library Information Science in Abstracts* (LISA) aponta que já se estudava, anteriormente ao manifesto de 1994, neste campo um fenômeno que é conhecido como multiculturalismo. Neste caso, ele é tratado como um sinônimo de diversidade cultural. Assim, no contexto das Bibliotecas Públicas, começou-se a estudar o multiculturalismo nos idos da década de 1970.

Menezes Tello (2010) observou através do LISA que os termos “biblioteca multicultural” e “serviço multicultural da biblioteca” foram adicionados ao campo da biblioteconomia na década seguinte. Assim, em 1980, em Victoria, na Austrália, a revista “Multicultural Libraries: Journal of the Group of Work about Multicultural librarians Services” (Vol. 4, no. 1. 1983) já difundia ideias acerca de bibliotecas que apresentavam certo cuidado com a segregação cultural.

Em 2006, cerca de duas décadas depois, a IFLA aprovou uma tentativa de complementar o Manifesto de 1994, com o “Manifesto da IFLA para a biblioteca multicultural (2006), aprovado na 35ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em outubro de 2009. Este complemento reflete em torno de dois fatores fundamentais, que implicam discussões em torno de valores sociais, culturais, políticos, éticos, entre outros, o do multiculturalismo. Tais fatores basicamente são: o desenvolvimento das colecções e a administração dos serviços.

Assim, o objetivo da BP multicultural era de integrar novos cidadãos de outras culturas na sociedade que os acolhe, atendendo suas necessidades de informação, educação e lazer, através de colecções e serviços adequados. A ressignificação desta concepção de BPs (multiculturais) pode ser observada no trecho a seguir:

As bibliotecas, ao servir a interesses das comunidades diversas, funcionam como centros de aprendizagem, culturais e de informação. Ao tratar a diversidade cultural e linguística, os serviços bibliotecários se regem por seu compromisso com os princípios das liberdades fundamentais e a igualdade no acesso à informação e ao conhecimento para todos, no respeito à identidade e aos valores culturais (UNESCO, 2006, *on line, tradução nossa*)

Esta concepção difundia o multiculturalismo liberal, disfarçado de diversidade cultural, ou pluralismo. Se por um lado parecia ter a pretensão de incluir as diversas manifestações culturais, por outro lado, serviria para difusão do respeito à identidade cultural como objeto de valor que propicia ao mercado a abertura para o câmbio de identidades diversas. Esta discussão foi descrita na seção “Cultura, Diversidade Cultural e colonialidade”.

As pesquisadoras Orlanda Jaramillo e Mônica Montoya Ríos (2008), se propuseram a fazer uma revisão desses conceitos todos de Bibliotecas Públicas da IFLA e de outras reuniões que os discutiam na América Latina, e perceberam lacunas conceituais nessas concepções.

Essas autoras defenderam em sua revisão conceitual que ao constatar o caráter social das Bibliotecas Públicas que converge para a formação cidadã, o enriquecimento educacional, cultural, informativo, recreativo, e organizacional para as pessoas, elas são de responsabilidade total do Estado e, portanto, devem constar nos planos dos governos. É o caráter de serviço público extensivo a toda a população, indistinta e gratuitamente, que deve ser entendida como uma responsabilidade de financiamento do Estado, seja pela sua capacidade de arrecadar impostos, seja pelos programas e parcerias com a iniciativa privada. Assim, as autoras buscaram atualizar a concepção de BP, podendo ser compreendida como:

Uma instituição de caráter social (incluindo o educativo, informativo e cultural), financiada e regulamentada pelo Estado, cuja finalidade é possibilita o livre acesso à informação registrada em suporte documental, que responda a uns critérios de seleção e aquisição, para a satisfação de necessidades no plano educativo, informativo, cultural e de uso do tempo livre (JARAMILLO; MONTOYA RÍOS, 2000, p.30, *tradução nossa*).

Jaramillo (2010) atualiza este conceito em um artigo no qual ela reflete sobre as relações entre a biblioteca, educação pública e educação cívica. Ela infere que a biblioteca enquanto instituição sociocultural e democrática tem uma responsabilidade social em apoiar os processos formativos para possibilitar a participação e transformação cidadã social, enquanto facilitadora e promotora de processos, redes sociais, que permitem a participação, o debate e a tomada de decisões na construção de uma sociedade mais democrática.

Para esta autora, a BP tem um papel ético-político, pois, promove, através de seus serviços, ação cidadã em conjunto com o desenvolvimento local. Desta forma, juntamente com os atores do governo, ajuda a promover o potencial da comunidade, em busca da solução dos problemas e a melhoria de situações de insatisfação social (JARAMILLO, 2010).

Esta concepção se assemelha à biblioteca na qual acreditamos que deva ser a BP no Brasil. No entanto, inferimos que nenhuma dessas concepções apresentadas se preocupa em

prever que a coleção da BP deva ser desenvolvida de forma democrática, de modo que o processo de DC respeite a liberdade intelectual. Nem o conceito de biblioteca ou as políticas públicas orientam para o exercício da democracia de representação de todas as culturas nas coleções das Bibliotecas Públicas. Elas podem, baseando-se nesta concepção, reproduzir a difusão de um padrão unilateral de valores que seguramente estará acessível a todos.

A seguir, passaremos a uma revisão sobre a concepção acerca do processo e das políticas de Desenvolvimento de Coleções para embasar a delimitação do problema apresentado.

3 DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

*“Have no fear for atomic energy / Cause none of them
can stop the time
How long shall they kill our prophets / While we stand
aside and look?
Some say it's just a part of it / We've got to fulfill the
Book...”*

(Redemption songs / Bob Marley)

A literatura sobre o Desenvolvimento de Coleções produzida no Brasil apresenta-se um pouco defasada, embora tenham sido publicados artigos como relatos de experiências sobre o processo de elaboração de políticas de DC de Bibliotecas Universitárias, no início do séc. XXI.

Desde a criação de arquivo para cerca de 10.000 tábuas de argila, no século VII a. c. pelo rei dos Assírios, Assurbanipal, o qual continha diversos tipos de conhecimento de várias partes do mundo, até a criação da Grande Biblioteca de Alexandria, provavelmente poucos séculos depois, o mundo ocidental colecionava livros, ainda que em formato de rolos de papiro. Para Evans (2005), dessas coleções derivam o princípio do colecionismo como principal objetivo de uma biblioteca, o armazenamento do conhecimento. Grande *status* era atribuído ao senhor que possuía o maior número de livros em sua coleção, sendo respeitado como culto e sábio.

Para Vergueiro (2000) no século XIX, surgiram os primeiros manuais sobre a formação de coleções, dentre os quais se destaca o de Peignot (1823) por apresentar critérios de seleção que se basearam no valor do conteúdo das obras, sob a prerrogativa de lidar desse modo, com a grande massa documental que já se mostrava como uma preocupação da época. Outra contribuição, veio de Hesse (1841) que defendia a importância do que hoje chamamos de instrumentos auxiliares para seleção e o descarte pensando o desbastamento das coleções para evitar sua desatualização (DIAS JATUF, 2011).

No início do século XX, em 1920, segundo Dias Jatuf acredita-se que tenha surgido nas bibliotecas dos Estados Unidos, as ideias de “seleção e aquisição”, conforme o orçamento que tinham e a disponibilidade para cobrir um mercado editorial específico. No período da Segunda Grande Guerra, as bibliotecas universitárias concentravam o poder da seleção das coleções nas mãos dos diretores da biblioteca ou do Reitor da Universidade, que priorizava o processamento de informações, dado o contexto da Guerra Fria. Esses contextos de catástrofes, levaram os governos a reduzir recursos para compra a partir da década de 1930, em que se observa novo tipo de armazenamento, novas tecnologias da informação e expansão da produção bibliográfica. Até a década de 1950 a seleção e aquisição cabiam aos diretores ou reitores, mas, neste contexto, as preocupações com as coleções se intensificaram (DIAS JATUF, 2011).

Desse modo, vários países começaram a projetar estudos sobre as coleções na década de 1950. A literatura da área aponta que provavelmente os pioneiros no assunto, de 1950-1960, foram: Louis Wilson e Maurice Tauber (1956), mais voltado para as bibliotecas universitárias detalhando os princípios sobre o que elas deveriam conter na coleção e Guy Lyle (1961). Este último, se preocupou mais com as bibliotecas escolares, ressaltando que elas deveriam conter um núcleo base para dar suporte a uma formação sólida.

Dias Jatuf (2011) mostrou que o termo “Desenvolvimento de Coleções” (DC) se propagou na década de 1960 substituindo o conceito de seleção como uma concepção mais geral, que abarcaria todo o processo de desenvolver as coleções de uma biblioteca, obedecendo prioridades institucionais e as necessidades da comunidade. Somente em 1970, associações de bibliotecários e faculdades de biblioteconomia nos Estados Unidos deram legitimidade ao termo “Desenvolvimento de Coleções” formalmente na literatura da biblioteconomia estadunidense no documento da *American Library Association* (ALA). A fundamentação teórica do processo de DC tem G. Edward Evans como principal responsável, devido às suas publicações em 1979, 1987, 1995, 2000 e 2005.

Em 1979, Charles Osburn estabeleceu princípios de política de DC eficazes, com intuito de abordar a constituição das coleções de materiais das bibliotecas. Desse modo, podemos ressaltar o aparecimento do conceito formal de DC elaborado por Evans (1979) que conceituou o DC como processo de abordar as necessidades de informação das pessoas (uma população do serviço), de uma forma rápida e econômica, usando os recursos de informação que são de propriedade local, bem como os de outras organizações.

Mais tarde Evans (2000) atualiza este conceito em sua obra intitulada “*Developing library and Information Center Collections*” ele explica

O desenvolvimento de coleções, ou aquisição de informações, é uma área comum à biblioteconomia e à gestão de recursos de informação. Como nas edições anteriores, definimos o desenvolvimento da coleção como o processo de identificar os pontos fortes e fracos da coleta de materiais da biblioteca em termos de necessidades dos usuários e recursos da comunidade e tentar corrigir os pontos fracos existentes, se houver (EVANS, 2005, p. 15, tradução nossa).

Cabe ressaltar que, embora autores como Peignot (1823), Namur (1834), Hesse (1841), Rouveyre (1878), Richard (1883), Gräsel (1893), Petzholdt (1894) e Maire (1896) foram pioneiros em tratar o assunto da DC, sob uma abordagem mais voltada para as demandas e necessidades dos usuários. Eles são pouco citados na literatura a respeito, e sobressai o conceito de Evans (2000), difundido pela *American Library Association* para o mundo (WEITZEL, 2012).

No entanto, voltando ao conceito de DC Dias Jatuf (2011) mostrou que em alguns casos o termo “gestão das coleções” foi empregado como um sistema eficiente para a gestão econômica dos recursos de cobrança. Surgiu assim, o termo “gestão de coleções”, com o

intuito de segregar a categoria do desenvolvimento da etapa de aquisição. Nesta década, o termo gestão da coleção passou a ser mais comumente utilizado (DÍAS JATUF, 2011).

Segundo Vergueiro (2010), os estudos sobre o processo de DC se intensificaram no Brasil a partir das décadas de 1970 e 1980, como consequência da disseminação dos conceitos propostos pela ALA, bem como da Literatura específica. Iniciando-se, assim, as discussões acerca dos acúmulos de documentos e do advento das tecnologias de comunicação e informação. Basicamente, esta disciplina sobre o processo de DC na Biblioteconomia tem como autores principais: Vergueiro (1989, 2000, 2007, 2010). Figueiredo (1993, 1996, 1998, entre outros), Weitzel (2012).

Para Días Jatuf (2011), o Glossário ALA e Negrete Gutiérrez (1988), bem como Orozco Tenório (1992), Cadavid Arango (1994), Gabriel (1995), Romanos de Tiratel (1997) e Evans (2005), García e Portugal (2008), Fordham (2008), Padorno (2009) e Vergueiro (2000) empregaram o termo Desenvolvimento da Coleção como conceito mais geral, em que todas as tarefas são inerentes a ele, respondem às prioridades e necessidades institucionais e de informação da comunidade.

O conceito de DC difundido pela *American Library Association* tem sido difundido na literatura da área como um ponto de partida para a maioria das reflexões sobre ela na América Latina e no mundo. Esta associação se refere ao termo Desenvolvimento de Coleções como um

Termo que abrange diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento da coleção da biblioteca, incluindo a determinação e coordenação dos critérios de seleção, a avaliação das necessidades de usuários reais e potenciais, estudos sobre o uso da coleção, avaliação da coleta, identificação das necessidades da coleta, seleção do material, planejamento para compartilhar recursos, conservação da coleção e descarte de documentos (ORERA ORERA; PACHECO, 2017, p.242, tradução nossa)⁷.

Embora tradicionalmente utilizado, o termo “Desenvolvimento de Coleções”, segundo Orera Orera e Pacheco (2017) há na literatura hispânica certa preferência pelo uso do termo “gestão de recursos de informação”. Este é considerado mais atual, abrangente e adequado no novo contexto de novos meios eletrônicos, formas de acesso e diferentes tipos de informação. Além disso, estaria em consonância com a teoria da gestão do conhecimento.

As autoras ainda explicam que, esta distinção também é estabelecida pela Rede de Bibliotecas Universitárias Espanhola (Rebiun) em seus padrões e diretrizes para bibliotecas universitárias, que considera o termo “gestão de coleções” mais amplo incluindo: o

⁷ Término que abarca varias actividades relacionadas con el desarrollo de la colección bibliotecaria, incluyendo la determinación y coordinación de los criterios de selección, la evaluación de las necesidades de los usuarios potenciales y reales, estudios sobre la utilización de la colección, evaluación de la colección, identificación de las necesidades de la colección, selección de material, planificación para compartir recursos, conservación de la colección y descarte de documentos (ORERA ORERA; PACHECO, 2017, p.242)

Desenvolvimento de Coleções, gerenciamento relacionado à disponibilidade, à conservação, avaliação e uso de diferentes tipos de materiais. Ademais, a vertente utiliza o termo "gestão de coleções" atribui-lhe o sentido de atividade de aquisições agregadas à facilidade de acesso a outras coleções, os recursos compartilhados planejados, armazenamento cooperativo e acesso eletrônico a bancos de dados e outros recursos de informação acessível pelas redes de comunicação (ORERA ORERA; PACHECO, 2017).

No Brasil, há ainda uma concepção que não diverge de concepções de gestão de coleções, embora empregue o termo Desenvolvimento de Coleções, atribui-se a este caráter de gestão. Nesse sentido, Maciel e Mendonça (2000) assim descrevem o conceito de DC uma atividade de planejamento, onde o reconhecimento da comunidade a ser servida e suas características culturais e informacionais oferecerão a base necessária e coerente para o estabelecimento de políticas de seleção.

Esta concepção atribui um caráter de planejamento correlato ao sentido empregado pela corrente teórica que utiliza o termo "Gestão de coleções". No entanto, há um aspecto interessante que mantém o foco do processo nas necessidades dos sujeitos, especialmente, porque enfatiza a importância do reconhecimento das características culturais e informacionais da comunidade, como fundamento para as políticas de seleção. Cabe ressaltar que nenhuma das opções de concepção sobre o DC tratam da participação efetiva dos sujeitos, das comunidades, dos grupos, tanto quanto às políticas para o processo como em suas ações propriamente.

Diante dessas perspectivas do uso do termo "gestão da coleção", defendidas na literatura correlata por vários autores, inclinados às ferramentas tecnológicas existentes para a gestão de coleções, podemos inferir que esta tendência tem um caráter mais funcional. Embora, respeite os conceitos propostos pelos autores acima listados, Días Jatuf (2011) explica que concorda com aqueles autores inclinados a tomar partido com o termo "Desenvolvimento da coleção", estabelecendo a seguinte definição:

O desenvolvimento da coleção é o processo organizacional, intelectual e administrativo que inclui as atividades de estudos comunitários, seleção, aquisição, avaliação, preservação e descarte da coleção, qualquer meio - para satisfazer necessidades de informação, de uma maneira eficiente, rápida e econômica para a população que serve. (DÍAS JATUF, 2011, p. 7)

Este conceito apresenta maior clareza nas dimensões em que o processo de DC acontece, pois reconhece o processo organizacional, compreendido como o processo que acontece no interior da biblioteca, a dimensão intelectual entendida como os esforços intelectuais de seleção e outras etapas que os requerem, e a dimensão administrativa que se refere aos atos de execução de ordem administrativa. Ele, no entanto, não nos deixa pistas sobre a significação do sujeito e sua relação com a informação em sistema informacional.

3.1 Os elementos ou etapas do Desenvolvimento de Coleções

Para Evans (2005) e os autores da abordagem que elege o termo Desenvolvimento de coleções, existe certo consenso sobre os elementos fundamentais desse processo que pode adequar-se a todas as bibliotecas e centros de informação. Ele sugere que, com pouca margem de correção do conceito de DC por ele proposto, se aplicaria a todos os tipos de coleções e de bibliotecas em qualquer Instituição. Vale ressaltar que os princípios de DC, que eles desenvolvem estão focados em atender as necessidades de informação da comunidade que as coleções servem, e, por isso, começam a discussão sobre o processo de DC com o elemento de avaliação de necessidades (estudos de comunidade) (EVANS, 2005).

De modo geral, as etapas ou elementos que constituem o processo de DC para Evans (2005) são: Análise da comunidade, Políticas de Seleção, Seleção, Aquisição, Descarte, e Avaliação da coleção. Este modelo mostra um formato circular, que denota sua continuidade de modo que, ao final de cada atividade, percebe-se que a próxima etapa deverá ser atualizada ou revista. Isto se deve ao fato de que as comunidades e necessidades podem mudar com o passar do tempo e todas as próximas etapas, após os estudos de comunidade, deverão sofrer o impacto dessas mudanças.

Juntamente a este modelo, Evans (2005) estabelece algumas leis que regem sua fluidez, no sentido de conferir ao processo o entendimento de que, se a comunidade de leitores cresce, sua diversidade e necessidades aumentam. O aumento dos programas cooperativos ocorre proporcionalmente à diversidade de interesses dos sujeitos; e, uma biblioteca nunca será absolutamente capaz de suprir todas as necessidades de um único tipo de leitor de sua comunidade.

Assim, esses componentes básicos, para Evans (2005), estão ciclicamente interligados por seu caráter contínuo, pela necessidade de ocorrerem de maneira interligada em que, cada um fundamenta as ações dos outros, conforme o modelo apresentado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Processo de Desenvolvimento de Coleções

Fonte: EVANS, 2005.

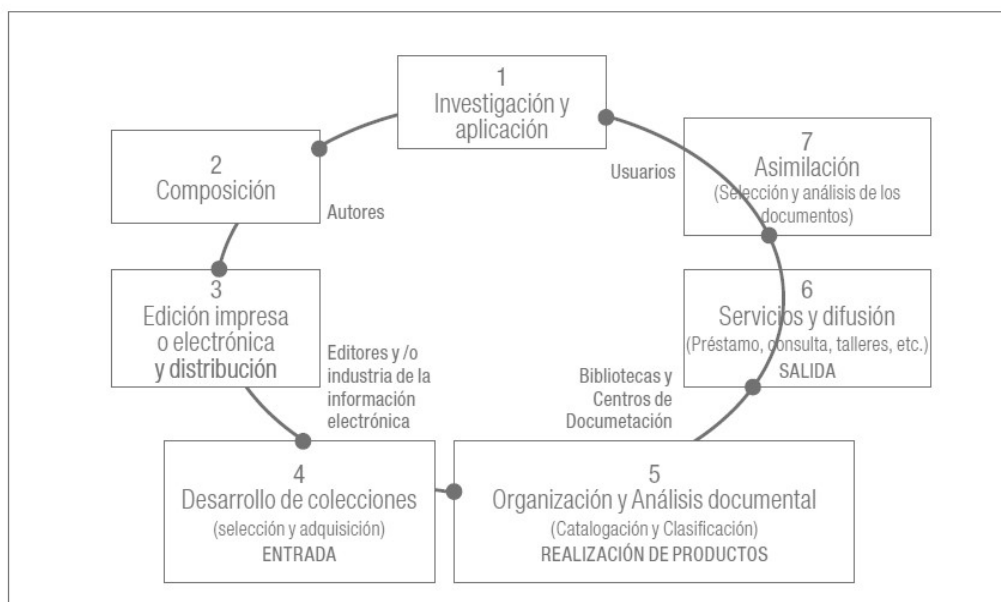
Sumariamente, cada elemento do modelo de Evans (2005) serviu de base para que os autores correlatos à sua linha teórica pudessem atualizá-los, com o passar dos anos, em função do surgimento de novas possibilidades como: a cooperação entre bibliotecas, novas tecnologias e demandas, a produção pela biblioteca de documentos próprios (informativos, clippings e outros). Nesse sentido, não temos a pretensão de esgotar toda a literatura acerca dessas etapas ou elementos, pois o objetivo é caracterizar o processo de DC para que possamos contextualizar, posteriormente, se os dispositivos afetam quaisquer dessas etapas e em qual delas incidem tensões ou assimetrias no exercício de poder. Portanto, as etapas do modelo de Evans serão descritas de modo sucinto a seguir:

- **Estudo de comunidades e necessidades dos leitores:** É uma análise da comunidade, que leva em conta fatores socioeconômicos e culturais dos leitores, para compreensão do perfil e de suas necessidades informacionais, podendo ser complementado com Estudos de usuários;
- **Políticas de Seleção ou Políticas de Desenvolvimento das Coleções:** O modelo de Evans (2005) chamou esta etapa de Políticas de Seleção, embora em sua explicação o autor afirmou que os estudos dele o levaram a perceber que as bibliotecas podem chamar de Políticas de seleção ou de aquisição ou de formação e DC, mas ele percebeu que o objetivo delas era sempre similar. O objetivo principal dessas políticas é de definir os objetivos da biblioteca para a sua coleção e ajudar os membros da sua equipe a adquirir, descartar, e preservar os materiais mais apropriados, para contemplar as necessidades informacionais dos leitores.
- **Seleção:** A seleção é um processo intelectual de escolha de materiais para aquisição, que deve basear-se em uma política de seleção adequada aos objetivos da biblioteca, à demanda dos leitores, e outros fatores;
- **Aquisição:** localização e a aquisição de itens identificados como apropriados para a coleção seja por compra, permuta e doação.
- **Descarte:** Desbastamento da coleção pela retirada dos materiais que caíram em desuso, por não atendem mais às demandas dos leitores (por tema, desatualização e outros), os que se configuram como quantidade excessiva de duplicatas, também aqueles que estão em estado de conservação inapropriado para o uso, dentre outros fatores que deverão ser estabelecidos na Política de Desenvolvimento da Coleção.
- **Avaliação das coleções:** É a etapa que completa o processo de DC, porque é o momento de avaliar os pontos fortes e as vulnerabilidades das coleções tentando

responder: qual intensidade do uso da coleção pela comunidade, o quanto se tem investido na coleção, entre outras questões importantes para a tomada de decisão sobre manter ou não os materiais na coleção.

Para Orera Orera e Pacheco (2017), os principais componentes ou etapas de um Desenvolvimento de Coleções são, de forma mais atualizada em relação ao modelo de Evans: a análise da comunidade, avaliação da coleção, seleção, o processo de incorporação de documentos para o mesmo, o expurgo, a conservação e a política de desenvolvimento da coleção. Elas utilizam em sua abordagem o modelo de Lancaster, para argumentar que devemos considerar também a intervenção dos atores que influenciam na fluidez do processo de DC tal como os bibliotecários, editores, autores e outros ligados à cadeia produtiva do livro e à mediação da leitura. Vejamos o modelo de Lancaster a seguir na figura 2.

Figura 2 - Modelo de Cadeia Documental de Frederick W. Lancaster



Fonte: ORERA ORERA; PACHECO, 2017.

Assim, as autoras explicam que, de forma geral, o processo de DC em sociedades em que a biblioteca opera sob a hibridez de suportes informacionais, intensifica-se um pouco mais sua complexidade, passando a implicar pelo menos:

1. A intervenção de bibliotecários, cientistas da computação e, também, de leitores.
2. A existência de importantes recursos humanos e materiais.

3. A contribuição para a realização das principais missões da biblioteca pública: informação, treinamento, lazer cultural, etc.
4. A identificação e seleção de documentos de qualidade que se ajustam às necessidades dos usuários.
5. A aquisição de documentos físicos previamente selecionados.
6. Fornecer aos usuários acesso a informações digitais relevantes armazenados em servidores próprios, bem como outros.
7. A produção de documentos digitais próprios.
8. A avaliação de coleções para detectar seus pontos fortes e fracos.
9. A preservação e preservação de documentos.
10. O Descarte.
11. Participação em planos e projetos cooperativos.
12. A existência de políticas para o desenvolvimento de coleções incorporadas em programas (ORERA ORERA; PACHECO, 2017, p. 244).

Embora as autoras repitam alguns dos itens já existentes nas etapas do modelo de Evans (2005), elas inovam no sentido de acrescentar a participação e intervenção multidisciplinar e dos leitores no processo de DC. Elas reconhecem o fator humano e sua importância tanto quanto dos materiais. Além disso, a BP certamente, tanto quanto outros tipos de biblioteca, é mencionada pela necessidade de clareza quanto à sua missão. Outra contribuição importante é a proposição de que o processo de DC deve incorporar suas políticas de DC em programas governamentais.

Vale ressaltar que já na terceira edição do livro de Evans (2005), “*Developing library and information center collections*”, ele sugeria a importância de considerar na política de DC as possibilidades de cooperação entre bibliotecas, tanto para os serviços de empréstimos quanto para as permutas.

As possibilidades e modelos de DC variam muito de uma corrente teórica para outra, e são inesgotáveis as possibilidades de empregá-los e descrevê-los. Não é objeto deste trabalho enumerá-los e descrevê-los em extensão e profundidade, e, portanto, optou-se por trabalharmos sob os conceitos que se aproximam conceitualmente do processo de DC utilizado na contemporaneidade, ressignificado pelos autores latino-americanos como Orero e Pacheco (2017), Dias Jatuf (2011) e outros.

Em linhas gerais, tratamos os fatores implicados no processo de DC e ressaltamos que, a análise proposta consiste em apreender um conjunto de dispositivos legais de políticas públicas que poderiam fundamentar a etapa de elaboração das políticas de DC. A seguir, trataremos da importância das políticas de Desenvolvimento de Coleções, suas prerrogativas, requisitos, critérios e desafios.

3.2 As Políticas de Desenvolvimento da Coleção

No Brasil no início da década de 1990 Figueiredo (1993) publicara um livro intitulado “Avaliação e Desenvolvimento de coleções”, que tratava de uma releitura de estudos das décadas de 1930 a 1960 acerca de possibilidades de modelos clássicos para avaliação das coleções e sua aplicação no processo de DC.

Embora tratasse-se de uma literatura desatualizada conforme os contextos da época, a autora trouxe contribuições importantes quanto às possibilidades de avaliação de coleções, que serviriam de contraponto entre as teorias de demanda e de valor. Ela dedicou um capítulo inteiro acerca da relação dos livros e pessoas e sobre a importância de se considerar as demandas e necessidades das pessoas na elaboração das políticas de Desenvolvimento de Coleções e práticas de seleção. Ela argumentava que deveria considerar-se, “primeiramente, o público para o qual a biblioteca existe. Para ela, não existiria mundo vivo de livros, separado do mundo vivo de leitores (FIGUEIREDO, 1993, p.34).

A compreensão conceitual da biblioteca como “mundo vivo de livros” ainda permanece latente na base conceitual do processo de DC da contemporaneidade. Além disso, outros autores brasileiros corroboraram esta perspectiva naquela época, a exemplo de Waldomiro Vergueiro (1989), cuja teoria propunha que a elaboração de políticas de DC pressupunha: o conhecimento sobre pontos fortes e fracos da coleção, a comunidade de leitores que a biblioteca deveria atender e os recursos externos à biblioteca (redes de cooperação).

Para Vergueiro (1989), o documento de Políticas de Desenvolvimento da coleção é fundamental como diretriz para as decisões do processo de DC quanto à seleção, aquisição, descarte, preservação. O documento serviria como um instrumento de registro histórico do estado da coleção e do perfil da comunidade quando de sua elaboração. Tais políticas constituem como um fundamento de democracia por ser claro quanto: à filosofia que embasa sua elaboração, à comunidade que deve ser atendida indistintamente, e deve ser elaborado em negociação de todas as partes envolvidas (bibliotecários, comunidade, poder público). Ele garantiria, dessa forma, o direito da comunidade de ser contemplada pela biblioteca e de conhecer os critérios sob os quais a coleção seria desenvolvida.

Para Evans (2005), a consolidação de um documento que constitui as políticas de DC pode ser fundamental para a fluidez do processo no sentido de que elas possam:

- Informar a todos sobre a natureza e o alcance das coleções;
- informar a todos sobre o levantamento de prioridades;
- forçar a pensar sobre prioridades organizacionais para a coleção;
- gerar algum grau de comprometimento com o cumprimento das metas organizacionais;
- definir padrões para inclusão e exclusão;
- reduzir a influência de um único seletor e vieses pessoais;
- fornecer uma ferramenta de treinamento e orientação para novos funcionários;
- ajudar a garantir um grau de consistência ao longo do tempo e independentemente da rotatividade de pessoal;
- orientar o pessoal nos planos da biblioteca;
- ajudar no desbastamento e avaliação da coleção;

- ajudar na racionalização de alocações orçamentárias;
- fornecer um documento de relações públicas;
- fornecer um meio de avaliar o desempenho geral do programa de desenvolvimento de coleções; e,
- fornecer aos usuários uma informação sobre o propósito do desenvolvimento da coleção (uma ferramenta de responsabilização).

O processo de elaboração e revisão das políticas de DC é o início de toda a prática do Desenvolvimento de Coleções, porque é a diretriz que orienta as ações para continuar considerando os interesses do usuário e os objetivos da instituição. Essa atividade de formulação de políticas deve ser escrita em um documento que orienta o profissional da informação sobre o comportamento que deverá seguir em todo o processo.

Nesse sentido, após a compreensão da importância das políticas de Desenvolvimento de Coleções conforme a literatura da Biblioteconomia brasileira, americana e latino-americana, passaremos à uma revisão de literatura acerca de sua concepção.

Conforme o modelo de Evans (2005), com o qual corroboram a maioria dos autores brasileiros, as políticas ou plano de DC constitui-se na

declaração escrita desse plano, fornecendo detalhes para orientar o pessoal da biblioteca. Assim, uma declaração de política é um documento que representa um plano de ação e informação usado para guiar o pensamento e a tomada de decisão da equipe. Deve ser um mecanismo de comunicação com a população de serviços da biblioteca, bem como com aqueles que fornecem seu financiamento (EVANS, 2005, p. 70, *tradução nossa*)

Evans (2005) nos esclarece que a escrita de uma política não é a simples enumeração de tarefas que devem ser cumpridas, mas que existem aspectos muito importantes que caracterizam essas políticas, como uma ferramenta de trabalho que contribui para a realização bem-sucedida dos objetivos estabelecidos pela instituição. Portanto, as políticas devem descrever o que se pretende realizar, auxiliar para as melhorias dos serviços e programas da instituição; indicar uma mudança ordenada e fundamentada; facilitar a tomada de decisão; normalizar as atividades da instituição.

Desse modo, para as autoras Sanches Vignau, Alfonso Espinosa e Guerra Santana (2008), as políticas para Desenvolvimento de Coleções seriam decisivas para as dificuldades que existem em obter novos recursos para a garantia de informação dos leitores, sendo importante otimizar os recursos disponíveis e buscar racionalidade e maior cobertura da informação. Além disso, devem estar em consonância com as políticas de informação do país onde a biblioteca situa-se.

Os autores brasileiros como Vergueiro (2010) e Figueiredo (1993) concordam que a política de DC deve constituir-se em documento que visa tornar clara a filosofia que embasa as escolhas sobre o que permanece ou não no acervo, bem como sobre o que deverá ser

adquirido e sob quais preceitos tais decisões foram tomadas, sem desconsiderar a importância de respeitar os objetivos de cada tipo de biblioteca, o perfil de leitores das comunidades, e a avaliação das coleções, bem como os recursos disponíveis e as possibilidades de cooperação.

No entanto, Sanches Vignau, Alfonso Espinosa e Guerra Santana (2008) alertam para a questão de cuidados e pontos importantes, pois a escrita de uma política não seria a simples enumeração de tarefas que devem ser cumpridas. Eles consideram que existem aspectos muito importantes que caracterizam as políticas como uma ferramenta de trabalho, a saber: a descrição do que se pretende realizar; a caracterização do esforço consciente para melhorar serviços ou programas da instituição; as mudanças ordenadas e fundamentadas; a facilidade para a tomada de decisão; a normatização das atividades.

Assim, Sanches Vignau, Alfonso Espinosa e Guerra Santana (2008) inferem que as políticas podem diferir de uma organização para outra, na medida em que cada uma tem suas próprias demandas e prioridades. Além disso, devem ser escritas de maneira que "obriguem" e "facilitem", no sentido de compelir a sensação de que elas devem ser cumpridas, sem deixar margem para o não cumprimento, mas, devem facilitar na medida em que dentro dessa margem pré-determinada, haja várias opções e seja permitido ao responsável tomar a suas próprias decisões. Desse modo, as políticas são coordenadoras de atividades em diferentes unidades, e constituem como um fator de eficiência essencial nas operações.

Mas há ainda conforme Sanches Vignau, Alfonso Espinosa e Guerra Santana (2008), outro elemento essencial no desenvolvimento de uma política que é o responsável, a pessoa ou o corpo encarregado de elaborá-la ou aplicá-la. Esses responsáveis devem conhecer as macros dimensões em que as políticas devem estar inseridas, conhecer o sistema para o qual serão elaboradas e estabelecer aspectos para sua posterior evolução.

Ainda sobre o que deve constar em uma política de DC, Vergueiro (1989) recomendava que as políticas de DC deveriam constituir-se de alguns elementos essenciais à transparência do processo, bem como para seu bom andamento. Para o autor, esses elementos seriam, primeiramente, a definição de quais materiais devem compor a coleção, acerca de conteúdo e formato, bem como as políticas para seu acesso. Em segundo, deveria ser explicitado quando e sob quais condições e critérios tais materiais seriam agregados ao acervo. Em terceiro, como obter e quais informações são apontadas acerca das comunidades de leitores e de suas necessidades específicas. Em quarto, seriam definidos os critérios de avaliação da coleção apontando uma espécie de escala de prioridades das coleções. E, finalmente, deveriam ser apontadas as políticas de desbastamento e descarte descrevendo as condições consideradas inapropriadas para se manter os materiais na coleção.

Para Evans (2005) as políticas de DC devem conter alguns elementos ou requisitos: uma visão geral (objetivos da biblioteca, parâmetros das políticas, conceitos básicos

empregados e outros), detalhamento das áreas de assunto que deverão ser contemplados na coleção (políticas de seleção detalhada e clara quanto aos critérios), e os formatos dos suportes, miscelânea de valores ou políticas menores que direcionam as ações de desbastamento e descarte, avaliação da coleção, objetos de censura se e quando houver, quais materiais deverão ser acessados em fontes eletrônicas devidamente descritas.

A *American Library Association* recomenda que as políticas de desenvolvimento da coleção contenham: Introdução (objetivos das instituições e público alvo da coleção), declarações gerais, que se referem às características que determinam a direção do desenvolvimento da coleção (tipos de recursos, fontes especiais de financiamento, tamanho das coleções, e outras como a "Declaração de Direitos da Biblioteca"). As políticas devem conter também declarações narrativas (contendo as particularidades da comunidade e da instituição mais especificamente), perfis de assunto (os tipos de conteúdo que são de interesse para a coleção de modo organizado), os métodos de avaliação da coleção, indicadores da profundidade da coleção, o idioma da coleção, e a frequência de implementação e revisão dessas políticas (*American..., 2001, on line*).

Estes são aspectos imprescindíveis para elaboração dos critérios de seleção (aquisição, descarte, permuta, doação) quanto aos valores e perspectivas ideológicas que veiculam. Essas políticas poderão apontar quais valores estão sendo impostos, se há censura e de que forma ela atua. Todos esses são constituintes da elaboração da política de DC e revelam relações de poder na sociedade, se observarmos também quais são os grupos que atuaram na elaboração e aprovação das políticas públicas e os atores que coordenam esta etapa de elaboração de políticas públicas que afetam ou afetarão o processo de elaboração das políticas de DC.

Para finalizar esta parte da discussão conceitual em torno das políticas de DC, observamos o que dizem os especialistas sobre o processo de Desenvolvimento de Coleções e suas políticas para as Bibliotecas Públicas. Estas possuem várias peculiaridades quanto à diversidade de objetivos e de público atendido conforme as políticas públicas que as norteiam, as regiões em que se situam, o direcionamento ideológico e político dos profissionais que nelas atuam, dentre outros fatores. Além disso, apresentam diversos desafios como o avanço tecnológico, pressões políticas quanto ao cerceamento ideológico, atendimento de demandas crescentes e a falta de recursos, dentre outros fatores.

Vergueiro (1989) observou que o processo de seleção dos materiais atendia à diversificação do público em que pesava ampla abrangência. Isto seria pertinente para o atendimento da demanda, ao máximo, conforme a natureza que ela tivesse (escolar, utilitária, ou de fruição) cuja complexidade ainda não alcançasse um nível demasiado acadêmico e cuja linguagem fosse acessível e interessante a todos os perfis de leitores. O autor recomendava atenção e cautela para a frequência nos estudos de comunidade, para uma atividade de

seleção devidamente embasada em políticas de seleção e para o desbastamento que também é importante para a atualização e rotatividade da coleção, bem como para a administração do espaço e uso da coleção.

Para Figueiredo (1993), o fator crucial para a manutenção das obras é a demanda. Materiais sem mais interesse para o público deveriam, portanto, ser considerados para descarte. Ao atentar-se para a Teoria da Demanda a autora relembra que esta teoria mantém que, por motivo de ser a BP uma instituição pública mantida por um tesouro municipal, ela deve responder às demandas do público ao qual deve supostamente servir, isto é, deve dar ao público o que ele quer, ao menos, prioritariamente. Esse é o principal direcionamento da autora para o DC em Bibliotecas Públicas.

Para Evans (2005) e vários autores o seguiram, é necessária a ponderação tanto na crença sobre o atendimento de absolutamente todas as demandas, pela questão dos recursos, bem como, deve-se atualizar as comunidades de leitores sobre as novidades e possibilidades disponíveis, e utilizar de diversos programas de cooperação e uso de domínios ou recursos eletrônicos, que poupam recurso de aquisição no atendimento dessa demanda em detrimento de novidades igualmente interessantes. Assim, importante é que as demandas não deixem de ser atendidas, pois, o fundamento primeiro das coleções são as necessidades dos seus leitores.

A seguir trataremos de um aspecto da política de DC que passa por questões, direta ou indiretamente, políticas e ideológicas, as quais revelam também relações de poder diversas que podem ter na censura seu principal apoio.

3.3 Interdição no processo de Desenvolvimento da Coleção

Existem modos vários de se exercer o poder nas relações na sociedade brasileira para além do poder político. Essas formas podem ser manifestadas de maneira velada. Esta se trata de uma forte categoria de análise deste trabalho para observarmos as relações de poder por meio da análise dos discursos das políticas públicas que embasam o processo de DC. Trata-se da incidência da interdição.

Antes de passarmos às possibilidades deliberadas ou veladas de interdição, façamos um parêntese sobre o registro oficial de documentos históricos acerca do que deve ser lembrado. Michael Pollak (1989), estudioso sobre a Memória, explicou que a escolha do que deve ser esquecido pode constituir-se como silêncio, o qual tem razões complexas, não é aleatório, e respeita certa ordem ou enquadramento.

No que se refere ao discurso, para Orlandi (2007), especialista em análise do discurso no Brasil, o silêncio é constituinte da linguagem, é a possibilidade para o sujeito trabalhar a sua contradição constitutiva. Ela inferiu que há uma forma de silêncio no discurso, quando se

chega à conclusão de que o recorte (seleção) entre o que se diz e o que não se diz é o exercício de uma política do silenciamento, porque o não dito é apagado, e desse modo, um sentido ou versão possível de uma história é esquecido, silenciado.

Portanto, o propósito de suprimir a incidência de um discurso, ou a incidência de obras cujos valores divergem daqueles que são impostos pelo Estado nas Bibliotecas Públicas, é uma estratégia velada do exercício de uma política de silenciamento, que se constitui como estratégia de opressão, controle e interdição no discurso. Esta questão será melhor esclarecida na próxima seção, na qual tomaremos a teoria acerca da ordem do discurso de Michel Foucault apresentando o conceito da interdição.

Existe uma corrente de pensadores no mundo que advoga em causa da liberdade intelectual, que pode ser entendida, nesse caso, como uma força que pende para a parte oprimida a qual reivindica acesso aos bens simbólicos de maneira irrestrita. Este assunto também será melhor retratado nas próximas subseções.

Todos esses modos de observar nas políticas públicas as relações de poder na sociedade, seja pela censura, pelo silenciamento ou ainda pela reivindicação de liberdade intelectual, podem ser compreendidos como fatores que influem no processo de DC. Isto se daria porque as bibliotecas seguem as diretrizes das políticas públicas para a leitura que refletem esses fatores.

Conforme Evans (2005,) o cerceamento da liberdade intelectual, a censura e certas formas de se selecionar ou escolher o que deve ficar na coleção e o que deve ser esquecido são aspectos discutidos e influenciam o processo de DC independentemente dos grupos em que se concentra o poder de tomada de decisão nesse processo. Isto se deve às questões sociais, culturais, políticas e ideológicas que influenciam as pessoas envolvidas nesta tomada de decisão. É por esta razão que tomamos a interdição ou o controle dos discursos para observar em que medida as políticas culturais deixam-nos marcas no discurso de dispositivos legais que apresentam a censura, silenciamento ou cerceamento da liberdade intelectual.

3.3.1 *Censura em bibliotecas e Liberdade intelectual*

A partir da primeira e segunda Constituição da República, por meio de marco legal, a liberdade de expressão foi suprimida conferindo aos atores da expressão a responsabilidade por “abusos”. No período da ditadura militar da década de 1960, o Ministro da Educação Flávio Suplicy Lacerda comandou pessoalmente o expurgo de bibliotecas e mandou que se queimassem os livros de Eça de Queiroz, Sartre, Graciliano Ramos, Guerra Junqueiro, Jorge

Amado, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e outros. Em 1968, fora instituída a lei da Censura, Lei 5.536 de 21 de novembro de 1968.

Somente a partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, que se tornou proibido qualquer ato de censura. Embora um decreto do então presidente em 1990 delegara ao Ministério da Justiça, a competência de informar as faixas etárias recomendadas a diversões, shows, espetáculos, ou seja, a chamada censura classificatória.

Nas literaturas brasileira, americana e latino-americana a esse respeito, há uma proximidade teórica sobre o conceito de censura em contexto das bibliotecas. Esta seria "a rejeição por uma autoridade bibliotecária de um livro (ou outro material) sobre o qual o bibliotecário, a Comissão de Biblioteca ou alguma outra pessoa (ou pessoas) exercendo pressão sobre eles, afirmam ser obsceno, perigosamente radical, subversivo ou muito crítico aos costumes existentes" (EVANS, 2005, p.545). Conforme Ademodi (2011) o *Dictionary for Library and Information Science* assim define 'censura': "[...] proibição de produção, distribuição, tiragem ou exibição de um trabalho por uma autoridade governamental, por conter material repreensível ou perigoso". Ambos mostram a percepção do significado de censura, por meio do entendimento de que ela é 'silenciadora' de 'pontos de vista'.

Este conceito é diretamente oposto ao de liberdade intelectual que contém a ideia de "liberdade de expressão", mas a ultrapassa, no sentido de que possui um escopo mais amplo incluindo o direito de "liberdade de expressão" bem como o direito de "liberdade de acesso à informação". Assim, para Vergueiro (1989) a liberdade intelectual seria o direito dos leitores de acessar todos os aspectos de todas as informações, sem que este acesso seja restrito de modo algum. Há alguns registros na literatura sobre históricos de luta de associações de bibliotecários pelo direito à liberdade intelectual. O caso da *American Library Association* é elementar para a compreensão acerca do que constitui a liberdade intelectual especificamente porque nos Estados Unidos esta associação tem se mobilizado desde primórdios da década de 1940, pela defesa desse direito.

Trata-se de uma tentativa de se impedir a censura e do cerceamento da liberdade intelectual por meio da publicação pela associação dos "Direitos fundamentais das bibliotecas". Esta, embora extensa, vale ser citada porque contém os seguintes dizeres sobre os direitos dos leitores e das bibliotecas:

I. Livros e outros materiais de biblioteca devem ser providos para o interesse, informação e esclarecimento de todas as pessoas da comunidade a ser servida. Nenhum material deve ser excluído por motivos de origem, antecedentes ou pontos de vista daqueles que contribuíram para sua criação.

II. As bibliotecas devem prover materiais e informação que apresentem todos os pontos de vista com relação a fatos históricos e correntes. Os materiais não devem ser proibidos ou removidos por razões de desaprovação doutrinal ou partidária.

III. As bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de prover informação e esclarecimento.

IV. As bibliotecas devem cooperar com todas as pessoas e grupos preocupados em resistir à restrição da livre expressão e livre acesso às ideias.

V. O direito de um indivíduo ao uso de uma biblioteca não deve ser negado ou reduzido devido à sua origem, idade, antecedentes ou pontos de vista.

VI. As bibliotecas que tornam acessível, ao público que servem, espaços e salas de reuniões, devem deixar tais facilidades acessíveis em bases equitativas, independente das crenças ou afiliações de indivíduos ou grupos que solicitem seu uso (*Manifesto...*, 2013, *online*)

Sem a pretensão de enveredar pelos campos de outras áreas muito diversas da biblioteconomia ou ainda da Ciência da Informação, procuramos por tipologias quanto às concepções de censura. Encontramos pelo menos duas tipologias que incide luz sobre a questão, mais voltada para o âmbito das bibliotecas. A primeira concepção é de G. Edward Evans (2005), que explica as três formas de censura conforme os lugares de poder dos sujeitos ou grupos que a exercem. Nesse sentido, ele explicou que a censura pode ser exercida: pelo Estado por meio de atos legais ou administrativos, pela pressão individual ou de um grupo, ou ainda pelo próprio bibliotecário, a autocensura.

A censura que parte do Estado é aquela que por vias de leis e atos administrativos decreta a proibição de materiais na biblioteca ou pode ser de ordem classificatória quanto à faixa etária adequada. A censura de indivíduos ou grupos pode ter motivações morais, estéticas, psicológicas, culturais quando um indivíduo ou grupo acredita que precisa “proteger” os demais leitores de determinados conteúdos considerando-os inapropriados. A autocensura, no entanto, é feita pelo autopolicamento do bibliotecário ao impor valores e ideologias que acredita ser mais apropriadas. No entanto, há que se considerar que a censura, se trata de ações paternalistas que se acreditam como medida protetiva imposta sob “boas intenções”.

A respeito da função de censor, Leitão (2010) mostrou que há distinção entre um selecionador e um censor. O selecionador é aquele que pratica uma abordagem positiva de sua função, encontrando motivos para manter o material. Ele visa à liberdade intelectual e de expressão, por isso, entenderá o livro em relação ao seu contexto. Assim, possibilitará o acesso à informação e, principalmente, confiará na inteligência e no discernimento do leitor. Ao contrário do censor que sempre parte de uma premissa negativa, busca aspectos os quais possam impedir a disponibilidade da obra. Entende que deve “proteger” o leitor dos efeitos

que a leitura causará. O censor acredita só nele mesmo e funciona como mecanismo de controle, exercício da interdição no discurso. É ele quem decide arbitrariamente sobre o que deve ser mantido ou adquirido.

Esta dimensão pode ser complementada por outras três possibilidades de compreensão da censura que a classifica conforme o momento em que a censura é aplicada ao objeto, se antes ou após sua concepção. Nesse sentido, o francês Emmanuel Pierrat publicou um artigo em 2009, sobre as formas atuais de censura para o Dossiê: “Censura e Bibliotecas Públicas”. Neste artigo, ele trata de dois tipos de censura: *a priori* e *a posteriori*.

O primeiro tipo refere-se a ideia de evitar a publicação de uma mensagem bem como sua circulação, é o que provavelmente já é feito pelo mercado editorial, que escolhe o que deve ou não ser publicado, sob a prerrogativa de saber o que seria melhor para a sociedade ter disponível para aquisição. O segundo tipo, trata-se da censura após a publicação, com o objetivo de impedir o acesso e proibir a circulação de uma mensagem.

Há ainda, segundo Leitão (2010) a possibilidade de se estender a ação censória nos processos técnicos, peculiares à Biblioteconomia, para as atividades de:

- etiquetagem (*tabelinha* na expressão original): na qual o bibliotecário assinala as obras que considera impróprias, impondo uma segregação ao material e criando condição para que todo o acervo contenha uma etiqueta.
- restrição ao acesso: no qual os livros são separados ou mesmo catalogados para restrição ao acesso, ou quando os livros são separados ou catalogados intencionalmente para não serem localizados.
- Expurgo: “qualquer supressão, excisão, alteração, edição ou obliteração de qualquer parte [...] dos recursos da biblioteca pela biblioteca, seus agentes ou instituição mantenedora” violando não somente o direito do leitor, como também o do autor da obra.

Esses modos de classificar a censura nos permitem uma noção sobre as possibilidades de censura que poderíamos encontrar nos discursos dos documentos das políticas públicas que foram analisados ou dos atores que orientam a sua execução. A seguir abordaremos a questão do silenciamento.

3.3.2 Silenciamento

Quando pensamos sobre o processo de seleção, etapa integrante do processo de Desenvolvimento da Coleção, podemos perceber que ele é um processo subjetivo, embora deva estar fundamentado em diretrizes como as políticas próprias. No sistema ocidental que herdamos, embora o refutemos, as obras de arte, artigos científicos, pesquisas, matérias de imprensa, tudo obedece a uma ordem, conforme a autoridade de uma instituição. Desde

sempre a sociedade cujo modelo é ocidental tem sido palco de disputas pelo poder entre as instituições, senão as religiosas, as políticas, as científicas, sociais e outras.

Algumas vertentes teóricas que descendem dos Estudos Culturais, a exemplo dos estudos subalternos da Índia, se debruçaram sobre esta forma de controle que cerceia de toda forma o discurso subalterno. A exemplo disso, tem-se a publicação de Gayatri Spivak, “Pode um subalterno falar?”, no qual a autora identifica que mesmo quando o intelectual tem o propósito de dar voz ao subalterno, ele suprime o discurso do subalterno porque a voz no discurso não é a sua própria, mas a do intelectual. Nesse sentido, os Estudos Culturais têm uma grande contribuição para este trabalho, pela gama de estudos que denunciam a ordem perversa do discurso.

Assim, a interdição sugerida por Spivak é em si um mecanismo de silenciamento, porque restringe, prescreve, seleciona. Ela é um procedimento de exclusão de discursos constituindo-se como uma estratégia de disciplinarização para os enunciadores. O silenciamento, segundo Orlandi (1997) subdivide-se em: silêncio constitutivo, apagamento necessário de palavras ao falar; e silêncio local, ou censura, em que se proíbe a enunciação de algo em uma certa conjuntura (ORLANDI, 1997). Esta autora compreende censura como “qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso de sentidos” (ORLANDI, 1997, p.13).

Sob o circuito discursivo compreendido por Orlandi (1997) é na materialidade do discurso que o enunciador produz sentidos e, desse modo ao evitar o silêncio, não o está negando ou excluindo como se ele não existisse, pois, o silêncio é constitutivo de todo processo de significação, ele não fala, mas significa (ORLANDI, 1997). A exemplo disso, tem-se a busca por “uma identidade nacional”, por uma língua que a sustentasse. Esta busca instaurou o silenciamento de todo um processo histórico e tentou estancar o movimento de significação e de identificações. Este é um exemplo das tentativas diversas de homogeneização cultural em que se separa e rejeita o discurso do subalterno.

O que podemos inferir disso é que todas as instituições são atravessadas pelas disputas pelo poder de legitimar o discurso de alguns e silenciar o dos demais. As Bibliotecas Públicas não estão imunes. Elas podem ser o alvo de reivindicações da Sociedade Civil, como de imposições de normas do Estado. A análise dos documentos revelou uma série de disputas, de interdição e de intervenção do Estado como órgão disciplinador. Os discursos de documentos e atores que atuam nessas políticas tanto podem expressar uma iniciativa de democratizar a composição das coleções das bibliotecas, como podem apresentar mecanismos de controle como a censura e silenciamento.

Observamos na literatura quanto ao processo de DC algumas possibilidades implícitas (silenciamento e cerceamento da liberdade intelectual) e explícitas (censura pelo Estado) de exercício do poder. Incluímos à categoria interdição, o controle no processo de DC a exemplo da censura, do silenciamento e do cerceamento da liberdade intelectual. A seguir, no quarto capítulo são tratadas algumas reflexões e conceitos propostos por Michel Foucault para que se tornem mais claras as relações de poder na ordem discursiva e a proposta de certo rigor na análise dos discursos, o qual buscamos empregar neste trabalho.

4 RELAÇÕES DE PODER E A ORDEM DO DISCURSO

A proposta deste capítulo é apreender pistas que os discursos nos apresentaram quanto à representação da diversidade cultural e epistêmica nos discursos das políticas culturais. Isto significa que o exercício de poder deixa marcas no discurso, as quais seguiremos para compreensão das motivações, exclusões, inclusões e posicionamentos dos sujeitos neste campo de disputas que é o discurso político.

Inicialmente, para uma compreensão das relações de poder que de certo modo orquestram a ordem discursiva, deslocamos o olhar do poder para o sujeito, ou seja, para o modo como o indivíduo torna-se sujeito. Em “O sujeito e o poder”, Michel Foucault propõe uma análise das relações de poder que consiste em usar as formas de resistência para esclarecer tais relações, perceber sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados, o que ele chama de antagonismo de estratégias.

Em se tratando dessas lutas pelo exercício de poder a exemplo da luta das mulheres, dos povos negros e indígenas, Foucault apresenta algumas das características que elas têm em comum. Ele afirmou que elas resistem contra uma forma específica de poder, o governo da individualização, pela oposição à uma fragmentação da vida comunitária, mas também afirmam o direito de ser diferente. Outro ponto comum dessas lutas é a oposição ao regime do saber, aos privilégios de saber, ao segredo e ao que o saber privilegiado impõe às pessoas.

Essas lutas também se opõem ao estado de violência econômico e ideológico que ignora quem somos individualmente. O autor sintetiza que “Em suma, o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto tal ou tal instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder” (FOUCAULT, 1995, p. 235)

Esta forma de poder é a que categoriza o indivíduo sujeitando-o a ligar-se à sua própria individualidade e identidade, impondo uma lei de verdade e tornando o indivíduo sujeito, e, provavelmente na contemporaneidade não há indivíduo na sociedade que tenha escapado de rotulações. Assim, para este autor, sujeito poderia ser entendido como alguém que está sujeito a alguém pelo controle e dependência, e o sujeito que está preso à uma identidade que lhe foi imposta. Ambas concepções remetem a uma forma de poder que subjuga e torna as pessoas sujeitas. Isto é importante para a compreensão das relações de poder no interior das lutas na ordem discursiva.

A partir desta concepção de sujeito, podemos compreender que o processo mesmo de DC, sobre o qual incide ações como a censura, o cerceamento da liberdade intelectual e o silenciamento, é passível de exercício de poder sujeitando as pessoas a lidar com consequências de escolhas sobre as quais não tiveram efetiva participação. Isto gera uma série de lutas e disputas entre os sujeitos.

Para Foucault, essas lutas podem ser de três tipos: contra as formas de dominação (étnica, social e religiosa); contra as formas de exploração que separa o indivíduo daquilo que ele produz; contra formas de submissão, subjetivação. Essas três formas de sujeitar relacionam-se e de modo algum acontecem isoladamente. Isto se deve, segundo Foucault a uma forma de política de poder que se desenvolveu e tem se estabelecido que é a do Estado, a qual ignora os indivíduos e se ocupa apenas da totalidade, ou de uma classe ou grupo dentre os cidadãos (FOUCAULT, 1995, p. 236).

Esta forma de poder que o Estado exerce na sociedade pode ser compreendida como algo que designa relações entre “parceiros”, ele coloca em jogo as relações entre indivíduos, pois, se tratamos do poder das leis, das instituições ou das ideologias podemos inferir que se trata do poder exercido por “alguns” sobre outros. Estas influências de alguns sobre outros

se exercem por um aspecto extremamente importante através da produção e da troca de signos; e também não são dissociáveis das atividades finalizadas, seja daquelas que permitem exercer este poder (técnicas de adestramento, os procedimentos de dominação, as maneiras de obter obediência), seja daquelas que recorrem, para se desdobrarem, a relações de poder (como na divisão do trabalho e na hierarquia das tarefas)(FOUCAULT, 1995, p. 241)

Isto indica que o exercício de poder não se dá em uma relação de parceiros individuais ou coletivos, mas em uma ação de alguns sobre outros e somente existe poder no ato e não necessariamente é da ordem do consentimento. Não há espontaneidade no

exercício de poder como também não há consentimento ou transferência de direito. Isto nos dá uma noção da assimetria no interior das relações de poder que se articulam em dois elementos, segundo Foucault (1995).

Tais elementos são a manutenção de um “outro” sobre o qual se exerce o poder reconhecido como sujeito da ação, e a abertura de um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis, os quais se dão por meio de violências ou de aquisição de consentimentos. O exercício do poder não seria em si mesmo uma violência, mas um conjunto de ações sobre ações, ele incita, induz, desvia, facilita, ou torna mais difícil, amplia, limita, torna mais ou menos provável, coage, ou impede absolutamente, necessariamente como uma ação sobre um ou vários sujeitos ativos.

Esta é a condição da relação de poder, ela só pode existir no exercício do poder sobre sujeitos livres, ou seja, sobre sujeitos que se encontram sobre condições de reações e de condutas diversas. Para Foucault, não existe relação de poder no qual as determinações estão saturadas, como no caso da escravidão, por exemplo, em que o homem acorrentado não pode seguir uma conduta de liberdade. Assim, não há confronto entre poder e liberdade, nas relações de poder e de exclusão, a liberdade aparece como condição de existência do poder. Portanto, a relação de poder é indissociável da insubmissão da liberdade.

O cerne da relação de poder seria a recalitrância do querer e a intransigência da liberdade como pares opostos de forças, mas também mais do que um antagonismo, seria ação permanente de provocação. Esta seria enraizada e estatizada, governamentalizada, elaborada, racionalizada e centralizada na forma ou sob a caução do Estado. Isto não equivale a dizer que somente existem relações de poder sob ação do Estado, mas que todas as relações de poder a ele se referem.

A proposta de análise das relações de poder, segundo Foucault (1995) trata de elencar pistas que nos são deixadas pelas marcas das relações de poder no discurso. Ele sugere que as relações de poder sejam analisadas em instituições bem determinadas pois seria propício à observação da forma e da lógica de mecanismos elementares. No entanto, apresentam o inconveniente de nos depararmos com mecanismos e relações de poder interinstitucionais complexos, corremos também o risco de explicar o poder do lugar de fala do próprio poder e de privilegiar uma ou outra relação de poder.

As lutas e disputas no interior das instituições podem se dar pela dominação religiosa, étnica, ou cultural, tanto quanto social, econômica. Mas há ainda que se considerar que as relações de poder são exercidas por instrumentos legais que regem o funcionamento das instituições. Daí o interesse deste trabalho pelas políticas públicas ou dispositivos legais que norteiam as Bibliotecas Públicas. Será possível perceber quais hierarquias de poder são exercidas neste processo. Segundo Foucault (1995), os discursos refletem essas relações de poder e a ordem ditada por elas.

No entanto, ainda nos falta até esta fase de conceituação, um entendimento sobre como se operacionaliza a percepção das relações de poder no discurso que são parte do corpo deste trabalho. Para tanto, trataremos a seguir da compreensão de Michel Foucault (2009) acerca da Ordem do discurso e dos procedimentos que a influenciam, bem como quanto ao rigor necessário para a análise do discurso nesta ordem, de modo a subverter nosso olhar para o modo como as relações de poder podem ser apresentadas no discurso ou nas suas entrelinhas.

4.1 A ordem, o controle e a análise do discurso

Ao tratar da materialidade do discurso em uma ordem que nos é imposta na convivência em sociedade, na obra “A ordem do discurso”, Foucault explicou que na sociedade “a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcisar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade” (FOUCAULT, 2009; p.8-9).

O discurso não seria tão somente o que manifesta (ou esconde) o desejo, mas também “aquilo que é objeto do desejo”. Ele não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos” (FOUCAULT, 2009; p.8-9). No caso da proposta de reflexão incitada por este trabalho, a materialidade dos discursos das políticas culturais se dá através das leis, decretos e portarias que compõem o corpo empírico desta pesquisa.

Mas esta prerrogativa de discurso enquanto exercício do próprio poder nos leva a questionar o que Foucault (2008) estaria chamando de discurso. Ele explica que de modo geral e impreciso, o discurso “designava um conjunto de performances verbais; e entendia-se então por discurso o que havia sido produzido (eventualmente tudo que havia sido produzido) em matéria de conjunto de signos” (FOUCAULT, 2008, p.122).

No entanto, poderia se compreender também por discurso “um conjunto de atos de formulação, uma série de frases ou de proposições”. O autor estabelece que “o discurso é constituído por um conjunto de sequências de signos, enquanto enunciados, isto é, enquanto lhes podemos atribuir modalidades particulares de existência” (FOUCAULT, 2008, p.122).

Para ele a lei que rege esta série ou sequência de enunciação é o que ele chamou de formação discursiva, ou seja, o princípio de dispersão e de repartição, “não das formulações, das frases, ou das proposições, mas dos enunciados, o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2008, p. 122).

O princípio que regula a unidade entre objeto, conceito, teoria e sujeito, numa série de enunciados, delimitando, por exemplo, o discurso das políticas culturais, é a formação discursiva. Nas palavras do autor:

caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008, p. 43).

A formação discursiva corrobora a premissa de que o enunciado exerce o papel de uma função de existência, definido pelos quatro conjuntos de regras que a caracterizam: formação das modalidades enunciativas, formação dos objetos, formação do conceito e formação das estratégias ou tema. A análise desses quatro elementos da formação discursiva que baliza as demarcações próprias do enunciado em sua especificidade.

Assim, ao invés de considerar que o discurso é feito apenas de uma série de acontecimentos homogêneos, as formações discursivas distinguem diversos planos de acontecimentos possíveis:

plano dos próprios enunciados em sua emergência singular; plano de aparecimento dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos, das escolhas estratégicas (ou das transformações que afetam as que já existem); plano da derivação de novas regras de formação a partir de regras já empregadas - mas sempre no elemento de uma única e mesma positividade; finalmente, em um quarto nível, plano em que se efetua a substituição de uma formação discursiva por outra (ou do aparecimento e do desaparecimento puro e simples de uma positividade) (Foucault, 2008, p. 193)

Essa noção de formação discursiva nos apresenta o caráter descontínuo e suas diversas possibilidades de planos de acontecimentos. Tais planos seguem uma lógica, uma ordem que é orquestrada por procedimentos internos e externos que se exercem sobre a enunciação, o ato de proferir o discurso.

O poder não seria simplesmente a cola que une o social ou a força coercitiva que subordina um conjunto de pessoas a outro, mas o processo que gera e possibilita qualquer forma de ação social. Neste sentido, o poder, embora certamente constrangedor, também está capacitando. Dito isto, podemos perceber a afinidade dos Estudos culturais e a Análise do Discurso quanto à preocupação específica com grupos subordinados. Os Estudos Culturais se tratam de um campo interdisciplinar, no qual as perspectivas de diferentes disciplinas podem ser selecionadas, para examinar as relações de cultura e poder dentre as formas de poder diversas que incluem: Gênero, raça, classe, colonialismo, e outros (BARKER; GALASÍSKI, 2001).

Quanto aos procedimentos de controle da ordem discursiva, Foucault (2009) os distingue em internos e externos. Os procedimentos externos, sumariamente tratam de:

- **Interdição:** não se tem o direito de dizer tudo, não se pode falar tudo em qualquer circunstância, qualquer um não pode falar de qualquer coisa. Este encontra-se muito

diretamente relativo às coleções encontradas nas bibliotecas. Esta regulação decide quais discursos estarão disponíveis nas bibliotecas;

- **Segregação da loucura:** Separação dialética Razão/Loucura, a palavra do louco não é ouvida, senão como uma palavra de verdade que os indivíduos normais não percebem;
- **Vontade de Verdade (oposição verdadeiro/falso):** O discurso é interpretado como verdadeiro ou falso conforme a “vontade” de uma elite hegemônica que determina de acordo com as circunstâncias históricas o discurso que deve ser legitimado. A sociedade legitima, por exemplo, o discurso da ciência, mas conforme a vontade dos grupos que exercem o poder, pode legitimar o discurso religioso.

Dentre esses procedimentos de controle da ordem discursiva, tomaremos como categoria de análise dos discursos a observação da interdição, sobretudo porque o processo de DC, conforme apontado pela seção anterior, sofre direta incidência de censura, silenciamentos e cerceamento à liberdade intelectual os quais são exemplos de interdição que podem ocorrer conforme a vontade de verdade dos grupos que exercem o poder neste processo.

Para Foucault a interdição trata-se de não poder dizer o que se quer, de um cerceamento deliberado do discurso, também assim é a censura, uma tentativa de refrear a incidência de certos discursos. Ele diz

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2008, p. 9)

Os procedimentos de controle servem ao cerceamento do discurso, ou seja, é sabido que não se tem o direito de dizer tudo, e nem falar de tudo em qualquer circunstância ou quiçá falar de qualquer coisa. O que podemos compreender é que os procedimentos externos dizem das coisas que o discurso regula sobre si e não dentro de si. Após a enunciação, o discurso sofre a influência da interdição, da segregação entre razão e loucura, e da vontade de verdade. Foucault nos explica que

[...]essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão [interdição], apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas como as sociedades de sábios de outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 2008, p. 17)

Segundo Foucault (2009), a observação de algumas exigências ou princípios metodológicos específicos, são importantes para a condição de pensador, a saber:

- **Princípio de Inversão:** procurando distinguir as formas de exclusão, de limitação e de apropriação do discurso, mostrando como é que se formaram, a que necessidades

respondem, como é que se modificaram e deslocaram, qual o constrangimento que exerceram efetivamente e em que medida que foram modificados.

- **Princípio de descontinuidade:** Os discursos devem ser tratados como práticas descontínuas, que se cruzam às vezes, mas também se ignoram e excluem;
- **Princípio de especificidade:** Não transformar o discurso em um jogo de significações prévias; não imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas.
- **Princípio da exterioridade:** Não passar do discurso para o seu núcleo interior e escondido ou para o âmago de um pensamento ou de um sentido que se manifestaria nele, mas a partir do próprio discurso, de sua aparição e de sua própria regularidade, passar às suas condições externas de possibilidade.

Diante desses princípios reguladores do discurso estamos certos de que o discurso tem sua origem no saber, mas o saber não é o discurso.

Sob tal rigor de postura e procedimentos metodológicos, falta-nos, ainda, a compreensão do que constitui a análise discursiva proposta por Foucault. Trata-se da compreensão do enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação e de determinar as condições de sua existência, fixando seus limites da forma mais justa e estabelecendo suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação são excluídas (FOUCAULT, 2008, p. 31).

Portanto, o que se busca não está necessariamente manifesto, mas pode estar velado sob a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar porque não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (FOUCAULT, 2008).

Podemos inferir, desse modo, que analisar o discurso é o ato de fazer com que “desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (FOUCAULT, 2008, p. 171).

Neste trabalho, o primeiro procedimento de controle externo ao discurso proposto por Foucault, a interdição, será uma abordagem empregada como categoria de análise devido à sua evidente influência sobre o processo de Desenvolvimento de Coleções tal como apresentado na segunda seção, exemplificado pela incidência da censura, do silenciamento dos discursos e do cerceamento da Liberdade intelectual.

A análise do discurso foi empregada neste trabalho na fase de análise dos dados e, portanto, sua explicação fez-se cara ao embasamento das escolhas metodológicas. A proposta de análise de Michel Foucault apresenta uma certa complexidade, mas acredita-se

que poderá guiar a análise das políticas culturais que direcionam o processo de DC, no sentido de percebermos as contradições, as estratégias, as razões e as obliterações veladas nos discursos dos dispositivos que as constituem.

5 A CULTURA, DIVERSIDADE CULTURAL, E COLONIALIDADE

*Old pirates, yes, they rob I / Sold I to the merchant ships
Minutes after they took I / From the bottomless pit
But my hand was made strong / By the hand of the
Almighty / We forward in this generation Triumphantly"...
(Redemption Songs / Bob Marley)*

Entre as décadas de 1950 e 1960, o *Centre for Contemporary Studies* da Universidade de Birmingham, na Inglaterra, fundado por Richard Hoggart, E. P. Thompson e Raymond Williams propôs-se a pensar a cultura popular, as relações com os meios de comunicação de massa e a formular políticas culturais. Os Estudos Culturais passaram a delinear o modo como as produções culturais articulariam ideologias, valores e representações múltiplas de sexo, raça e classe na sociedade, bem como o modo como esses fenômenos se inter-relacionam, e divergem. Trata-se de uma postura crítica cujo enfoque dos fundadores está mais ligado à construção de identidades e questões de classe e de ideologia.

Na contemporaneidade, os Estudos Culturais (EC) não mais se limitam aos centros de pesquisa ingleses e cada vez mais têm influenciado as pesquisas na Austrália, Canadá, Estados Unidos, alguns países do continente africano, a Índia e a América Latina, o que não significa que exista uma disciplina institucionalizada para o campo. Como explica Stuart Hall (2000), os Estudos Culturais não se configurariam como uma disciplina, mas uma área onde diferentes disciplinas estão interagindo, visando o estudo de aspectos culturais da sociedade.

Inicialmente, em sua primeira fase, na década de 1950, esses estudos foram constituídos de obras seminais como: “As utilizações da cultura” de Richard Hoggart, publicado em 1957; “Cultura e sociedade” de Raymond Williams”, publicado em 1958; e, “A classe trabalhadora inglesa” de E. Thompson, publicada em 1963.

Sumariamente, Richard Hoggart rompeu com a tradição de pesquisa por tomar como foco a cultura dos sujeitos excluídos das pesquisas qualitativas, a produção cultural da classe trabalhadora e da existência de formas de resistência à submissão em seu interior. Sob uma concepção marxista E. Thompson contribuiu para os estudos culturais (EC) resistindo à imposição da concepção da cultura como modo de vida global, e propondo uma concepção de cultura como espaço de lutas entre modos de vida diferentes.

Outra grande contribuição é a de Raymond Williams, que conseguiu estabelecer a categoria da cultura como ponto-chave entre a análise literária e a investigação social. As bases teóricas da perspectiva marxista dos Estudos Culturais têm como princípio a valorização de aspectos históricos, recorrendo aos conceitos de autores como Louis Althusser, com o conceito de ideologia e a defesa sobre a concorrência entre práticas (econômicas, culturais e políticas) que compõem a sociedade. Antônio Gramsci foi apropriado pelos EC a partir da concepção de hegemonia e contra hegemonia, e outras.

Esses estudos contribuem para este trabalho com sua noção de cultura que provém da obra de Raymond Williams. Ele defendia a tese de que as questões diretamente propostas pelas grandes mudanças históricas que afetaram a indústria, a democracia, as classes sociais são refletidas na arte, inclusive como uma resposta às mudanças.

Esta concepção que vai muito além de um conceito estanque trata-se de uma proposta de pensar as relações e práticas entre a sociedade e as mudanças sociais, tomando-se aspectos culturais para análise, como as práticas culturais e instituições culturais de indivíduos e grupos sociais e suas relações na sociedade. Os EC serviram à estruturação de uma consciência crítica. Exemplo disso, pode ser observado por meio da emergência de diversos grupos de estudos, alguns chamados de estudos subalternos, estudos pós-coloniais e outros.

Segundo Foucault (2009), as disputas geradas pelas relações de poder poderia tratar se de questões da dominação étnica e religiosa, pela subjugação do sujeito, subjetivação e por questões de cunho econômico social. Estamos observando os aspectos culturais, no movimento de elaboração das políticas culturais, que incidem sobre o fenômeno do Desenvolvimento de Coleções em instituições culturais como as Bibliotecas Públicas. Esses aspectos culturais são delimitados pela concepção de cultura tratada a seguir.

Na obra “Palavra-chave”, Raymond Williams admitia uma grande dificuldade de apreensão da cultura. Associada ao contexto histórico, a palavra cultura de origem latina, *colere*, era entendida como **culto** ou **cultivo** no século XV. Desenvolveu-se em sua acepção

da língua inglesa, do sentido de cultivo para *cultus* adoração ou veneração. Ainda na acepção francesa, *couture*, o significado até o século XVII, era compreendido, aproximadamente, como o trabalho de cultivar (WILLIAMS, 1992).

Uma vez superada esta perspectiva de uso da palavra cultura, que se associava com o cultivo de materialidades como plantas e frutas podemos perceber na obra de Williams as seguintes concepções: a) cultura como o conteúdo independente e abstrato que designa um processo geral de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético a partir do século XVIII, b) substantivo independente utilizado de maneira geral a partir das obras de Herber e Kleim, para designar o modo de um povo, um período ou grupo determinado; c) cultura enquanto substantivo independente e abstrato que descreve as obras e práticas de atividade intelectual e especialmente artística, muitas vezes para o uso mais difundido, cultura é música, literatura, pintura e escultura, teatro e cinematografia, mas também filosofia, história, conhecimento acadêmico, ou seja, toda produção intelectual, estética, acadêmica. Este último uso apresenta complexidade em datar, mas o autor afirma que no idioma inglês passou a ser mais utilizado a partir do século XIX e início do século XX, a exemplo de obras como *Culture and Anarchy* de Arnold em 1867 (WILLIAMS, 1992).

No entanto, Williams se interessa mais pelo sentido empregado pela arqueologia e antropologia cultural, pois apontam para a produção material e sistemas significantes simbólicos. Ele adverte que não podemos separar o estudo do emprego do termo cultura e de sua concepção, das relações sociais e exclusões nas quais ele foi empregado. Ele nos explica que

A história da ideia de cultura é a história do modo porque reagimos em pensamento e em sentimento à mudança de condições por que passou a nossa vida. Chamamos cultura a nossa resposta aos acontecimentos que constituem o que viemos a definir como indústria e democracia e que determinaram a mudança das condições humanas. [...] A ideia de cultura é a resposta global que demos à grande mudança geral que ocorreu nas condições de nossa vida comum. (WILLIAMS, 1992, p. 305).

Na obra “*Cultura*” publicada em 1992, Raymond Williams supõe a cultura como algo que não pode ser monolítico, universalista. Ele assume a cultura como o “sistema de significações”. Em suas palavras, a cultura é

sistema de significações mediante o qual necessariamente (se bem que entre outros meios) uma dada ordem social é comunicada, reproduzida, vivenciada e estudada [...] mas também todas as “práticas significativas” – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade – que agora constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (Williams, 1992, p. 13).

Não se trata de uma concepção de uma dimensão que se limita aos fazeres de um modo de vida, tampouco se trata de uma forma de qualificar e distinguir as práticas. Trata-se de considerar o sistema, as relações das práticas de significação em diversas e diferentes práticas culturais como a linguagem, a moda, a filosofia.

Esse sistema de significação está diretamente relacionado com o modo como representamos o mundo, pois, a partir dos conhecimentos que nos são legados pelos grupos aos quais pertencemos é que atribuímos sentido, significamos e ressignificamos.

O sistema de significação está repleto de discursos. Estes, por sua vez, para Foucault, constroem o tópico, definem e produzem os objetos do nosso conhecimento, governam a maneira como pensamos, conversamos e raciocinamos sobre um tópico. Eles influenciam como as ideias são postas em prática e usadas para regular o comportamento dos outros, definindo uma maneira aceitável e compreensível de falar, escrever ou se comportar. Eles nunca consistem em uma afirmação, um texto, uma ação ou uma fonte, mas aparecem através de uma série de textos, e como formas de comportamento em um número de diferentes sites institucionais dentro da sociedade (HALL, 1997, p. 26).

Para esclarecer, em uma analogia, o cenário político funcionaria como um campo de disputas, o discurso funcionaria como uma modalidade de disputa pelo exercício de poder e a luta seria por representação que é a ação profícua desse exercício. Firmar, estabelecer, fixar, delimitar, distinguir um conjunto de sentidos nas relações de poder é o exercício do poder, porque a política impõe as regras do jogo, da ordem, do funcionamento das instituições culturais como as bibliotecas.

O conjunto de regras representado nas políticas é que vai dar as cartas ao seu modo, nesse jogo de disputas pelo conteúdo e aspectos ou pontos de vista que poderemos encontrar nas coleções das bibliotecas. Daí a importância de compreender o que se concebe como cultura enquanto sistema de significação. Mais do que um ato de produzir sentido individualmente, nós produzimos sentido a partir de um repertório de conhecimentos que nos foi legado coletivamente. Essa dimensão cultural advinda dos EC nos permite compreender que não atribuímos sentido ou significamos a partir do zero e individualmente, tampouco a partir dos sistemas de significação imposto pelos colonizadores aos povos da América Latina. Nós recebemos conjuntos de regras comportamentais e de significação de todos os grupos que partilhamos.

A seguir, abordaremos algumas concepções que embasaram os estudos pós-coloniais, mais especificamente, do Grupo Colonialidade / Modernidade (M/C), as quais servirão para composição do *locus* investigativo e de enunciação para esta análise com as reflexões que compõem as suas categorias.

5.1 Pós-colonialismo e o grupo modernidade / colonialidade

*“Won't you help to sing / These songs of freedom?
'Cause all I ever have
Redemption songs / Redemption songs”
(Redemption Songs / Bob Marley)*

Para compreender os estudos que configuram o pós-colonialismo ou estudos pós-coloniais (PC), precisamos ter em mente que o termo pode referir-se a um conjunto de contribuições que emergem do campo dos EC e literários, os quais ganharam evidência na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir da década de 1980. Para Homi Bhabha (1998), um de seus pensadores clássicos

A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das 'minorias' dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma 'normalidade' hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das 'racionalizações' da modernidade. Para adaptar Jurgen Habermas ao nosso propósito, podemos também argumentar que o projeto pós-colonial, no nível teórico mais geral, procura explorar aquelas patologias sociais – 'perda de sentido, condições de anomia' – que já não simplesmente 'se aglutinam à volta do antagonismo de classe, [mas sim] fragmentam-se em contingências históricas amplamente dispersas (BHABHA, 1998, p. 239)

O PC compartilha do "caráter discursivo do social", do "descentramento das narrativas dos sujeitos contemporâneos", do "método da desconstrução dos essencialismos" e da "proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade" (COSTA, 2006, p. 83-84). Em suma, os estudos pós-coloniais constituem-se como um conjunto de teorias que analisa os efeitos políticos, filosóficos, artísticos e literários deixados pelo colonialismo nos países colonizados.

A base do argumento deste conjunto de teorias é a relação colonial antagônica colonizador / colonizado, apontada por Frantz Fanon que explicava que a presença do outro nos impede de sermos totalmente nós mesmos, o que decorre da impossibilidade de constituição da subjetividade (Fanon, 2005, [1961]). Além deste argumento, tem-se a questão da diferença colonial, "processo de enunciação da cultura como 'conhecível', legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural", por meio do qual afirmações da cultura ou sobre a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade (Bhabha, 1998, p. 63). Os argumentos pós-coloniais pretendiam denunciar esta diferença cultural e interceder pelo colonizado.

Há um compartilhamento entre os autores contemporâneos sobre o pioneirismo e importância de quatro obras principais no embasamento do pensamento pós-colonial: Frantz Fanon (1925-1961) no livro "Os condenados da terra" (1961), – psicanalista, negro, nascido na Martinica e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia, Aimé Césaire (1913-2008) no livro "Discurso sobre o colonialismo" (1950), poeta, negro, também nascido na Martinica – Albert Memmi (1920-) no livro "Retrato do colonizado precedido de retrato do

colonizador” (1947), – escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica; e a obra “Orientalismo” (1978), de Edward Said (1935-2003), crítico literário de origem palestina.

Este último livro mostrou o Oriente como “invenção” do Ocidente, denunciando a funcionalidade da produção do conhecimento no exercício de dominação sobre o “outro”. Assim, basicamente, pode-se inferir que “os discursos críticos pós-coloniais exigem formas de pensamento dialético que não recusem ou neguem a outridade (alteridade) que constitui o domínio simbólico das identificações psíquicas e sociais” (BHABHA, 1998, p. 241).

Na década de 1970 surgiu outro movimento que reforçou os estudos pós-coloniais, que foi a emergência do grupo de estudos subalternos liderado por Ranajit Guha, cujo principal objetivo era de “analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, mas também a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana” (GROSGOUEL, 2008, p.116); e a historiografia marxista ortodoxa (CASTRO-GOMEZ; MENDIETA, 1998).

Gayatri Spivak, tradutora de Jacques Derrida, influenciou os estudos subalternos com a teoria desconstrucionista, o que parece ter gerado mal-estar dentro do Grupo do *Subaltern studies*. No entanto, em 1985 ela publicou um artigo que se tornou grande expoente dos estudos subalternos e pós-coloniais, intitulado “Pode o Subalterno falar?”. Neste artigo, ela fez uma autocrítica aos estudos subalternos, por levantar o questionamento sobre a possibilidade de os intelectuais falarem pelo subalterno. Para ela, a presunção dos intelectuais de falar pelo subalterno acaba por corroborar seu silenciamento, acometendo-os ao silêncio, pois, ato algum de resistência poderia ocorrer em nome do subalterno sem que fosse imbricado no discurso hegemônico.

Na década de 1980 o debate pós-colonial passou a ser difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos, cujos expoentes mais conhecidos no Brasil são Homi Bhabha (indiano), Stuart Hall (jamaicano) e Paul Gilroy (inglês). Em um contexto de mudanças de ordem econômica, intelectual, surgem como categorias fundamentais: cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora, com intuito de observar as lógicas coloniais modernas, convergindo, assim, os estudos pós-coloniais com os estudos culturais.

Esse histórico da genealogia dos estudos pós-coloniais é importante para a compreensão da origem de uma linha teórica que descende dos estudos pós-coloniais e, conseqüentemente, dos Estudos Culturais, que é o Grupo Modernidade / Colonialidade (M/C). Este grupo nos apresentou uma discussão necessária para a compreensão das noções de Colonialidade do poder, colonialidade do saber, interculturalidade, diversidade cultural e epistêmica e as relações de poder que as perpassam (gênero, classe e raça e outras).

A seguir abordaremos as principais bases do Grupo M/C as quais contribuem para composição das categorias de análise deste trabalho.

5.2 Grupo Modernidade/Colonialidade e Diversidade Cultural e Epistêmica

*“Emancipate yourselves from mental slavery
None but ourselves can free our minds”...
(Redemption Songs / Bob Marley)*

Após a difusão internacional dos estudos subalternos e pós-coloniais, surgiu na década de 1990 o Grupo latino-americano dos Estudos Subalternos nos Estados Unidos. Em 1992 foi publicado o texto, hoje considerado seminal, de Aníbal Quijano, intitulado “Colonialidade e modernidade-razionalidade”, o qual servia de base às discussões desse grupo. Sua fundação original foi a publicação da revista *Boundary* em 1993, editada pela *Duke University Press* em inglês. Esta, traduzida por Santiago Castro-Gomez para o Espanhol como “Manifiesto inaugural do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos” em 1998. Este manifesto insere a América Latina na discussão pós-colonial.

Os principais pensadores representantes desta linha de pesquisa propunham por meio deste manifesto a reconstrução da história Latino-americana, incorporando vários dos temas dos *Subaltern Studies* indianos. No entanto, para eles, tal reconstrução seria uma alternativa ao projeto teórico feito pelos EC ingleses, daí a ênfase em categorias de ordem política como “classe”, “gênero” e “nação”, que apareciam como categorias descritivas da noção de hibridismo (CASTRO-GOMEZ; MENDIETA, 1998, p. 16). Além desta, outra crítica que denota um certo radicalismo, embora, pertinente, é a de Walter Mignolo quanto ao que ele chamou de imperialismo dos EC, pós-coloniais e subalternos. Assim

Ecoando críticas anteriores [...], Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais têm seu *locus* de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é preciso, por isso, buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu *locus* na América Latina (CASTRO-GOMEZ; MENDIETA, 1998, p. 17).

O argumento para esta proposta de composição de *locus* de enunciação, a partir da América Latina, se deve ao fato de que a trajetória da América Latina de dominação e resistência não foi mencionada no debate dos estudos subalternos. Além disso, a América Latina teve uma história diferenciada na expansão do capitalismo, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema imperial moderno. Ademais, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas.

Basicamente o fundamento teórico do Grupo M/C inclui a Teologia da Libertação de Enrique Dussel (anos 1960 e 70); os debates na Filosofia e Ciência social Latino-americana sobre Filosofia da libertação e ciências sociais autônomas debatidas por Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzales Casanova, Darcy Ribeiro; a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós-modernidade dos anos oitenta,

seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação nos EC nos anos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos.

Mignolo (2008) reconhece que se possa argumentar que a razão e a racionalidade ocidentais não sejam totalmente imperiais. Ele nos adverte que estes se tratam de pensadores que fazem a crítica sim, mas “crítica dentro das regras dos jogos impostos por razões imperiais nos seus fundamentos categoriais gregos e latinos” (MIGNOLO, 2008, p.290-291). Ele chama atenção para o fato de que há muitas opções “além da bolha do *Show de Truman*”, e que delas emergem o pensamento decolonial (MIGNOLO, 2008, p.290-291).

Isto seria o fazer decolonial, haja vista que a distinção moderna entre teoria e prática não se aplica quando adentramos no campo do pensamento da fronteira e nos projetos decoloniais, a exemplo do campo do quichua e quechua⁸, aymara⁹ e tojolabal¹⁰, árabe e bengali¹¹, e outras categorias de pensamento confrontadas com a expansão implacável dos fundamentos do conhecimento do Ocidente (MIGNOLO, 2008, p.290-291).

A seguir, algumas das principais teorias do Grupo M/C são exploradas com o intuito de compor a segunda e terceira categorias de análise enquanto um complemento à teoria de Foucault acerca da violência epistêmica, a fim de esclarecer outro ponto das lutas por ele apontadas que se referem à subjetivação.

5.2.1 Colonialidade do poder e do saber

O conceito de colonialidade contribui para este trabalho à medida que apresenta duas modalidades de exercício de poder, e de relações e disputas por este exercício. Uma delas trata de modo geral de uma força de colonialidade e tentativa incessante de controle sobre o trabalho, o sexo, a subjetividade e a autoridade, intitulada de colonialidade do poder; e outra força de colonialidade, a colonialidade do saber, que subjuga e submete os modos de conhecer, saber e produção de conhecimento a um paradigma unilateral epistemológico, o unilateral.

Os autores decoloniais mostram que na América Latina, há um fundamento crucial para este exercício do poder, que se baseia na ideologia ocidental quanto à sua supremacia racial sobre os povos latinos. Assim, por Colonialidade, o Grupo M/C compreende que:

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação

⁸ família de línguas indígenas da América do Sul.

⁹ Povo estabelecido desde a Era pré-colombiana no sul do Peru, na Bolívia, na Argentina e no Chile. Também conhecidos como Quollas ou Kollas.

¹⁰ Língua Maia falada em Chiapas, México. Está relacionado à língua chuj falada na Guatemala. Tojolabal é falado especialmente nos departamentos da Colonia Chiapanecana de [Las Margaritas] por cerca de 20 mil pessoas.

¹¹ Também conhecido como bengalês, é a língua indo-ariana falada pelas populações de Bangladesh e pelo estado indiano.

racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas, da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2000, p. 342).

Por poder esses teóricos compreendem o espaço em uma malha de relações sociais de exploração / dominação / conflito, articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controle dos seguintes meios de existência social:

[...] o trabalho e seus produtos; dependente o anterior, a 'natureza' e os seus recursos de produção; o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; a subjetividade, seus produtos materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento; a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular suas mudanças (QUIJANO, 2007, p. 76).

A colonialidade do poder foi um conceito desenvolvido por Aníbal Quijano, em 1989, o qual pretendia ao mesmo tempo denunciar a continuidade das formas coloniais de dominação, e contemporizar e atualizar processos que teriam sido apagados supostamente pela modernidade. Por Colonialidade do poder, o Grupo M/C compreende:

A expressão "Colonialidade do poder" designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo [¹²] moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da "colonialidade global" imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial, do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantem-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

O que ele sugere é que se deslocarmos um pouco do lugar de percepção de nós mesmos como "ocidentalizados", para um lugar de subjetividade que nasceu na América Latina, antes da tomada do seu território pelo povo europeu podemos lembrar, graças à história, memória e tradição dos nossos antepassados, a nossa versão sobre a imagem do que chegou às Américas junto com as grandes navegações. No conjunto de estratégias de dominação já se incluía o sobressalto à figura do homem branco, heterossexual, patriarcal, cristão, militar, capitalista, europeu, que trazia consigo uma série de hierarquias coexistentes naquele espaço-tempo, pedagogicamente explicadas por Aníbal Quijano, as quais se resumem em:

- uma concepção de formação de classes em que coexistem diversas formas de trabalho, organizadas pelo capital como fonte de produção de "Mais-valias", por meio da venda de mercadorias no mercado internacional, com vistas ao lucro;

¹² O sistema mundo capitalista seria essencialmente um sistema econômico que determina o comportamento dos principais atores sociais através da lógica econômica da obtenção de lucro, manifestando-se na extração de excedentes e na incessante acumulação de capital à escala mundial (Quijano, 2008, p. 389). Ou ainda "um todo histórico-estrutural heterogêneo dotado de uma matriz de poder específica a que se chama de 'matriz de poder colonial'" (Quijano, 2007, p.391)

- uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia, na qual o capital organizava o trabalho na periferia, conforme perspectivas autoritárias e coercitivas;
- um sistema interestatal de organizações político-militares, essencialmente controlado por homens europeus, institucionalizados em administrações coloniais;
- uma hierarquia étnico-racial que privilegia os povos europeus em detrimento dos não europeus;
- uma hierarquia global que privilegia os homens em detrimento das mulheres sob discursos velados pelo patriarcalismo europeu;
- uma hierarquia sexual que privilegia os heterossexuais em relação aos homossexuais e lésbicas, ressaltando que os povos indígenas não caracterizavam as relações entre pessoas do mesmo sexo com preconceito como patologias tal como os povos ocidentais o fazem;
- uma hierarquia espiritual que privilegia cristãos em detrimento de espiritualidades não cristãs/ e não europeias;
- uma hierarquia epistêmica que privilegia a cosmovisão ocidental universalista em detrimento de outras não-ocidentais;
- uma hierarquia linguística entre as línguas europeias e não-europeias que privilegia a comunicação e produção de conhecimento e de teorias por parte das primeiras, as quais subalternizam as últimas como produtoras de folclore ou cultura, mas não de conhecimento/teoria (QUIJANO, 2007).

A colonialidade do poder tem por base assimetrias alicerçadas nas hierarquias de raça, gênero e trabalho, que são elencadas como as principais formas de poder e perpassam as relações colonizado / colonizador, perpetuadas na contemporaneidade, ainda que de forma velada. Contudo, o que esta perspectiva do sistema mundo traz de novo é o modo como a raça e o racismo se tornam o princípio organizador que estrutura as múltiplas hierarquias da ordem social. Isto significa dizer que as diferentes formas de trabalho que se encontram articuladas com a acumulação de capital no âmbito mundial são distribuídas de acordo com esta hierarquia racial.

O trabalho coercitivo ou barato é feito por pessoas cujas características culturais, estéticas e outras não se assemelham às europeias e vivem na periferia, e o trabalho assalariado livre situava-se no centro (QUIJANO, 2007). Dessa forma, no período colonial as hierarquias de poder elencadas anteriormente, as quais se perpetuam até os dias de hoje, foram instauradas como estratégia de dominação e de exercício do poder.

É desse modo que o preceito decolonial ressignifica o conceito foucaultiano de “poder disciplinar”, ao mostrar que os dispositivos erigidos pelo Estado moderno se inscrevem numa estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias devido à expansão europeia. Esta premissa equivale a dizer que a modernidade é

um “projeto” na medida em que seus dispositivos disciplinares se vincularam a uma dupla governamentalidade jurídica. Trata-se por um lado, daquela governamentalidade jurídica exercida para dentro pelos estados nacionais, em sua tentativa de criar identidades homogêneas por meio de políticas de subjetivação; e, por outro lado, da governamentalidade exercida para fora, pelas potências hegemônicas do sistema-mundo moderno/colonial, em sua tentativa de assegurar o fluxo de matérias-primas da periferia em direção ao centro. Ambos os processos formariam parte de uma única dinâmica estrutural (CASTRO-GOMEZ, 2005a).

Para além de uma forma de colonialidade do poder, que pudesse ser exercido em hierarquias eurocêntricas, os grupos europeus dominadores contaram, segundo as teorias decoloniais, com a estratégia de colonialidade do saber, um tipo de colonialidade marcada pela diferença colonial e pela geopolítica do conhecimento. Ambas fundadas sob a noção de “violência epistêmica”, que seria a imposição de um rigor ideal de produção de conhecimento. Esta última, foi um conceito reelaborado a partir dos procedimentos de controle de Michel Foucault e ressignificado pelo grupo M/C, incluindo as perspectivas da reprodução de um tipo de racismo epistêmico¹³(MALDONADO-TORRES, 2008) e da negação da alteridade epistêmica¹⁴ (Castro-Gomez, 2005b).

Esses posicionamentos de racismo e violência epistêmica bem como a negação da alteridade epistêmica se constituem na tentativa de criar perfis de subjetividade estatalmente coordenados, conduzindo ao fenômeno que os decoloniais denominaram de “a invenção do outro”. Ao tratar da “invenção” referem-se não somente ao modo como um certo grupo de pessoas se representa mentalmente em relação a outras, mas também aos dispositivos de saber/poder que se constituem como marcos iniciais para a construção de tais representações. Isto se trata de um processo que ultrapassa certo “ocultamento” de uma

¹³ O rapto de africanos e sua escravização nas Américas foi um evento histórico e significativo (Nimako e Willemsen, 2011). Milhões de africanos morreram no processo de captura, transporte e escravidão nas Américas. Foi um genocídio em grande escala. Mas como com os outros casos mencionados acima, o genocídio era inerentemente um epistemicídio. Os africanos no continente americano foram proibidos de pensar, rezar ou praticar suas cosmologias, conhecimentos e visões de mundo. Eles foram submetidos a um regime de racismo epistêmico que proibiu seu conhecimento autônomo. A inferioridade epistêmica foi um argumento crucial usado para aduzir a inferioridade social biológica abaixo da linha do humano. A ideia racista no final do século XVI era que “os negros não tinham inteligência”, o que no século XX se tornou “os negros têm baixos níveis de QI” (IC = QI)” (GROSGOGUEL, 2013, p. 48, *tradução nossa*).

¹⁴ A “alteridade epistêmica” da qual falamos não deve ser entendida como uma exterioridade absoluta que estoura, mas como aquilo que está localizado na intersecção entre o tradicional e o moderno. Eles são intersticiais, “híbridas” de conhecimento, mas não no sentido tradicional de sincretismo ou ‘Mestizaje’, e nem no sentido dado por Néstor García Canclini a esta categoria, mas no sentido de “cumplicidade subversiva” com o sistema. Referimo-nos a uma resistência semiótica capaz ressignificar as formas hegemônicas de conhecimento do ponto de vista da racionalidade posturocêntrica de subjetividades subalternas [...] (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOGUEL, 2007, p. 20, *tradução nossa*)

identidade cultural anterior à colonização e que aperfeiçoa este ocultamento através da produção material e simbólica do “outro” colonizado que passou a ser abordado da perspectiva de categorias das sociedades ocidentais, a partir do século XVI. Assim nos explica Castro Gomez:

Gostaria de ilustrar este ponto recorrendo às análises da pensadora venezuelana Beatriz González Stephan, que estudou os dispositivos disciplinares de poder no contexto latino-americano do século XIX e o modo como, a partir destes dispositivos, foi possível a “invenção do outro”. [Ela] identifica três práticas disciplinares que contribuíram para forjar os cidadãos latinoamericanos do século XIX: as constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas do idioma (Castro-Gomez, 2005a, p. 4)

Para este autor, a pesquisadora Beatriz González Stephan constatou que as tecnologias de subjetivação possuem um denominador comum:

sua legitimidade repousa na escrita. Escrever era um exercício que, no século XIX, respondia à necessidade de ordenar e instaurar a lógica da “civilização” e que antecipava o sonho modernizador das elites criollas. A palavra escrita constrói leis e identidades nacionais, planeja programas modernizadores, organiza a compreensão do mundo em termos de inclusões e exclusões. Por isso, o projeto fundacional da nação se leva a cabo mediante a implementação de instituições legitimadas pela letra (escolas, hospitais, oficinas, prisões) e de discursos hegemônicos (mapas, gramáticas, constituições, manuais, tratados de higiene) que regulamentam a conduta dos atores sociais, estabelecem fronteiras entre uns e outros e lhes transmitem a certeza de existir dentro ou fora dos limites definidos por essa legalidade escriturária (GONZÁLEZ STEPHAN, 1996 *APUD* CASTRO GOMEZ, 2005a, p. 6).

Para pensadores do Grupo M/C a noção de Foucault deveria ser ampliada para permitir a visualização do problema da “invenção do outro” de uma perspectiva “geopolítica” (CASTRO-GOMEZ, 2005, p. 4). O conceito de colonialidade denuncia o eurocentrismo e o colonialismo, inerentes e fundamentais para a reprodução da colonialidade do saber, como explica Quijano (2005):

A elaboração intelectual do processo de modernidade produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo. Eurocentrismo é, aqui, o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de meados do século XVII, ainda que algumas de suas raízes são sem dúvida mais velhas, ou mesmo antigas, e que nos séculos seguintes se tornou mundialmente hegemônica, percorrendo o mesmo fluxo do domínio da Europa burguesa (QUIJANO, 2005, p. 9).

A colonialidade do saber agrega também a noção do filósofo colombiano Castro-Gomez (2005c) de “*Hybris del punto cero*”. O ponto zero se trata de um tipo de ponto de partida de observação presunçosamente neutro e absoluto, a partir do qual a linguagem científica desde a racionalidade iluminista se auto intitula “mais perfeita e pura”, que reflete a verdadeira estrutura universal da razão (Castro-Gomez, 2005c, p. 14). O “ponto zero” é uma noção unilateral da cultura ocidental, explica Grosfoguel que:

Trata-se, então, de uma filosofia na qual o sujeito epistêmico não tem sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, nem localização epistêmica em nenhuma relação de poder, e produz a verdade desde um monólogo interior consigo mesmo, sem relação com ninguém fora de si. Isto é, trata-se de uma filosofia surda, sem rosto e sem força de gravidade. O sujeito sem rosto flutua pelos céus sem ser determinado por nada nem por ninguém (...). Será assumida pelas ciências humanas a partir do século XIX como a epistemologia da neutralidade axiológica e da objetividade empírica do sujeito que produz conhecimento científico (GROSFOGUEL, 2007, p. 64-65).

O que há de diferente nesta noção do grupo M/C de colonialidade do saber é a discussão acerca da chamada “Guerra da Ciência”. A cultura ocidental estabeleceu o preceito de que os sujeitos dominados são esvaziados de qualquer epistemologia, conhecimento. Não são reconhecidos conhecimentos que não foram produzidos conforme o padrão eurocêntrico de produção científica, e os saberes indígenas e diversas outras formas de produção de conhecimento são anulados.

Ademais, a forma de produção disseminada a partir da visão e padrão eurocêntrico tentaram e ainda tentam universalizar o conhecimento, conferindo-lhe o caráter da neutralidade, como se fosse possível desassociar a produção de conhecimento do sujeito de suas relações culturais. Trata-se da crença na possibilidade de desvincular o sujeito da sua sexualidade, gênero, etnia, raça, classe, espiritualidade, língua, e localização epistêmica enquanto produz conhecimento.

A esta possibilidade de colonizar o conhecimento que trata o sujeito epistêmico como algo esvaziado de conhecimento, partindo do ponto zero a partir do momento que trava conhecimento sobre o modo eurocêntrico de produção epistemológica, e que impõe como padrão apenas este modo de produção, é o que o grupo M/C chama de colonialidade do saber.

Além dos procedimentos de controle do discurso apontados por Foucault (1995), reafirmados pelos decoloniais de modo ressignificado, enquanto “colonialidade do saber”, as hierarquias apresentadas como estratégias de dominação colonial corroboram a perspectiva de exercício de poder. Conforme os três tipos de lutas por ele apresentados, as quais se dão contra as formas de: dominação (étnica, social e religiosa), exploração que separa o indivíduo daquilo que ele produz e submissão/subjetivação.

Nesse sentido, quando estabelecemos uma comparação entre os tipos de lutas propostos por Foucault e as hierarquias de poder apresentadas pelos estudos decoloniais, podemos inferir que ambas teorias apresentam um olhar voltado para aspectos culturais dos discursos e das relações de poder que atravessam a ordem discursiva. Elas derivam das categorias políticas raça, gênero e divisão do trabalho.

Sob esses aspectos culturais apresentados pelos estudos culturais nos propusemos a analisar as relações de poder da teoria de Michel Foucault, as quais perpassam os discursos

das políticas públicas e que são tributárias de hierarquias de poder culturalmente forjadas através da representação e reprodução de sistemas de significação ao longo do tempo. No entanto, tratamos de ponderar que nossas questões de reflexão quanto às relações de poder estão mais intimamente relacionadas aos aspectos culturais sob apenas três categorias de análise, com intuito de tornar a análise exequível.

A seguir, buscaremos explicar a concepção empregada nesta pesquisa para orientar nosso olhar quanto ao que se pode chamar, em pleno século XXI de diversidade cultural e epistêmica, e as distinções necessárias para um olhar crítico sobre esta perspectiva. Isto nos leva a perceber que nem sempre os discursos que remetem à diversidade cultural e ao multiculturalismo são essencialmente democráticos.

5.3. Diversidade cultural e epistêmica, Pluralidade cultural versus Multiculturalismo

Esta seção pretende ser explicativa acerca das escolhas conceituais, em meio a uma gama de informações sobre as relações passíveis de análise e apreensão nos discursos. No sentido de explicar o caminho percorrido pela reflexão sobre o que realmente poderia ser encontrado nos discursos, que trouxessem pistas quanto à preocupação por contemplar a heterogeneidade sociocultural e epistêmica dos sujeitos.

As proposições que mais se encontram na literatura são as concepções de multiculturalismo, interculturalidade e ainda mais comumente utilizada no Brasil, a diversidade cultural. Quase todas elas estão presentes nas diretrizes de agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), nos manifestos contemporâneos da *International Foundation for Library Association* (IFLA) pelas Bibliotecas Públicas. Faz-se necessário distingui-las, a fim de explicar nosso posicionamento neste trabalho.

Em seu artigo *“Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado”* a linguista estadunidense Catherine Walsh (2008), explicou que os termos “multiculturalismo” e “pluriculturalismo” e a interculturalidade têm uma genealogia e significados distintos. Ela observou que o pluricultural serviu para descrever e caracterizar a situação diversa, variada, e indicar a existência de múltiplas culturas em um determinado lugar elevando seu reconhecimento, tolerância e respeito. No entanto, o prefixo “multi” tem sua genealogia em países ocidentais, sob um relativismo cultural, que ressalta a dimensão relacional e oculta a permanência de desigualdades e desigualdades sociais (WALSH, 2008).

Na contemporaneidade, conforme a autora, empregou-se o termo multiculturalismo recorrente e globalmente na orientação de políticas públicas e transnacionais de inclusão que se conforma ao modelo neoliberal, cujo modelo de inclusão é pensado para o mercado. Este

termo aponta uma coleção de culturas singulares sem relações entre elas e o marco de uma cultura dominante que as reconhece verticalmente como “outras” culturas.

No entanto, o termo “pluri” em fase de mudanças quanto ao seu emprego, é mais utilizado em países da América do Sul. Ele reflete a peculiaridade e realidade da região onde os povos indígenas e negros têm convivido por séculos com branco-mestiços, de modo que a mestiçagem e a mescla racial desempenham um papel importante. O termo “pluri” indicaria desde o início de seu emprego na América Latina uma convivência de culturas no mesmo espaço territorial embora ainda sem uma relação equitativa (WALSH, 2008).

Nesta perspectiva, Dussel (2016) explica que após a Revolução Industrial e o Iluminismo, a Modernidade atingira sua plenitude e o colonialismo fora reforçado pela expansão do norte europeu para a Ásia e depois para a África. A modernidade predomina por cinco séculos, o mesmo "sistema mundial", concomitante ao domínio europeu sobre muitos países não europeus, estabelecendo-se como “Metrópole” ou “centro” em relação a eles desde 1492. A tomada dos países da América Latina, por outro lado, foi um momento constitutivo da modernidade, sem que houvesse um sistema feudal que precedesse o sistema colonial, ela mesma já constituía no projeto da modernidade. A cultura ocidental, com o seu óbvio "ocidentalismo", colocou todas as outras culturas como mais primitiva, pré-moderna, tradicional, subdesenvolvida.

Ao elaborar uma teoria do "diálogo entre culturas", ficou subentendido que todas as culturas têm condições simétricas. Ou por meio de um anúncio de "antropologia", levado a cabo para a tarefa de observação de culturas “primitivas”. E estas teorias do diálogo assimétrico entre culturas já estabelece no processo mesmo de construção da teoria, uma assimetria em que “a antropologia cultural” da universidade faz o “esforço” de deslocar-se para a investigação dos povos "primitivos”.

A partir da concepção evolucionista, “primitivas” são as sociedades ainda não civilizadas pela modernidade. Cria-se uma polarização entre a antropologia cultural e “os outros”, pois, “dada a posição observacional da antropologia, ela não pode ter um diálogo cultural com a China, a Índia, o mundo islâmico, etc., que não são culturas iluministas ou primitivas. Eles estão na “terra de ninguém” (DUSSEL, 2016, p. 15).

Estas culturas, aos poucos, foram destruídas por meio de propagandas, venda de produtos materiais que são sempre culturais (bebidas, comidas, roupas e outros), embora o objetivo, ao menos no discurso, fosse o de “salvar” essas culturas valorizando elementos de forma isolada, momentos culturais tópicos, folclóricos ou secundários. Um alimento transnacional, por exemplo, pode incluir entre seus menus um prato de uma cultura culinária

como "Taco Bell"¹⁵. É isto que constitui o respeito a outras culturas que embasou a emergência do multiculturalismo. Dussel explica que

Este tipo de multiculturalismo altruísta é claramente formulado no "Consenso sobreposto" de um John Rawls, que requer a aceitação de certos princípios processuais (que são inadvertidamente profundamente culturais, ocidentais) que devem ser aceitos por todos os membros de uma comunidade política, enquanto permitem a diversidade de valor cultural (ou religioso). Politicamente, isso seria no estabelecimento do diálogo, aceitar um Estado liberal multicultural, não percebendo que a própria estrutura deste Estado multicultural, como institucionalizada neste, é a expressão da cultura ocidental e restringe a possibilidade de sobrevivência de todas as outras culturas. [...]. Além disso, não há consciência clara de que a estrutura econômica subjacente é o capitalismo transnacional, que tal estado liberal foi depositado em culturas "construído" graças ao indicado "consenso sobreposição" (DUSSEL, 2016, p. 15-16).

Este é o viés neoliberal imbuído no conceito de multiculturalismo, esse altruísmo de "salvar" partes subjetivas da cultura de cada nação resgatando e conservando sua memória em propagandas de produtos cuja finalidade capital é o lucro. Este é o discurso velado pelo altruísmo do multiculturalismo, é a razão pela qual ele se distingue do pluricultural e não poderá ser empregado, portanto, como base conceitual desta análise. No entanto, é necessário abordá-lo, porque como foi apontado por Catherine Walsh, as políticas de inclusão e culturais têm sido revestidas desse discurso.

Dando prosseguimento aos esclarecimentos sobre termos cuja concepção é abordada na literatura, a interculturalidade é um termo menos recorrente, embora emerja na literatura latino-americana mais comumente. Trata-se de algo que para Catherine Walsh, ainda não existe, está por construir, é algo para além do respeito, da tolerância e do reconhecimento, que estimula um processo político e um projeto social voltado à construção de novas e diferentes sociedades, relações e condições de vida. Não se trata de condições econômicas apenas, mas também de condições de viver sob sua perspectiva de vida, em comunhão com a memória ancestral, a relação com a Natureza e a espiritualidade próprias (WALSH, 2008).

Esta concepção soa uma utopia dada a colonialidade que reproduz a desigualdade de condições sob as quais os subalternizados têm que sobreviver. Contrapondo-a à concepção de multiculturalismo, Boaventura Souza Santos (2010), em 'Epistemologias do Sul' explica que

Ao contrário do multiculturalismo que pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera, ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina, a interculturalidade pressupõe o reconhecimento recíproco e a disponibilidade para enriquecimento mútuo entre várias culturas, para que partilhem um dado espaço cultural (SANTOS e MENESES, 2010, p. 9)

¹⁵ Taco Bell é uma cadeia estadunidense de restaurantes de fast-food, inspirada pela culinária mexicana e fundada por Glen Bell.

No entanto, há uma outra possibilidade apontada pela literatura, seria a concepção de “diversidade cultural”. Ao longo da observação da argumentação em torno do caráter neoliberal velado pela concepção de multiculturalismo, ocorreu certa preocupação sobre a genealogia das concepções empregadas. Elas precisam ser explicadas para o embasamento da análise a fim de acompanhar o rigor teórico que conforma as perspectivas epistemológicas em paradigmas. O paradigma da crítica, não é menos exigente que qualquer outro aspecto, especialmente nas análises qualitativas. Assim, a ampla literatura acerca da diversidade cultural explica sua genealogia:

O conceito de diversidade cultural parece uma ideia auto evidente, no entanto, sua vida política significativa só surgiu no final dos anos noventa do século passado. O aparecimento repentino deste conceito é o resultado de uma enorme discussão global para saber se grandes forças comerciais têm o direito de explorar os mercados culturais como queiram, ou, como alternativa, se cada país deveria ter o direito de limitar as atividades das corporações, sobretudo multinacionais, a fim de proteger a diversidade das expressões culturais (SMIERS, 2014, p. 125).

Por um lado, a França e outros países, durante a Rodada Uruguaí de Negociações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) e Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS), realizada entre 1986 e 1993, apresentavam a exceção cultural. Esta exceção defendia o princípio de que bens e serviços culturais não poderiam ser classificados somente por seus aspectos comerciais, por veicular conteúdos e valores que constituem a identidade cultural de um povo.

Esta reivindicação de exceção para os bens e serviços culturais almejava impedir que estes fossem subordinados aos mesmos princípios de liberalização das trocas comerciais. Isto equivale a dizer que os serviços e bens culturais não deveriam fazer parte dos ciclos de negociação de abertura dos mercados nacionais ao comércio internacional livremente.

Por outro lado, os interesses norte-americanos, que têm rentável mercado cinematográfico, visavam eliminar as medidas discriminatórias quanto ao comércio de filmes e obras audiovisuais, praticadas pela União Europeia, sua fonte de lucros mais abastada. Na tentativa de ampliar a produção nacional, os países da União Europeia concedem auxílios públicos à indústria cinematográfica e audiovisual, em prol da diversidade cultural.

Por esta razão os Estados Unidos não pouparam esforços para demandar que filmes e programas audiovisuais estivessem elencados na lista de produtos comercializados internacionalmente, cujas regras comércio fossem de livre troca praticadas no âmbito do GATT.

A diversidade cultural surgiu como podemos perceber, como um termo que por um lado demarca uma resistência à expansão voraz do capitalismo e sua transnacionalização. É um termo que conjuga uma possibilidade de convivência pelas culturas diversificadas do mundo. Assim, a diversidade não é um conceito simples e sua genealogia nos mostra que tão pouco seja um processo pacífico, mas é conflituoso pelas tensões entre as diferenças, pela

incessante estratégia de expansão liberal de imposição das conjunturas capitalistas vorazes e pelas lutas e resistências para a liberdade de expressões diversas.

A partir dessas disputas emergiu o termo diversidade cultural sintetizado pela Convenção sobre a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO de 2005, a qual declara que o termo Diversidade Cultural

[...] refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural manifesta-se não apenas nas diversas formas pelas quais se expressa, enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (UNESCO, 2005, *on line*)

Segundo a pesquisadora Mirian de Albuquerque Aquino (2008), no texto “Por uma redefinição do conceito de diversidade cultural”, o estudioso François Bernàrd fez uma análise dessa expressão, e estabeleceu cinco referências para sua análise.

Sumariamente, o que ele explica é que o termo diverso não é equivalente a termos como o diferente, o plural, o múltiplo, o variado, mas reclama uma dignidade lógica e uma ontologia própria. Etimologicamente, só pode haver diversidade cultural na luta das formas culturais contra a natureza e sua própria diversidade, e contra outras formas culturais. Há um dinamismo próprio da diversidade que não pode ser conformado, controlado e estático, pois há uma conflitualidade intrínseca da diversidade cultural. Ela tem um caráter de contradição, de oposição que é incessante e não se trata de um projeto que possa caber em discursos políticos, como algo passível de ser tratado como uma ação estratégica de inclusão e solução de conflitos.

À revelia de uma monocultura epistemológica, embora pouco difundidas, diversas epistemologias podem ser reconhecidas, se sopesadas as formas de validade. Esta pluralidade epistemológica se reflete na pluralidade interna da ciência (entre paradigmas, ontologias, epistemologias e outros) e nas relações entre as ciências e os saberes externos (saberes da tradição, das sociedades autóctones e outras).

Para repensar a unilateralidade da ciência até os dias de hoje, que negou validade a estas pluralidades, Boaventura Souza Santos propõe um campo de desafios epistêmicos designado como “Epistemologias do Sul”. O Sul aqui entendido não no sentido geográfico, mas no sentido da distância abissal em relação às epistemologias do centro europeu. Este campo epistemológico teria por finalidade a denúncia e superação da supressão dos saberes produzidos pelo ser colonizado, sob uma proposta de reparar os danos históricos desta assimetria produzida pela colonialidade. Assim, ao diálogo dessa pluralidade de saberes o autor supracitado chamou de Ecologia dos saberes.

A Ecologia dos saberes mostra que a diversidade é cultural, mas também ontológica e epistêmica. Esta Ecologia admite os diálogos entre as conjunturas de saberes diversos. Ela

percebe e reconhece a necessidade de se pensar as diversas formas de validar os saberes para além de uma visão unilateral do paradigma hegemônico de validação.

Esta abordagem de diversidade cultural e epistêmica não será necessariamente empregada como categoria de análise, embora servirá de base para a percepção das assimetrias na categoria da colonialidade do saber. A produção de conhecimento e cultura não estão imunes às hierarquias de poder impostas pela monocultura epistemológica, e por isso, foi importante trazer uma breve explicação sobre a concepção de diversidade com a qual nos propusemos a pesquisar.

A seguir trataremos da metodologia empregada nesta pesquisa, quanto a descrição das suas etapas, as técnicas empregadas e dos caminhos percorridos em nossa reflexão.

6 O PERCURSO DA ANÁLISE

Este trabalho trata-se de uma análise do discurso de dispositivos legais (leis, decretos, Instruções normativas, diretrizes, documentos técnicos, e portarias), relacionados às políticas públicas culturais de Belo Horizonte (livro, leitura, literatura e bibliotecas), visando a investigação sobre encaminhamentos quanto ao processo de DC.

A pesquisa desenvolveu-se em três fases. Na primeira fase foram levantados os documentos desde a lei que regulamentava a biblioteca pública de Belo Horizonte em 1930, até o documento técnico que visa consolidar uma Política de DC para as Bibliotecas Públicas da Fundação Municipal de Cultura.

Ainda na primeira fase, foram selecionados os documentos que mencionavam questões pertinentes ao processo de DC de Bibliotecas Públicas, conforme as categorias de análise embasadas na teoria de Foucault sobre a Interdição, bem como as categorias: colonialidade do ser e colonialidade do saber.

A categoria caracterizada pelo conceito de interdição de Foucault (2008) foi selecionada para compor esta análise porque os discursos das políticas públicas gerados pelo Estado são cerceados em uma ordem discursiva. Os dispositivos legais e institucionais não escapam a este preceito, pois são enunciadas no interior das instituições que os regulam. Esses dispositivos constituem-se como registros das ações de controle e exercício de poder do Estado porque veiculam seu discurso quanto ao que deve ou não se proceder quanto às instituições a ele vinculadas tal como as BPs.

A interdição, censura e tolhimentos do discurso, enquanto procedimentos externos ao próprio discurso, pode significar a ação de controle que incide sobre o próprio discurso, enquanto um procedimento que controla a possibilidade e os modos de enunciação. Para Foucault, a política de poder que se desenvolveu e tem se estabelecido, que é a do Estado,

ignora os indivíduos e ocupa-se apenas da totalidade, ou de uma classe ou grupo dentre os cidadãos (FOUCAULT, 1995, p. 236). Uma das formas de controle e exercício do poder, no discurso, é a interdição que o Estado pode exercer por vários mecanismos de controle. A interdição está diretamente relacionada com a enunciação, o sujeito e as circunstâncias da enunciação.

É a própria interdição do discurso um forte indicador de que o sujeito pode ou não sofrer a ação do Estado, que procura submeter-lhe à vontade do grupo que o dirige. Portanto, o fato de os discursos serem controlados, selecionados ou censurados em determinadas circunstâncias, pode mostrar nas leis das políticas culturais elementos sobre como se exerce o poder em BPs em Belo Horizonte.

Quanto à categoria da colonialidade do poder, optou-se por empregá-la porque ela se assemelha com as possibilidades de lutas por exercício de poder segundo Foucault (2008) quanto ao controle sobre: o trabalho e a separação do sujeito dos meios de produção; a dominação (étnica, religiosa, e de gênero). A colonialidade do poder compreende de forma semelhante, que as hierarquias de exercício do poder passam pelo controle dos meios de existência social como: o trabalho e seus produtos; o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; a subjetividade, seus produtos materiais e intersubjetivos como o conhecimento; a autoridade e os seus instrumentos, para perpetuar o próprio exercício do poder (QUIJANO, 2007).

A colonialidade do poder ressalta como o racismo presente na cultura europeia, que nos foi legada, regula essas hierarquias, pois, é esta cultura que trouxe para a América Latina uma noção de naturalização dos meios de dominação, porque defende sua primazia em relação às outras etnias. Trata-se de um ponto de vista que além de compreender as relações de poder, estabelece com clareza que todas as hierarquias do exercício do poder têm fundamento na categoria política raça e no racismo (QUIJANO, 2007). Assim, a origem fundamental do exercício do poder na América Latina deriva da categoria raça e não apenas dos conflitos sociais, econômicos e ideológicos.

Quanto à opção pela categoria colonialidade do saber, se trata da percepção de que as hierarquias do exercício de poder e formas de dominação utilizam imposição de uma epistemologia unilateral que pressupõe que as outras culturas derivadas de etnias não ocidentais, não possuem outras epistemologias, porque não são parecidas ou não se adequam aos paradigmas ocidentais de produção do conhecimento.

A epistemologia unilateral se impõe por meio da crença de que os povos não ocidentais não possuem epistemologias e saberes. A colonialidade do saber pode elucidar a análise por apontar que as decisões e posicionamentos quanto aos conhecimentos e saberes, inclusive os que permeiam o processo de DC, esclarecem acerca do modo como o conhecimento se torna objeto de disputa e de dominação/subjetivação. Embora, não podemos perder de vista,

o viés pós-estruturalista desta análise que faz um recorte dessas categorias no interior dos discursos dos dispositivos legais, conforme sua estrutura e atributos.

Passando à segunda fase das análises, contamos com a análise do conteúdo para a leitura, descrição e categorização de todo material elencado na primeira fase. Esta análise possibilitou identificar os documentos que apresentaram elementos do processo de construção da política cultural quanto ao DC em Bibliotecas Públicas. Desse modo, foram descritos documentos em ordem cronológica, e apanhados sobre seu conteúdo, além da seleção daqueles dispositivos legais que nos possibilitassem analisar seu discurso, sob o viés das três categorias abordadas anteriormente.

A terceira fase da pesquisa, compreendeu a análise dos dispositivos legais conforme a análise do discurso de Michel Foucault. A opção metodológica por esta abordagem contribui para a análise de relações de poder no interior de instituições. Conforme a base teórica deste trabalho, à medida que tomamos a premissa foucaultiana de que o discurso transcende o paradigma linguístico e é controlado pela vontade de verdade daqueles que exercem o poder nas instituições, ele reflete uma prática própria que sofre a influência ideológica (Foucault, 1986).

6.1 Técnicas de coleta e análise dos dados

Conforme o método escolhido para o percurso desta análise, a análise do discurso pela abordagem de Michel Foucault, este trabalho possibilitou o levantamento de algumas leis que poderiam evidenciar uma política de DC das Bibliotecas Públicas, pois, essas instâncias, especificamente, são reguladas por meio de dispositivos legais direcionados pela gestão pública do Município.

Neste caso, cabe ressaltar que políticas culturais municipais estabelecem direcionamentos voltados ao conjunto de bibliotecas da rede de Bibliotecas Públicas municipais vinculadas à Fundação Municipal de Cultura, e por conseguinte à Secretaria de Cultura do Município de Belo Horizonte. Assim, intentamos por identificar os documentos, cuja abordagem referia-se primeiramente, a quaisquer das etapas de Desenvolvimento das coleções, bem como, à diversidade epistêmica e cultural nas políticas culturais da cidade. Tornou-se assim, necessário estabelecer a técnica de coleta que atendesse a esses propósitos iniciais de identificação, o levantamento dos documentos legais.

Inicialmente, a pesquisa para levantamento dos documentos se deu em bases de dados da câmara dos vereadores de Belo Horizonte, do Diário Oficial do Município, da “Plataforma Leis Municipais” mantida pela iniciativa privada, e na base do Arquivo Público de Belo Horizonte, conforme a combinação dos seguintes termos: “bibliotecas”, “Bibliotecas

Públicas”, “livro e leitura”, a partir dos quais elencou-se 143 documentos entre leis, decretos, portarias, instruções normativas, diretrizes, planos, editais, entre outros.

Desses, foram selecionados aqueles que trouxeram questões relativas ao processo de DC das BP municipais do setor cultural. Após esta seleção, procedemos à uma descrição e categorização das leis conforme elementos discursivos que apresentaram em trechos específicos de cada documento. A análise de conteúdo de Bardin (2002) trata-se da sistematização, da tentativa de conferir maior objetividade a uma atitude que conta com exemplos dispersos, mas variados, de pesquisa com textos.

Seguida ao levantamento e à seleção dos documentos, passamos a uma etapa de recortes quanto ao foco dos documentos, com o intuito de perceber os marcos legais, eventos e programas sob os quais seria possível identificar a presença da diversidade epistêmica e cultural para uma seleção mais específica. Esses recortes seriam fundamentais para a percepção da representação ou não da ideia de liberdade intelectual nos documentos. Esta ideia é perpassada por uma relação de poder entre a imposição de uma monocultura em detrimento do direito ao acesso à diversidade das cosmovisões.

Na sequência, após a seleção dos trechos pertinentes ao processo de DC em BPs, foram feitas as análises dos discursos dessas leis e elencados os trechos em que os elementos evidenciam a presença de exercícios de poder.

Conhecidas as técnicas de coleta dos dados e de análise, passaremos a seguir, para a explanação sobre os trechos dos conteúdos dos dispositivos, conforme a análise do discurso (AD) foucaultiana.

7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DISCURSOS

Conforme sugerido na seção anterior, a AD orientada por um objetivo específico conferiria à análise algumas peculiaridades quanto à questão central deste trabalho. O *corpus* da nossa análise é composto, basicamente, pelo discurso político. Os discursos textuais analisados são as leis, decretos, portarias e instruções normativas e documentos técnicos que compõem as políticas culturais.

Assim, identificamos que quanto ao gênero, os textos serão informativos legais, acerca dos dinamismos das políticas públicas. São produzidos, editados e publicados pela assessoria de comunicação, pelos redatores e executivos, pelo órgão que regulamenta e administra a comunicação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

A distribuição dos textos publicados como os documentos legais se dá por meio da ampla divulgação no Diário Oficial do Município, principal veículo da Prefeitura Municipal de informação aos cidadãos, que é distribuído em formato impresso e disponibilizado na internet no site da instituição. Os produtores desses textos buscaram alcançar o público adulto alfabetizado, à comunidade cidadã belo-horizontina de maneira geral.

Quanto às condições da prática discursiva, podemos observar que os textos são produzidos ou coletivamente por representantes do poder público, pelo grupo de gestores de um órgão, ou pelo esforço coletivo de grupos de trabalho (representantes do poder público, sociedade civil). Podemos inferir que os planos, e documentos legais são produzidos coletivamente e editados por um redator oficial ou corpo de redação oficial. Os textos administrativos, legais e publicitários do poder público são impessoais. Os documentos legais são marcados por uma organização em artigos, parágrafos, ou em seções ordenadamente.

Nas análises a seguir, trataremos de ressaltar somente os principais trechos do conteúdo dos dispositivos selecionados, a fim de categorizá-los e tornar exequível sua análise discursiva, por facilitar a apreensão dos elementos conforme as categorias de análise propõem que observemos.

7.1 Os documentos apontam assimetrias

A seguir, cada documento selecionado- conferir a lista do Anexo A- será analisado conforme o *locus* investigativo composto pelas categorias apresentadas anteriormente e pelas concepções acerca do exercício do poder, da diversidade cultural e epistemológica e do cerceamento da liberdade intelectual.

Documento 1- Decreto n. 64 de 7 de março de 1930, assinado pelo Prefeito Alcides Lins Prefeito, que pretendia regulamentar a “Bibliotheca de Bello Horizonte”.

Trechos de análise:

Art. 4º Ao bibliothecario, como primeira auctoridade do estabelecimento, compete:

[...] 8º - velar pela conservação dos livros e mais objectos, - procederá à discriminação das obras e promover as aquisições que considerar conveniente;

Art. 2º- “Na Bibliotheca deverá ser organizada uma secção especial destinada à literatura, história e geografia de Minas Geraes, sob a denominação de Bibliotheca dos Autores Mineiros”

Art. 21 - O encarregado responsabilizará o consultante pelos estragos ou depredações que verificar nos volumes consultados, levando o facto ao conhecimento do bibliothecario para que sejam tomadas as providências que lhe parecerem convenientes.

Parágrafo Único. Poderá o bibliothecario, por portaria, prohibir a entrada, até seis mezes, do consultante que, propositalmente, depredar obras, impressos ou objectos do estabelecimento e quando se tratar de estravio, ou falta de igual gravidade, que reclame prohibição definitiva, deverá communicar ao Prefeito, pedindo-lhe a medida necessaria.

Art. 23 - As obras raras ou de elevado custo, bem como aquellas que, por qualquer motivo exigirem maior vigilância, só poderão ser fornecidas para estudos serios e a consultantes que ocuparem os lugares mais proximos do encarregado.

Art. 25 – “As obras contrarias aos bons costumes só serão dadas à consulta a pessoas maiores de vinte e um annos e mediante a auctorização do bibliothecario (BELO HORIZONTE, 1930, *on line*).

Análise:

No art. 4º, é possível encontrar elementos de interdição no discurso porque restringe quanto a quem deve dizer o quê sobre a conservação e aquisição da coleção. O discurso concentra nas mãos dos bibliotecários a tomada de decisão sobre o que deve ser conservado e adquirido, conferindo-lhes autoridade máxima, enquanto nada é apresentado quanto à

participação dos leitores nas tomadas de decisão. Esta ausência poderia se caracterizar como um modo sutil de silenciar as experiências dos sujeitos leitores e dos seus anseios.

Cabe ressaltar que embora a literatura que trata do processo de DC recomenda que a comunidade de leitores deva ser consultada quanto ao que irá compor a coleção de uma BP, os documentos cuja publicação se deram anteriormente às décadas de 1970 e 1980 não poderiam apresentar o conhecimento sobre o processo de DC, porque ele ainda não estava consolidado na literatura da Biblioteconomia Brasil.

No artigo 21º, observa-se no discurso que a estratégia de conservação e preservação do acervo, constituinte do processo de DC, constrange o leitor, por meio de hierarquia e coerção disciplinar, pelos possíveis danos que podem ocorrer com a coleção, deixando pouco espaço para retratação desse sujeito, em caso de acidentes involuntários que a obra poderia sofrer. Em uma relação assimétrica, o leitor está apresentado no discurso como sujeito às sanções impostas por certa autoridade local, de modo que seu discurso não encontra espaço para argumentação ou retratações.

No artigo 25º, o discurso revela que existia rígida censura às obras que contrariassem os “bons costumes”, estando limitado ao bibliotecário o poder de decidir quais leitores maiores de 21 anos poderiam lê-los. Quem avaliaria sobre o teor de “bons costumes” de cada obra seria o bibliotecário e, novamente, a voz e participação do leitor nesta seleção e categorização da coleção permaneceu silenciada. A biblioteca e os leitores estavam sujeitos à censura de conteúdo e classificatória que partia do Estado.

Neste 25º artigo, o discurso revela que havia uma imposição de valores, quando deixa claro quanto à unilateralidade sobre aquilo que era compreendido como livros de “bons costumes”, a qual precisava ser defendida de forma autoritária. Conforme a abordagem do conceito da colonialidade do poder e das hierarquias estratégicas de imposição de uma supremacia da cultura e costumes ocidentais, compreendemos que se perpetuam costumes e valores por força de autoridade. Esta autoridade teria seu advento na invenção de uma hierarquia racial entre o que era considerado valor ocidental dos povos brancos, o qual se sobrepunha aos valores dos povos nativos ou imigrantes de culturas consideradas primitivas.

No Art. 2º, o discurso aponta elementos de imposição de um tipo de saber em detrimento de outro, pois, a literatura teria seção especial na coleção da biblioteca, bem como a história e a geografia. Tal posicionamento sobre quais conhecimentos e saberes devem ser privilegiados na apresentação da coleção pode apresentar uma conotação de imposição quanto àqueles que deveriam ser priorizados conforme seus padrões epistemológicos unilaterais.

Desdobramentos:

Em se tratando do contexto desse dispositivo, o bibliotecário era quem que decidia sobre quais literaturas deveriam ser privilegiadas na exposição da coleção, quais livros seriam subversivos em relação aos “bons costumes”, e quem poderia acessá-los. O exercício do poder no processo de Desenvolvimento da Coleção se apresenta deliberadamente no discurso de modo vertical e unilateralmente, pois a lei não apresenta discurso que mencionasse a participação de quaisquer outros sujeitos além do profissional da Biblioteconomia.

O discurso apresentou elementos que demonstraram privilegiar certo conjunto de conhecimentos e saberes produzidos cuja seleção estaria concentrada nas mãos de um sujeito que, inclusive pela lei, deveria conformar sua ação com a vontade do Estado. O que se pode observar é que em contexto histórico cujos governos autoritários regulavam os acessos e práticas socioculturais, os discursos dos dispositivos pouco se apresentavam preocupados com a liberdade intelectual e que tais discursos se constituíam nos dispositivos apesar dos interesses da sociedade. Além disso, não são encontradas marcas no discurso de que ele tenha sido construído socialmente como a participação dos atores sociais da vida cultural na cidade.

Documento 2- Decreto nº 135 de 21 de outubro de 1937, assinado por Otacílio Negrão de Lima, que determina a verificação dos livros existentes na Biblioteca Pública.

Trechos de análise:

Considerando que todas as fôrças morais e materiais foram convocadas para prevenir a possibilidade de surtos extremistas;”

Considerando que é indeclinável dever das autoridades colaborar com o Govêrno da República nas medidas de defesa da ordem política e social, não sómente pela reação a ataques diretos como a tudo quanto possa inspira-los por sugestão ou propaganda;

Considerando, finalmente, que a Biblioteca Pública é, pelos próprios têmos de sua organização, um estabelecimento de educação popular e, como tal, deve concorrer para avivar e robustecer no espírito público a fé e a confiança nas intuições vigentes; resolve nomear uma comissão composta dos doutores Mário Mendes Campos, Francisco de Assis Magalhães Gomes e Oscar Mendes, para, juntamente com o Inspetor de Educação, Assistência e Turismo, proceder a uma verificação das obras existentes na Biblioteca Pública, eliminando aquelas que, pela sua **ideologia comunista** ou, de qualquer forma, contrárias ao regimen, se tenham tornado prejudiciais a educação do povo (BELO HORIZONTE, 1937, p. 1, *grifo nosso*).

Análises:

Embora haja bem poucos estudos quanto à censura do período da Era Vargas no Brasil, este decreto nos mostra que a Biblioteca Pública de Belo Horizonte sofreu repressão de cunho ideológico em sua coleção. Isto pode ser observado no trecho do discurso que

aponta que as obras cuja ideologia parecessem aos doutores (componentes da comissão de verificação do acervo), de cunho comunista e contrárias ao regime das instituições sociais vigentes, deveriam ser eliminadas.

A censura no discurso é o cerceamento de quem vai dizer o que, para quem e em quais circunstâncias (Foucault, 2008). O ato da censura ao acervo, constitui-se como o cerceamento e interdição ao discurso das obras que fossem consideradas contrárias ao regime vigente. Esta forma deliberada de censura restringe o discurso presente nas coleções, o discurso dos sujeitos autores das obras e leitores, o discurso dos bibliotecários, ou ainda qualquer enunciação que fosse considerada nociva à educação popular.

As Bibliotecas Públicas não estavam ou estão imunes à censura direta às obras de sua coleção, especialmente, à época conhecida como a Revolução de 30. A biblioteca de Belo Horizonte teve diversas obras retiradas das coleções. Existem arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS/MG), órgão da polícia estadual dedicado à vigilância e repressão aos revolucionários, sobre algumas apreensões (listas de livros e cópias de certas obras) (MOTTA, 2003).

O uso e o domínio da autoridade são a forma de manutenção do domínio necessário à garantia da colonialidade que busca perpetuar a monocultura sobre outras. A censura por invocação de coerção moral e, inclusive de força material, militar, revela elementos do controle da autoridade e seus instrumentos para garantia da colonialidade do poder. Assim, para reprodução de costumes e a manutenção do autoritarismo do governo da época, o exercício do poder se deu, por exemplo, por meio do banimento das ideias que se compreendiam na época por **ideologia comunista**.

Desdobramentos:

Basicamente, o que se pode inferir de um processo de censura sobre as obras de uma coleção é que se trata de um conflito com o direito fundamental dos seres humanos, segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o de liberdade intelectual. A censura fere o direito de que diferentes pontos de vista estejam acessíveis a todos os cidadãos, especialmente em relação aos fatos históricos e correntes (EVANS, 2005). A interdição presente no discurso e o exercício de poder no cerceamento ideológico mostram que as políticas culturais desses contextos, de governos pouco democráticos, estavam se formando de modo aleatório, sem a previsão de uma continuidade para o processo de DC e sem a participação dos sujeitos.

Documento 3- Lei Nº 1054 de 7 de novembro de 1963, assinada por Jorge Carone Filho, a qual amplia, reestrutura e incorpora a biblioteca pública ao Imaco e contém outras providências.

Trechos de análise:

Art. 1º Fica ampliada e reestruturada, na forma desta Lei, a Biblioteca Pública, que era mantida e administrada como órgão do D.E.C, incorporando-se a mesma, com todo o seu acervo, ao Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis, do mesmo Departamento”.

Art. 4º- O Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis poderá fazer doações de livros e recebê-las, visando especialmente à atualização da biblioteca.

Art. 5º As verbas do orçamento vigente, destinadas à Biblioteca Pública ora incorporada, ficam transferidas para o IMACO, observada a discriminação orçamentária, bem como anualmente será consignada no Orçamento Municipal verba para aquisição de livros, para ampliação e atualização da Biblioteca.

Art. 6º O atual cargo de provimento em comissão de Diretor de Biblioteca fica transformado em Oficial de Administração, com a função de Assistente da Diretoria (BELO HORIZONTE, 1963, *on line*).

Análises:

O profissional Bibliotecário não foi mencionado nesta lei, embora antes de ser sancionada houvesse um cargo de Diretor de Biblioteca. Este cargo passou a Oficial de Administração, ou seja, um assistente da Diretoria. O discurso apresenta que: o bibliotecário não mais exerce o poder de dirigir a biblioteca, e que as decisões sobre qual conteúdo das coleções adquiridas caberiam à Diretoria do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis (IMACO); bem como não apresenta evidência da participação do sujeito leitor nas tomadas de decisão.

O discurso aponta elemento de controle acerca do conhecimento o qual incide sobre o acervo porque antes privilegiava o acesso às obras literárias e informativas sobre a História e a Geografia, no entanto, após a publicação do dispositivo, a coleção passaria a dividir verbas com a aquisição de obras cujo conteúdo estaria voltado para a Administração e Ciências Contábeis.

A análise do discurso, para além de constituir-se da enunciação, conforme Orlandi (1997) também se constitui dos silêncios enquanto estratégia de interdição. Não se trata, portanto, de analisar somente o que está dito, mas os elementos implícitos no discurso. Neste caso, há uma imposição ao público de que o saber disseminado pela BP passaria a atender também aos propósitos da administração do Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis. Tal tomada de decisão para mudança e aglutinação de coleções sem participação popular, é um modo velado de controle sobre a subjetividade dos leitores, trata-se do exercício de um poder, no qual um grupo privilegiado passou a compartilhar verbas para aquisição de

obras sem que os leitores, antes acostumados à literatura, história e geografia em seções privilegiadas, participassem do processo desta transferência.

Destarte, esta lei delegava ao Diretor do Instituto a propriedade de direcionar verbas públicas para o processo de DC, enquanto o único sujeito que teria o poder de decidir sobre o viés epistemológico, artístico e ideológico da biblioteca.

Desdobramentos:

A transferência da Biblioteca Pública de Belo Horizonte para o Instituto Municipal de Administração e Ciências Contábeis gerou muitos transtornos para a sua coleção e conseqüentemente para a população, pois, dissipou-se no Instituto João Pinheiro. Quem nos explica isto, é Aline Pinheiro Bretta, em seu artigo “A Biblioteca Pública de Belo Horizonte: o legado cultural de uma sociedade literária”. Ela diz que

Essa transferência gerou inúmeras perdas no acervo, sendo que muitas foram irreversíveis: parte dele se perdeu e outra parte foi, em determinado momento, desmembrada e transferida para o Instituto João Pinheiro. Esse processo provocou a fragmentação das coleções constituídas pela Biblioteca Pública de Belo Horizonte ao longo de sua trajetória; dessa forma, a instituição, ao perder o seu acervo, acabou sendo esquecida pelos habitantes da cidade (BRETТА, 2010, p. 103).

As conseqüências das contradições do discurso das leis e do exercício do poder podem ser desastrosas. Neste caso, a decisão de transferir o acervo para o IMACO poderia levar a biblioteca a cair no esquecimento da população de Belo Horizonte. Além disso, coleções podem ser totalmente perdidas, conforme Bretta (2010) nos conta que se perdeu um acervo de 20.000 volumes. Eles estiveram disponíveis por pelo menos 68 anos para a informação e leitura pública à comunidade belo-horizontina.

Mais uma vez, o discurso do dispositivo legal aponta e encaminha assimetrias porque, não obstante, a vontade do Estado permanece sem diálogo com os sujeitos leitores, causando perdas, preservação e uso de uma coleção de grande estima para a população por mais de meio século.

Para além das categorias de análise, é possível inferir que as ações e o exercício de poder do Estado podem causar lacunas, como fendas muito sérias na memória da vida cultural e das práticas culturais de um povo. Neste dispositivo, o discurso não se preocupa com os impactos dessas mudanças para a memória cultural da cidade. Grande parte da coleção foi perdida, e, no entanto, ficou uma lacuna histórica sobre o destino de 20.000 volumes.

Documento 4- Lei ordinária nº 2.746 de 14 de junho de 1977, assinada por Prefeito Luiz Verano, com intuito de criar a biblioteca pública infanto-juvenil e dá outras providências.

Trechos de análise:

Art. 2º- A Biblioteca, ora criada, formará seu acervo, principalmente, através de doações de pessoas físicas, entidades públicas e privadas.
[...] Art. 4º- A Biblioteca João de Barro ficará subordinada à Secretaria Municipal de Cultura, Informação, Turismo e Esportes, e será registrada no Instituto Nacional do Livro (BELO HORIZONTE, 1977, *on line*).

Análises:

No ato legal da criação da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil, conforme o artigo 2º, ficaria o processo de DC sujeito às doações. Nesta lei não foi mencionada dotação orçamentária para aquisição de coleção. O acervo deveria ser constituído basicamente por doações, o que revela um elemento que se constitui de modo velado, como uma forma de cercear o acesso da população aos livros pela falta de planejamento orçamentário, deixando a coleção à mercê da vontade dos seus doadores e do redistributivismo do Estado.

Coincidentemente à publicação desta lei, no período da Ditadura militar (1964-1984) no Brasil é sabido que o Instituto Nacional do Livro (INL) fomentava a criação de Bibliotecas Públicas para apoiar a iniciativa privada e o mercado editorial. Era função do INL distribuir um exemplar de cada obra, por ele próprio selecionada, para cada BP criada e cadastrada (PAIVA, 2007). O interesse na criação de BPs era principalmente voltado para o redistributivismo, e os leitores não participavam do processo de seleção dos livros que essas bibliotecas receberiam do INL.

Este ponto quanto ao cadastro das BPs recém-criadas no INL, tem uma outra forma de ser analisado. A seleção daquilo que seria doado pelo INL, como observamos na seção acerca das políticas culturais, se dava por pessoas que o governo indicava. Por conseguinte, a seleção das coleções que seriam recebidas por meio de doações estaria centralizada nas mãos de um grupo cuja cosmovisão poderia ser unilateral, e consoante aos interesses do governo militar. O que significaria que Biblioteca Pública Infantojuvenil, cadastrada no INL, receberia as obras selecionadas conforme a vontade do Estado vigente.

A negligência quanto à composição de coleções da Biblioteca pública Infantojuvenil por obras doadas, especialmente pelo INL, à medida que o Estado indicava o grupo apto a selecionar tais obras, sutilmente nega a representatividade dos leitores e direitos culturais de Bibliotecas Públicas quanto à seleção, e revela a pretensão do Estado de selecionar o que deve ser lido pela população.

Todavia, tendo em vista o fato de que a Biblioteca Pública da cidade foi incorporada ao IMACO na década de 1960, tratava-se de um avanço nas políticas culturais da cidade que por meio de um marco legal, garantia-se a existência de uma BP que atendesse os sujeitos em sua peculiaridade da infância e da adolescência. Pode-se considerar um ganho inédito para a cidade, o fato de uma política cultural ressaltar o direito da infância e adolescência a um espaço de acesso à cultura.

Desdobramentos

A responsável pelo projeto e implantação da Biblioteca Pública Infantil e Juvenil, fora Maria Antonieta Cunha, que conseguiu levantar doações que compuseram a coleção da biblioteca.

Esta análise não somente remete à questão da falta de investimentos e de repasse realizados pelo poder público, em fomentar a cultura por meio de acesso aos livros, para a sociedade civil, como também o próprio dispositivo deixa registrado que a política cultural que se queria implantar não recebeu ou receberia recursos do poder público municipal para seu fomento. O histórico das políticas culturais no Brasil nos mostrou a conveniência disso para a estratégia de redistributivismo do Governo militar favorecendo a expansão do Mercado Editorial.

Cabe ressaltar que a partir das décadas de 1970 e 1980, a literatura sobre DC, conforme Vergueiro (2000), se intensificou no Brasil, como consequência da disseminação dos conceitos propostos pela ALA. Isto iniciou discussões acerca dos acúmulos de documentos e do advento das tecnologias de comunicação, e, portanto, esses conhecimentos ainda eram pouco difundidos para as autoridades que lidavam com políticas culturais, que envolvessem bibliotecas. Além disso, os discursos dos dispositivos legais publicados até o final dos anos 1990 mostraram que os profissionais de Biblioteconomia não participaram efetivamente da elaboração das políticas culturais que tratavam do processo de DC. A constituição dessas políticas culturais se deu conforme os interesses do Estado quase que exclusividade.

Documento 5 - Instrução normativa FMC nº 01 de 03 de março de 2009, assinada por Thaís Velloso Cougo Pimentel, para estabelecer diretrizes gerais da ação bibliotecária no âmbito da Fundação Municipal de Cultura-FMC.

Trechos de análise:

Art. 3º – Cabe às bibliotecas da FMC, em relação às diretrizes gerais da Gestão da Política de Desenvolvimento do Acervo:

I - Elaborar política de desenvolvimento de acervo, de acordo com as especificidades da área de ação, observados os objetivos, critérios e formas de seleção para aquisição, repasse e descarte;

II - Elaborar manual de procedimentos da política de desenvolvimento de acervo com o objetivo de estabelecer normas para seleção, aquisição, repasse e descarte;

III - formar comissão multidisciplinar, permanente, para desenvolvimento de acervo (seleção, aquisição, repasse e descarte) com a participação de profissionais (bibliotecários, especialistas em literatura, profissionais de outras áreas, servidores e representante da comunidade);

IV - Estabelecer interlocução com o Fórum de Bibliotecários;

- V – Garantir, por meio de dotação orçamentária, recursos para compra anual de livros, assinaturas de periódicos e material não-bibliográfico;
- VI - Prever a infra-estrutura necessária para os casos de doações e permutas institucionais;
- VII - estimular a permuta de publicações produzidas pela PBH e/ou outros órgãos governamentais, objetivando a aquisição de materiais não-disponíveis comercialmente;
- VIII - criar mecanismos de avaliação permanente para atender ao plano de desenvolvimento de acervo, segundo critérios estabelecidos pela Comissão e/ou Fórum de Bibliotecários;
- IX - Realizar, no prazo máximo de dois anos, o balanço do acervo, visando avaliá-lo quantitativa e qualitativamente;
- X - Contribuir com o acervo da memória institucional, promovendo a guarda e a preservação de documentos produzidos, tais como peças gráficas de divulgação, matérias publicadas, relatórios, fotografias, filmes, etc. (BELO HORIZONTE, 2009, *on line*).

Análises:

Como observamos nas análises anteriores, os documentos não previram a participação popular nas tomadas de decisão quanto ao processo de DC em nenhuma de suas etapas. No entanto, a partir dos anos dois mil, algumas políticas culturais, como as de democratização, teriam influenciado as políticas culturais no Brasil e em diversos países da América Latina (GARCÍA CANCLINI, 1989). Tal democratização dependeria de processos e de participações indiscriminadas, e desse modo, as políticas que a pressupunham precisariam contar com a participação dos cidadãos em processos que lhe são pertinentes.

Em Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Cultura cedeu terreno para a autarquia da Fundação Municipal de Cultura pelos Decretos 11.930 e 12.021 em 2005. Isto justificava-se pela tentativa de “descentralizar” programas e ações, bem como a tomada de decisão antes concentrada na secretaria, e de conferir autonomia financeira à gestão da cultura no município. Além disso, se acreditava na abertura para a participação da população quanto à decisão sobre equipamentos culturais da cidade através de Orçamento participativo¹⁶.

Esta primeira instrução normativa de 2009, se constitui como o primeiro documento, institucionalizado e publicado, que apresentou abertura para a participação do leitor de Belo Horizonte na decisão sobre as coleções. Isto pode ser observado no trecho em que se transfere para as bibliotecas a responsabilidade de *“formar comissão multidisciplinar, permanente, para desenvolvimento de acervo (seleção, aquisição, repasse e descarte) com a participação de profissionais (bibliotecários, especialistas em literatura, profissionais de*

¹⁶ O orçamento participativo é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão da cidade (BRASIL, 2015, *on line*).

outras áreas, servidores e representante da comunidade)” (BELO HORIZONTE, 2009, *on line*).

Este dispositivo tem outra peculiaridade que o fato de ter sido construído a partir de uma coletividade de bibliotecárias (os), participantes do Fórum de Bibliotecários da Fundação Municipal de Cultura. E não se tratou de um documento verticalmente construído mas de diversas contribuições desses profissionais que intentaram um direcionamento para a ação bibliotecária nas bibliotecas da FMC.

Outro avanço dessas diretrizes em relação aos demais documentos analisados, pode ser observado no ponto da tomada de decisão quanto à dotação orçamentária, pois, as diretrizes repassam para as bibliotecas a responsabilidade de cálculo quanto às suas necessidades financeiras.

Desdobramentos:

De modo geral, foi o primeiro dispositivo legal analisado que abarcou todas as etapas de um processo de DC: análise das necessidades da comunidade, seleção, aquisição, política de DC, Preservação, restauração e avaliação da coleção (EVANS, 2005). Este foi o primeiro documento que abriu o processo de DC para a participação de equipes multidisciplinares e para a participação popular. Ademais, tratava, pioneiramente, da questão da previsão de dotação orçamentária para a manutenção das coleções e garantia da continuidade do processo de DC.

Cabe salientar que uma Comissão do Fórum de Bibliotecários elaborou tais diretrizes, as quais encontraram respaldo na gestão da política cultural da cidade à época. Pela primeira vez o processo de construção de uma política que tratasse de DC esteve em evidência em um dispositivo específico para este fim.

Entretanto, as diretrizes não esclareceram os critérios para a seleção, a aquisição ou desbastamento e descarte e não mencionaram em seu discurso quaisquer elementos que garantissem a liberdade intelectual aos leitores das BP's vinculadas à rede de bibliotecas da Fundação. O documento cujas ações estavam sendo reguladas como instruções normativas levanta a expectativa de estabelecer critérios para as ações reguladas e normatizadas.

Documento 6- Lei ordinária 10.116 de 24 de fevereiro de 2011, assinada por Prefeito Márcio Araújo de Lacerda, que institui a Política Municipal do livro e o dia municipal da leitura de Belo Horizonte.

Trechos de análise:

Art. 1º- Fica instituída a Política Municipal do Livro como base de difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e do aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida.

Art. 2º - A Política Municipal do Livro tem como diretrizes:

I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito ao acesso ao livro e a seu uso;

II - apoiar e fomentar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro;

III - estimular a produção intelectual dos escritores e autores locais, tanto de obras científicas como de obras culturais;

IV - promover e incentivar o hábito da leitura;

V - propiciar os meios para fazer do Município um grande centro editorial e difusor da leitura;

VI - apoiar a livre circulação do livro no Município;

VII - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda;

VIII - instalar e ampliar livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro;

IX - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei;

X - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura (BELO HORIZONTE, 2011, *on line*).

Análises:

Esta lei se configura como uma política do livro para Belo Horizonte, pois os elementos de seu discurso fazem inúmeras menções à cadeia produtiva do livro. Tal como podemos observar, não foram encontrados elementos que dessem direcionamento para o DC de BPs, ou que se referissem à participação do sujeito nesse processo. Tal lei assegurava o direito ao acesso, mas não apresentou elementos sobre o direito de ter contemplada demandas da população na composição das coleções de BPs.

Se por um lado, essa lei apresentou elementos quanto ao estímulo à produção cultural de obras científicas, culturais e de autores locais, ela previa um privilégio àqueles que estão inseridos na cadeia produtiva, pois, nenhum elemento do discurso fez menção às condições de participação para os leitores e agentes culturais como mediadores de leitura.

No discurso desta lei, observa-se o excesso das expressões: “produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro”, “fazer do Município um grande centro editorial e difusor da leitura”, “propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei”, conforme os incisos II, V, VI, VIII e IX do artigo 2º. Tais redundâncias revelam a tentativa de promover um mercado editorial sob pretexto de “promover o hábito da leitura”, através de um plano para o livro na cidade e não um plano para a leitura na cidade.

No inciso VII do Artigo 2º, se explicita um dos objetivos do Plano do livro que seria de “capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda” (BELO HORIZONTE, 2011, *online*). O discurso apresenta elemento que demarca a crença no uso do livro como fator de redistribuição do saber e da renda, como se o fato de ter um mercado

editorial forte constituíssem, por si, substância suficiente para a formação e progresso do leitor cidadão.

Destarte, o discurso desta lei ordinária não abordou a leitura como a principal preocupação, mas apresentou os primeiros elementos que apontavam que a cidade se preocupava com a situação da leitura, da infraestrutura, das coleções e do acesso público à informação. Trata-se de um avanço em que a gestão pública demonstra a necessidade de planejar e tratar em um Plano a infraestrutura para o acesso aos livros.

Desdobramentos:

Um plano de livros que prevê muito mais a ampliação do mercado editorial e condições para sua qualificação, do que a criação, qualificação e manutenção de Bibliotecas Públicas e suas coleções, em uma cidade em que a imensa maioria da população não tem condições de comprar livros, não estaria promovendo leitura ou acesso aos livros para a maioria da população, mas perpetuando a exclusão através do uso de dispositivos legais para a manutenção da colonialidade do poder.

Documento 7- Diretrizes para as Bibliotecas Públicas vinculadas à diretoria de bibliotecas e centros culturais, assinadas pela Presidente da Fundação Municipal de Cultura Thais Cougo Velloso Pimentel, publicadas em 16 de agosto de 2012.

Trechos de Análise:

[...] Atribuir bem-estar a uma comunidade significa, nos parâmetros contemporâneos e entre outros itens, reconhecer nela a existência maciça de leitores. Leitores plenos reclamam a educação de qualidade, constante assistência médica, igualdade social, projetos pessoais e comunitários - em suma, presente digno, futuro promissor (LACERDA, 2002, p.12 *apud* BELO HORIZONTE, 2012, *on line*).

[...] a leitura e a escrita são instrumentos fundamentais para uma participação social efetiva, vistos não apenas em uma dimensão educacional, mas também sob uma perspectiva cultural. Nesse sentido, esta Fundação destaca, em suas bibliotecas e ações de promoção da leitura, a primazia da literatura e do seu diálogo com outras linguagens artísticas (BELO HORIZONTE, 2012, *on line*).

[...] valorizar a leitura, especialmente a literária, como prática cultural; reconhecer a diversidade e a pluralidade de sentidos do texto literário como espaço potencial o encontro com o diferente; garantir a centralidade das ações da biblioteca na cultura letrada, de modo a incluir os sujeitos nesse universo; valorizar a escrita como forma de expressão e de construção de autonomia do sujeito (BELO HORIZONTE, 2012, *on line*).

Análises:

Em primeiro lugar, destacamos o interesse dessas diretrizes e sua proposta de focalizar a leitura e sua promoção para a cidade, bem como o direito e valorização desta como prática cultural. Trata-se de um documento mais conceitual que tenta evidenciar a necessidade de uma política cultural de leitura que reconhecesse a diversidade e pluralidade de pontos de vista na literatura. Trata-se de um avanço em relação aos demais dispositivos legais que sinalizaram superficialmente ou nada acrescentaram quanto às possibilidades diversas de leitura, significação e acesso.

No entanto, podemos perceber que se pretende privilegiar a prática cultural da leitura literária, na centralidade de suas ações. Privilegiar um tipo de leitura pode ser um indicador, que ao mesmo tempo, revela um elemento de colonialidade do poder e de colonialidade do saber porque denota a tentativa de controle da “subjetividade, [de] seus produtos materiais e intersubjetivos, incluindo o conhecimento” (QUIJANO, 2008, p. 76).

A decisão sobre privilegiar um tipo de leitura ou de saber, impõe uma perspectiva que pode colidir com a subjetividade do leitor que, por exemplo, não gosta de literatura ou preferir informação corrente, histórica ou de memória. A centralidade na leitura literária, aponta um direcionamento sobre as prioridades de aquisição e formação da coleção. Quando um tipo de leitura protagoniza um conjunto de diretrizes, ocorre de forma unilateral, e pode soar uma imposição que sujeita a coleção a um tipo de leitura e a legitimar uma forma unilateral de produção do conhecimento. Poderia constituir tal centralidade como uma fresta produtiva para a colonialidade.

Desdobramentos:

Para Vergueiro (1989) a liberdade intelectual seria o direito dos leitores acessarem todos os aspectos de todas as informações, sem que este acesso seja restrito de modo algum. Privilegiar a leitura literária, é ressaltá-la em detrimento de outros tipos de leitura, e isto pode tornar-se uma imposição de um modo exclusivo de informação, se o público leitor não tem espaço para opinar sobre quais autores e cosmovisões pretende ver contemplados nas coleções.

A liberdade intelectual é a liberdade de acesso a diferentes aspectos das informações, ela reivindica que literaturas de diversas classes sociais e de diversos aspectos estarão contempladas nas coleções bem como diversos tipos de materiais e conteúdo para leitura. A centralidade das coleções na leitura literária não garante que diferentes visões de mundo estejam contempladas nas coleções.

Documento 8- Lei nº 10.854, de 16 de outubro de 2015, assinada pelo prefeito em exercício Délio de Jesus Malheiros, que institui o Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte para o período de 2015 a 2025.

Trechos de análise:

CAPÍTULO IV

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

[...]Art. 4º - O Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte tem como objetivos específicos:

III - garantir participação e transparência na gestão das políticas públicas de cultura;

XIV - desenvolver ações que ampliem e facilitem o acesso da população aos acervos e ao patrimônio cultural do Município;

XVII - incentivar e apoiar as práticas, as representações, as expressões e os conhecimentos artísticos, culturais e populares tradicionais reconhecidos pelas comunidades; [...]

CAPÍTULO V

DAS AÇÕES E ESTRATÉGIAS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

[...] III - implantar, até 2016, o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais de Belo Horizonte, com as seguintes ações:

[...] j) elaborar projeto de pesquisas de opinião (quantitativa e qualitativa) sobre o fluxo, perfil e as demandas do público usuário/consumidor de cultura e a avaliação da política desenvolvida pelo órgão gestor da Cultura, disponibilizando as informações no Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais; [...]

[...] X - adaptar os equipamentos do órgão gestor da Cultura aos requisitos legais de acessibilidade até 2018, com as seguintes ações:

[...] c) contratar e executar projetos de adaptação para atendimento aos requisitos de acessibilidade da legislação vigente, garantir a manutenção periódica dos equipamentos, conforme resultado do diagnóstico da infraestrutura física, do mobiliário, de equipamentos, de *softwares* e dos demais aparatos técnicos, bem como das potencialidades de acessibilidade;

[...] d) implantar uma política permanente de formação específica para a acessibilidade, com a participação de servidores em cursos, seminários, palestras e demais eventos relevantes no setor; [...]

[...] XXIII - ampliar e fortalecer a política municipal de arquivos e acervos da gestão cultural do Município, imediatamente após a aprovação do Plano Municipal de Cultura, com as seguintes ações:

a) edificar sede própria para o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte - APCBH - adequada e equipada para o seu funcionamento;

b) fortalecer as ações de gestão de documentos na administração municipal;

c) adquirir acervos de interesse para a história, para a memória e para o patrimônio cultural, a fim de qualificar as bibliotecas vinculadas ao órgão gestor da Cultura; [...]

[...] XXV - assegurar políticas públicas municipais permanentes de proteção, valorização, fomento e promoção de ofícios tradicionais e de práticas culturais de grupos, indivíduos e comunidades atuantes nas áreas artísticas e da cultura tradicional e popular, com as seguintes ações:

a) preservar, apoiar e difundir as culturas afro-brasileiras, indígenas e de outros povos e comunidades tradicionais, bem como as demais expressões culturais de Belo Horizonte; [...]

[...] XXVII - elaborar e implantar o Plano Municipal de Leitura, Literatura, Livro e Bibliotecas, tendo em vista a democratização do acesso à leitura no Município, com as seguintes ações:

a) criar bibliotecas em todas as regionais do Município, com equipamentos, acervo, em horário estendido e com funcionários suficientes para mantê-las em funcionamento;

b) capacitar pessoas para que atuem na democratização do acesso ao livro e na formação de leitores com visitas domiciliares, empréstimos de livros, rodas de leitura, narração de histórias, criação de clubes de leitura e saraus literários;

c) apoiar novos espaços de leitura, tais como bibliotecas circulantes, bibliotecas comunitárias, acervos em hospitais e associações comunitárias;

d) promover e democratizar o acesso à leitura e à informação, com a manutenção das bibliotecas municipais e comunitárias, garantindo acervo bibliográfico em suportes variados, infraestrutura física e tecnológica, e recursos humanos qualificados;

e) garantir a diversidade de ações para o incentivo à leitura, realizadas nos espaços públicos municipais, sem censura estética ou proibição de ações das diversas atividades artísticas integradas com o texto literário;

f) elaborar, discutir e aprovar o Plano Municipal do Livro, Leitura e Literatura, com vistas à democratização do acesso à leitura no Município [...] (BELO HORIZONTE, 2015, *on line*)

Análises:

Primeiramente, ao analisar o Plano Municipal de Cultura (PMC), ele apresenta uma abertura histórica na legislação do Município para a participação e escuta da voz dos sujeitos envolvidos com a ação cultural na cidade. Em seu discurso observa-se que, de certo modo, inicia-se um processo de ruptura com o formato de interdição analisado nos dispositivos legais de contextos históricos anteriores.

Este plano sugere como um dos objetivos específicos, a garantia de “participação e transparência na gestão das políticas públicas de cultura” (BELO HORIZONTE, 2015, *on line*). No trecho em que o Plano demonstra que pretende “promover e democratizar o acesso à leitura e à informação, com a manutenção das bibliotecas municipais e comunitárias, garantindo acervo bibliográfico em suportes variados, infraestrutura física e tecnológica, e recursos humanos qualificados” (BELO HORIZONTE, 2015, *on line*), são evidenciadas preocupações quanto às coleções das BPs. Trata-se de um plano pioneiro na cidade de Belo Horizonte quanto às políticas culturais acerca da diversidade epistêmica e cultural.

O Plano Municipal de Cultura prevê elaboração do Plano Municipal de Leitura, do Livro da literatura e das bibliotecas, voltado à concepção de democratização do acesso. No entanto, permanece implícito o modo como a voz dos leitores terá interlocução com a administração pública sobre o acervo que será adquirido e será disponibilizado a todos.

Tal Plano em relação aos demais dispositivos legais analisados, apresenta poucos mecanismos de controle quanto ao poder e ao saber em relação aos demais. Ele prevê a

aquisição de coleções de interesse para a história, para a memória e para o patrimônio cultural, a fim de qualificar as bibliotecas vinculadas ao órgão gestor da Cultura. Isto equipara, de certo modo, em escala de valorização, o conhecimento produzido pela literatura artística e aquele encontrado nas coleções sobre história, memória e patrimônio.

A lei sobre o Plano Municipal de Cultura começa a abrir espaço para a diversidade cultural e epistêmica, pois, as questões quanto à acessibilidade começam a aparecer. Há elementos quanto ao incentivo e apoio às práticas, representações, expressões e saberes diversos. Trata-se de respeitar e promover o acesso ao conhecimento para diferentes subjetividades.

Desdobramentos

Embora o PMC não se refira especificamente ao processo de DC das Bibliotecas Públicas, o fato de prever estudos sobre as demandas e necessidades da população em relação à cultura, aponta uma abertura para participação, e possibilidade de representação das diversas subjetividades. É possível observar este fato nos objetivos específicos do Plano, quanto ao trecho “elaborar projeto de pesquisas de opinião (quantitativa e qualitativa) sobre o fluxo, perfil e as demandas do público usuário/consumidor de cultura e a avaliação da política desenvolvida pelo órgão gestor da Cultura” (BELO HORIZONTE, 2015, *on line*). Isto poderia servir, futuramente, como base para a constituição de uma política de DC consoante ao Plano Municipal da Leitura, do livro da literatura e das bibliotecas, assimilando a filosofia do DC proposta por Evans (2005) quanto às demandas.

Documento 9- Projeto de Lei 412 de 27 de setembro de 2017, assinado pelo então prefeito Alexandre Kalil, que institui o Plano Municipal de Leitura, Literatura, Livro e Bibliotecas de Belo Horizonte.

Trechos de análise:

Art. 2º — São diretrizes gerais do PMLLLB-BH:

I - Valorizar a leitura e a escrita como práticas culturais, políticas e históricas, que permitem o acesso e a construção do conhecimento;

II - Promover e consolidar as bibliotecas públicas, comunitárias e escolares, estas últimas com o apoio das Assembleias Escolares, como espaços democráticos de acesso à leitura e de formação permanente, abertos à população;

III - valorizar a leitura literária, tendo em vista as mais distintas autorias, identidades e perspectivas de se narrar e de se compreender o mundo, em tempos e espaços diversos, por meio da cultura escrita;

IV - Valorizar e estimular a leitura de materiais de divulgação científica, nas diversas áreas do conhecimento;

V - Garantir acessibilidade às pessoas com deficiência e necessidades especiais em bibliotecas, eventos, concursos, cursos e atividades para a promoção da leitura, bem como a oferta de materiais de leitura acessíveis;

VI — Observar o princípio da diversidade na formação dos acervos bibliográficos das bibliotecas escolares, públicas e comunitárias;

VII — valorizar o professor e o bibliotecário como protagonistas no processo de formação de leitores;

VIII — valorizar e reconhecer os mediadores de leitura como profissionais que trabalham com a formação de leitores;

IX — Valorizar os escritores, os ilustradores e os tradutores como profissionais da criação no processo de produção do livro;

X'- realizar eventos que promovam e divulguem o livro e a literatura, bem como os seus profissionais.

ANEXO

(a que se refere o art. 1º da Lei nº, de de de 2017)

ESTRATÉGIAS E AÇÕES DO PLANO MUNICIPAL DE LEITURA, LITERATURA, LIVRO E BIBLIOTECAS DE BELO HORIZONTE — PMLLLB—BH.

II — Garantir o acesso gratuito, de qualidade e democrático à leitura em toda a cidade, por meio de bibliotecas de acesso público:

a) garantir a implantação e a manutenção das bibliotecas escolares em todas as instituições educacionais da cidade, públicas e privadas, até 2020, conforme estabelece a Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010;

b) garantir a manutenção das bibliotecas públicas existentes e atuar com vistas a ampliar o número de equipamentos culturais dessa natureza;

c) apoiar e fomentar a criação e a manutenção de bibliotecas comunitárias e outras iniciativas da sociedade civil que tenham como objeto a promoção da leitura;

d) criar e fortalecer programas para a promoção da leitura com atendimento específico à primeira infância — crianças de zero a seis anos;

i) garantir a acessibilidade para toda a população nas bibliotecas e nos eventos literários públicos;

l) qualificar e ampliar os acervos bibliográficos das bibliotecas escolares e

públicas, de acordo com o orçamento anual aprovado, valorizando o acervo através de novas compras, bem como apoiar essa iniciativa em bibliotecas comunitárias;

III — garantir uma política específica para a promoção da leitura na primeira infância — crianças de zero a seis anos:

b) estimular a implantação de bibliotecas e espaços de leitura, com acervo e estrutura adequados, em Unidades Municipais de Educação Infantil — Umeis -, unidades do programa BH Cidadania, creches, acolhimento institucional, postos de saúde, hospitais e demais instituições que trabalham com crianças de zero a seis anos;

V - Buscar a aprovação de recursos orçamentários anuais para a ampliação e a renovação dos acervos bibliográficos das bibliotecas escolares, públicas e comunitárias:

a) viabilizar a aquisição anual de livros, revistas, gibis, jornais e outros materiais de leitura, em suportes impressos e eletrônicos, para as bibliotecas escolares e públicas;

b) apoiar a aquisição de livros, revistas, gibis, jornais e outros materiais de leitura, em suportes impressos e eletrônicos, para as bibliotecas comunitárias;

c) garantir a participação da sociedade civil e da comunidade escolar no processo de seleção dos acervos das bibliotecas públicas escolares, por meio de comissões formadas e coordenadas institucionalmente pelo órgão responsável pela aquisição dos livros, que deverão estar alinhados ao projeto pedagógico ao qual estão vinculados e aos interesses e necessidades da comunidade à qual servem; (SECRETARIA..., 2017, on line)

Análises:

Em primeiro lugar, antes de proceder às análises do projeto de Lei 412 de 2017, ou Plano Municipal de Leitura, Literatura, Livro e Bibliotecas (PMLLL-BH), ressaltamos que ao longo de todo o processo histórico de leis que em algum momento se referem ao processo de DC de bibliotecas de acesso público em Belo Horizonte, percebemos que este projeto de lei segue um caminho que procura resistir às tentativas de subjetivação por parte do Estado. Não se trata de outro dispositivo legal constituído para imposição da vontade do Estado ou que não se construiu sem a participação popular, pois, ele passou por vários exames em suas minutas, em reuniões públicas e conferências com a participação popular.

O processo da elaboração do PMLLLB se iniciou em 2012, em um Seminário conhecido como “Sou de Minas, Uai” em que diversos atores em prol da leitura se reuniram. Ao longo de quatro anos, e após diversas reuniões cujas atas foram divulgadas pelo Diário Oficial do Município, os atores envolvidos na ideia de elaboração desse PMLLLB, realizaram uma conferência setorial de Leitura, Literatura, Livro e Bibliotecas, a primeira, na qual fora elaborada e aprovada a minuta deste plano. O que nos leva a inferir que o Plano nasceu de um interesse comum e se construiu de um modo relativamente democrático e intersetorial, inédito nas políticas culturais da cidade.

O PMLLLB, apresenta uma abertura para o discurso do sujeito e sua participação no processo de DC no trecho abaixo sobre o interesse do PMLLLB em

“garantir a participação da sociedade civil e da comunidade escolar no processo de seleção dos acervos das bibliotecas públicas escolares, por meio de comissões formadas e coordenadas institucionalmente pelo órgão responsável pela aquisição dos livros, que deverão estar alinhados ao projeto pedagógico ao qual estão vinculados e aos interesses e necessidades da comunidade à qual servem”(BELO HORIZONTE, 2017, *on line*).

Esta garantia de participação da comunidade e da sociedade civil mostra a possibilidade de que sejam respeitadas suas demandas e sua participação efetiva no processo de aquisição de livros. Parece-nos que o plano se propõe ao diálogo com as subjetividades quando se trata da seleção dos livros que vão compor as coleções das Bibliotecas Públicas escolares.

Entretanto, há um elemento que marca certo retrocesso do PMLLLB em relação ao Plano Municipal de Cultura que previa a aquisição de obras que tratasse de conteúdos que se referissem à educação patrimonial e valorização da memória e da história das comunidades. O PMLLLB parece corroborar a valorização de dois tipos exclusivos de conhecimento, conforme dois trechos: “III- valorizar a leitura literária, tendo em vista as mais distintas autorias, identidades e perspectivas de se narrar e de se compreender o mundo, em tempos e espaços diversos, por meio da cultura escrita” e “IV - Valorizar e estimular a leitura

de materiais de divulgação científica, nas diversas áreas do conhecimento” (BELO HORIZONTE, 2017, *on line*).

A valorização de apenas dois tipos de saber pode corroborar a reprodução da exclusão de outras possibilidades de saberes, à medida que mantém o controle das subjetividades, aquelas que não se referem à leitura literária e científica, e por conseguinte do conhecimento disseminado. Se porventura, a comissão de seleção nomeada não compreender os cordéis de narrativas da memória como obras literárias, por exemplo, eles poderão não ser adquiridos sob pretexto de que a valorização da literatura (um cânone literário demarcado) e das divulgações científicas são prioridades do plano. Contudo, apesar desta inobservância da diversidade epistêmica, o plano prevê como ação estratégica, a participação da sociedade civil na seleção dos acervos de Bibliotecas Públicas escolares.

Entretanto, o mesmo trecho apresenta elementos no discurso que tratam de estabelecer certo controle sobre as subjetividades, porque a seleção e as comissões para este fim devem responder aos órgãos responsáveis pela aquisição de livros, retirando-lhe a autonomia. Este controle sobre as subjetividades, por meio de autoridade de determinados órgãos, é parte do exercício do poder conforme a teoria da colonialidade.

Quanto aos objetivos, o Plano ressalta que pretende “Observar o princípio da diversidade na formação dos acervos bibliográficos das bibliotecas escolares, públicas e comunitárias” (BELO HORIZONTE, 2017, *on line*), o que por um lado, pode possibilitar romper-se com a colonialidade que impõe um tipo de saber unilateral, supervalorizando-o. Quanto à questão da liberdade intelectual, seria importante tornar profícua a garantia de que a diversidade cultural e epistêmica contemplada nas coleções das BPs.

Contudo, o discurso deste Plano não apresenta elementos que rompem com a colonialidade do saber, porque permanece turva a questão dos conhecimentos acerca da história, memória e patrimônio, que embora tenham sido mencionados no Plano Municipal de Cultura, não foram mencionados no PMLLLB. Isto poderia contribuir para a desvalorização da produção de conhecimento oriunda de culturas tradicionais de registro de causos, lendas urbanas, de trovadores, não formalmente publicados, mas que constituem registros da memória cultural das comunidades.

Esta desvalorização corrobora a supressão de subjetividades de tradições, de grupos e povos cujos registros de fazeres e saberes culturais não passam por registros em publicações formais, de cunho científico ou literário, conforme o padrão de produção de conhecimento vigente.

Desdobramentos:

O PMLLLB não previu a elaboração de uma política de DC específica para bibliotecas, que garantisse as etapas do processo de DC: análise das necessidades da comunidade, seleção, política de DC, preservação/conservação, desbastamento, descarte, e avaliação da coleção (EVANS, 2005). A coleção das bibliotecas deve se desenvolver conforme os interesses da população do seu entorno.

Outro ponto que se pode observar é que apesar da elaboração do Plano Municipal de Leitura ter ocorrido após discussões quanto às minutas em Conferências Municipais de leitura, pouco se apresenta no discurso do Projeto de lei quanto à previsão de uma política de DC. Isto poderia constituir-se como a presença do olhar técnico e intelectual do profissional da Biblioteconomia consciente da importância deste instrumento, para a garantia da liberdade intelectual nas coleções das BPs da cidade .

Em pleno século XXI, as teorias quanto ao processo de DC estão melhor difundidas em relação ao século XX, com atualizações de edições de obras de especialistas como Evans (2005) e de outros autores latinos. No entanto, as políticas culturais que afetaram o processo de DC, que foram elaboradas ora sem o diálogo com a sociedade civil, ora de forma dialógica, não apresentaram em seus discursos uma clareza e coerência na preocupação com as políticas para processo de DC e garantia da liberdade.

Documento 10 – Política de Desenvolvimento de acervo das bibliotecas da Diretoria de ação Cultural Regionalizada da Fundação Municipal de Cultura

Trechos de análise:

[...] A seleção é o processo de escolha do material que vai compor o acervo da biblioteca. Este deve apresentar uma diversidade de tendências, formas, gêneros e oferecer ao usuário a oportunidade de vários pontos de vista. O trabalho de seleção deverá ser executado pelo bibliotecário(a) e/ou pela “Comissão de Seleção de Acervo”, sendo que esta última atuará exclusivamente na seleção para aquisição por compra (p.06).

[...] A Comissão de Seleção de Acervos, vinculada ao Departamento de Coordenação de Bibliotecas e Promoção da Leitura (DPBPL) tem como atribuições “a seleção dos títulos a serem adquiridos e o recebimento e conferência dos livros no ato da entrega pelo fornecedor” tal qual disposto na Portaria FMC nº 006, de 21 de janeiro de 2014. Esta comissão deve contar com membros do DPBPL e das bibliotecas vinculadas à DIACFMC, entre os quais estão técnicos de nível superior da área de literatura e biblioteconomia (p.06).

[...] 4.2.2 Quanto à pertinência do material para o acervo deverão ser observados os seguintes critérios avaliativos: o acervo deve ser um reflexo não apenas da demanda dos usuários mas para atender a potencialidade do público atendido. Uma biblioteca mais generalista, como a de um centro cultural, não deve manter um documento técnico muito específico da área de engenharia, por exemplo. O acervo deve ser adequado ao público que atende em suas demandas e potenciais, porém respeitando as características do equipamento cultural ao qual a biblioteca é vinculada.

4.2.3 Quanto à relevância do conteúdo deverão ser observados os seguintes critérios avaliativos: a relevância do conteúdo é o aspecto mais subjetivo dos

envolvidos na seleção e avaliação do acervo, mas é igualmente importante e deve ser observado com bastante critério pelo bibliotecário. Textos bem escritos, coerentes, coesos, que seguem as normas linguísticas e os gêneros a que se propõe são pontos que devem ser observados. Deve-se evitar, no entanto, que o gosto pessoal do bibliotecário se imponha à gama de usuários que ele atende, com experiências literárias diferentes e gostos pessoais diversos. É papel dos bibliotecários [...] realizarem a promoção da leitura e formar leitores para além do viés pedagógico, e neste sentido, é também papel desse profissional, enquanto mediador de leitura oferecer novos estilos, gêneros, autores e textos aos quais os usuários não teriam acesso por demanda pessoal. No entanto, é importante destacar que esta demanda deve ser respeitada e, na medida do possível, também atendida (FUNDAÇÃO..., 2016, p. 1 – 10).

Análise:

Ao observar o documento técnico sobre a “Política de Desenvolvimento de Acervo das bibliotecas da Diretoria de Ação Cultural Regionalizada da Fundação Municipal de Cultura”, distribuído aos técnicos e responsáveis envolvidos no processo de DC, foi possível perceber inicialmente, que se propõe ação padronizada que contemple o ciclo do processo de DC proposto por Evans (2005). No entanto, não foram apresentadas propostas de padronização de técnicas ou mesmo instrumentos para coleta, análise e registro das demandas das comunidades. Este posicionamento seria caro à política de DC, no sentido de tornar-se uma prática habitual para os bibliotecários que vierem tomar posse futuramente, ou aqueles que ainda não tenham passado por esta experiência, e ainda, aqueles não conhecem as demandas de seus leitores.

Um ponto importante a ser ressaltado é que a política analisada, além de corroborar a questão da importância de se atender a demanda, busca trazer novas possibilidades para o que os autores chamaram de “usuários em potencial”, conforme exposto no documento nos trechos:

(...) é também papel desse profissional [bibliotecário], enquanto mediador de leitura oferecer novos estilos, gêneros, autores e textos aos quais os usuários não teriam acesso por demanda pessoal. No entanto, é importante destacar que esta demanda deve ser respeitada e, na medida do possível, também atendida (FUNDAÇÃO..., 2016, p.9).

E ainda, que “o acervo deve ser um reflexo não apenas da demanda dos usuários mas para atender a potencialidade do público atendido” (FUNDAÇÃO..., 2016, p. 1 – 10).

No entanto, o modo de registro, a proporção, e os mecanismos (enquete, questionário, formulário impresso ou digital, e outros) não são especificados com clareza ou mesmo apontados como instrumento importante de atuação para embasar o trabalho da Comissão de Seleção.

Ademais, a questão da participação do leitor no processo de seleção aparece pouco abordada nos dispositivos legais ou documentos técnicos. Sob o olhar decolonial, isto poderia

caracterizar um mecanismo de exercício do poder que silencia uma das vozes envolvidas na prática da leitura, a do leitor. Este fato poderia ainda ser interpretado como um modo de interdição no discurso da política de DC, porque não permite a diversidade de vozes na tomada de decisão quando da seleção de coleções.

Há outro ponto que podemos ressaltar acerca deste documento quanto ao objetivo de estabelecer critérios de seleção do material a ser adquirido, para livros deve se observar:

a) qualidade do conteúdo; b) demanda; c) necessidade de determinado assunto (excesso ou escassez do assunto na coleção) ; d) inclusão de autores independentes, estreadores de relevância em seu gênero literário; e) atualidade da obra; g) idioma acessível; h) custo justificável; i) usuários potenciais (p.07).

No entanto, o discurso do documento não esclarece os conceitos desses critérios, sobre os quais pode incidir uma polissemia infinita, que pode variar conforme a literatura técnica em que se baseiam. O item sobre a qualidade do conteúdo pode soar ambíguo se aplicado à literatura quando os referenciais sobre qual conceito de qualidade está sendo abordado, se se trata de qualidade estética do conteúdo, ou da qualidade de intertextualidade do conteúdo. Outro exemplo de expressão ambígua, seria o termo “custo justificável”, não está especificado qual a razoabilidade de justificativa para um custo, se o item adquirido atende a um cidadão, ou se seria razoável atender a uma grande massa para se tornar justificável seu custo.

Ocorre que quanto mais turvos parecerem tais critérios, tanto maior será a possibilidade de exercício de poder e cerceamento das subjetividades dos leitores, pois, os membros da Comissão de Seleção poderão valer-se desses critérios para justificar o próprio controle das subjetividades pela falta de clareza imprescindível a uma prática democrática de seleção.

Destarte, o documento que consubstancia uma “Política de Desenvolvimento de Coleções para as Bibliotecas Públicas da Fundação Municipal de Cultura”, apresenta avanços em relação a todos os outros documentos analisados anteriormente. Ele busca a garantia do atendimento às demandas, em alguma medida; tende a incluir e demarcar o direito à liberdade intelectual, porque afirma que os acervos das bibliotecas da FMC devem possuir os mais diversos aspectos e pontos de vista no conteúdo das obras. Ele também apresenta critérios e descreve as etapas do ciclo ao longo do processo de DC, e apresenta direcionamentos quanto à postura e atuação do profissional bibliotecário e da Comissão de seleção das coleções.

Desdobramentos:

A teoria acerca do processo de DC ressalta a etapa de análise da comunidade como um instrumento importante, embora não definitivo, para a seleção da coleção que irá compor

o acervo, porque dela resulta alguma noção sobre as necessidades informacionais dos leitores da biblioteca. Neste sentido, a Política de DC analisada, precisaria antes mesmo de pensar seus critérios de seleção, aquisição e descarte, descrever os principais atributos das comunidades (quantidade de leitores por gênero, faixa etária, escolaridade, nível de domínio majoritário da técnica de leitura, quantidade de ocorrências das demandas, interesses e outros), ou mesmo uma ferramenta de análise dessas comunidades.

Com intuito de fornecer uma perspectiva panorâmica das análises apresentadas, elas foram sintetizadas no Quadro 2, a seguir. Estão assinalados como “sim”, “não” e “em termos” a ocorrência ou não das principais assimetrias elencadas através das análises.

Quadro 2 - Síntese da análise da legislação

	Decreto n. 64 de 1930	Decreto nº 135 de 1937	Lei Nº 1054 de 1963	Lei ordinária nº 2.746 de 1977	Instrução normativa FMC nº 01 de 2009	Lei ordinária 10.116 de 2011	Diretrizes para as Bibliotecas Públicas	Lei nº 10.854, de 2015	Projeto de Lei 412 de 2017	Política de <u>Desen-</u> <u>volvimen-</u> <u>to de</u> <u>acervo da</u> <u>FMC</u>
Incorpora explicitamente a temática DC	Não	Sim	Não	Em termos	Sim	Não	Não	Em termos	Não	Não
Atribui função protagonista aos bibliotecários	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Em termos
Incorpora a perspectiva da sociedade	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Em termos	Sim	Sim	Sim
Inclui a perspectiva do usuário	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Em termos	Sim	Sim	Sim
Possui uma visão ampla de cultura, sociedade, conhecimento e acervo	Não	Não	Não	Não	Em termos	Não	Em termos	Sim	Em termos	Em termos
Apresenta ambiguidades discursivas	Em termos	Em termos	Em termos	Em termos	Em termos	Sim	Sim	Em termos	Em termos	Em termos

Deixa margens à colonialidade de poder	à	Sim	Sim	Sim	Sim	Em termos	Sim	Sim	Em termos	Em termos	Sim
Deixa margens à colonialidade de saber	à	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Em termos	Sim	Sim
É restritiva ou incorre em censura	ou	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Respeita a Liberdade intelectual	a	Não	Não	Não	Não	Em termos	Não	Em termos	Sim	Sim	Em termos

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A seguir, passaremos à seção final para sintetizar os principais aprendizados com os quais a análise buscou contribuir.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho iniciou seu percurso com a proposta de refletir sobre as relações de poder que perpassam o processo de Desenvolvimento de Coleções em Bibliotecas Públicas vinculadas à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Nos propusemos a um olhar, dentre tantos outros possíveis, sobre os pontos de tensão que as políticas culturais do município apresentaram desde a década de 1930, período em que os especialistas como Rubim (2007) apontam como o início da consolidação de políticas culturais no Brasil.

Tratou-se de reflexão necessária, antes de pensar a construção de uma política de DC. Buscou-se perceber, analisar, e apreender sobre quais seriam os pontos que demandariam a devida cautela dos atores envolvidos nesta construção de um documento que orientaria o processo de DC.

Ao levantarmos quais dispositivos (leis, decretos, portarias, instruções normativas) retratariam as políticas culturais da cidade, definimos algumas dimensões, a fim de conferir ao trabalho o rigor metodológico, que também contribui para sua exequibilidade. Primeiramente, buscamos por documentos que mencionassem quaisquer das etapas de Desenvolvimento de Coleções de Bibliotecas Públicas do município. Em seguida, definimos

algumas dimensões do olhar que incidiria sobre esses documentos para a análise do seu discurso conforme a proposta de análise de Michel Foucault.

Essas dimensões se configuram como as três categorias de análise propostas. A primeira, uma dimensão do controle externo, interdição, que incide sobre os discursos, baseando-nos no texto “A Ordem do Discurso” de Foucault (2009). A segunda categoria é a dimensão de colonialidade do poder, que se trata do exercício de poder por meio de controle da vida social (trabalho, sexo, subjetividade e autoridade). E a terceira categoria, a da colonialidade do saber, que se refere a um tipo de colonialidade que é epistemológico: a negação da alteridade epistemológica, a violência e o racismo epistêmico.

Essas três categorias contribuíram para construção de uma percepção de algumas das tensões coexistentes e intrínsecas ao processo de DC. A primeira categoria auxiliou a construção de uma percepção da autoridade imposta pelo discurso para o controle sobre quem tem voz para opinar e tomar decisão, sob que circunstâncias e quais discursos não poderiam compor a coleção da BP. A segunda categoria, focou na construção do olhar quanto às disputas por poder na sociedade, que são as hierarquias e controles exercidos (quanto à raça, gênero, divisão do trabalho e autoridade), que em algum momento ficam explícitas ou implícitas no discurso das políticas culturais da cidade. E a terceira categoria auxiliou na análise sobre o modo como o campo do conhecimento e saberes pode ser utilizado para imposição de uma monocultura epistemológica.

Quanto às teorias pertinentes ao Desenvolvimento de Coleções, que cooperaram para as análises, podemos destacar a concepção de direito à liberdade intelectual.

Dentre as dificuldades encontradas, após as análises, algumas lacunas foram observadas, e dentre elas a pouca explicitação da temática do DC nos dispositivos legais publicados. A seção 3, que tratou das políticas culturais no Brasil, mostrou que por muitos anos e em momentos alternados da história dessas políticas, o processo de DC, esteve entregue aos desígnios do filantropismo. A lei ordinária nº 2.746 de 1977 apresentou um discurso que remete ao Desenvolvimento da Coleção da Biblioteca Pública Infantil através de doações, e preconiza o cadastramento desta biblioteca no INL, órgão que segundo a história das políticas culturais de Bibliotecas Públicas, exercia a função de redistribuir as obras selecionadas por comissões elencadas pelo governo da época.

Tais lacunas no processo da pesquisa datam do período entre 1977 e 2009, em que o processo de DC não esteve presente em dispositivos legais municipais publicados. Se voltarmos à literatura sobre políticas culturais no Brasil, podemos verificar que a questão da leitura esteve entregue aos projetos do filantropismo neste período. E este fator histórico coincide com o período em que foram publicados pelo Diário Oficial do Município reportagens informativas acerca de campanhas de doação feitas pela Fundação Municipal de Cultura. Conforme a lista do Anexo B, deste trabalho podemos perceber que foram arrecadados por

doações em campanhas, cerca de 11.800 livros, entre os anos de 2006 e 2009. Além disso, o redistributivismo também foi amplamente estimulado através de Editais como programa “Mais Cultura”, da Fundação Biblioteca Nacional.

Sumariamente, o movimento de construção social das políticas que estariam relacionadas com o processo de DC das Bibliotecas Públicas de Belo Horizonte, observado por meio dos dispositivos legais, apontou elementos do exercício do poder, inclusive em relação à participação dos sujeitos na construção dessas políticas. Em alguns casos, o silenciamento se deu por censura prescritiva do comportamento e da autoridade, ou punitiva por sanção, como observados em dispositivos legais que datam dos períodos de Governos autoritários no Brasil.

O exercício do poder, para além das dimensões sociais e culturais, pode ser observado quanto aos recursos destinados ao processo de DC, e à centralização da etapa de seleção dos livros em poder de determinado grupo. Esta forma de exercício do poder tende a anular a subjetividade e a expressão das necessidades de informação dos leitores das bibliotecas, bem como seu direito à liberdade intelectual.

A maioria dos dispositivos legais analisados, conforme o Quadro 2 apresentou, demarcaram elementos discursivos que instaurava algum tipo de mecanismo de controle. Aqueles dispositivos legais cujo contexto histórico era o período da ditadura, delegavam ao profissional da Biblioteconomia a função de controle, sanção, vigília, dos comportamentos, das manifestações ideológicas e culturais; e principalmente, do uso e preservação das coleções.

Uma das leis, deliberadamente, privilegiava pessoas cujos cargos eram mais elevados nas hierarquias de trabalho, quanto ao acesso a determinados livros da coleção. O que denota que a política de uso e a etapa de preservação das coleções podem sofrer um tipo de discriminação de classe. Isto se trata de um modo de se controlar quanto a quem poderia acessar o quê, conforme a posição do sujeito na divisão social do trabalho.

A etapa de seleção é a que apresentou maior incidência de mecanismos de controle, observados os dispositivos que trataram dela em algum momento. Em alguns casos, a seleção, conforme elementos discursivos, estaria centralizada nas mãos de uma comissão de seleção. Em outros, ela contaria com a participação popular, mas a maioria dos discursos que trataram da seleção, não trouxeram elementos de que ela sequer contaria com registros acerca das demandas dos leitores, ou com análise das comunidades.

Em outra perspectiva, mas não menos importante, podemos inferir que em quase todos os dispositivos analisados, à exceção do Plano Municipal de Cultura, foram encontrados elementos de valorização unilateral de conhecimento, ou seja, literário ou científico. As Bibliotecas Públicas na sociedade belo-horizontina privilegiaram o conhecimento literário e o pedagógico em momentos alternados da história das políticas culturais. Isto nos leva a inferir

que, as bibliotecas tendem a reproduzir um modo exclusivo de conhecer e produzir conhecimento e saber.

O discurso de alguns dos dispositivos legais, que tocaram em pontos como diretrizes para BP, aponta a naturalização da valorização da literatura e do conhecimento científico, mas não se posiciona quanto à valorização de saberes e conhecimentos quanto à memória. A Literatura do campo da Ciência da Informação traz um trabalho de dissertação intitulado “o negro na Biblioteca Pública” da Mestra Francilene Cardoso, que questiona o silenciamento da memória social, e promove um Desenvolvimento de Coleções que fortalece os laços de pertencimento na Biblioteca Pública do Estado do Maranhão. É uma tentativa de promover o DC de uma coleção que valoriza a cultura dos grupos do território do entorno da biblioteca em relação simétrica com a literatura. Portanto, sabemos que há outras possibilidades para o processo de DC nas Bibliotecas Públicas que fortalece, inclusive, a produção literária e de registro da memória por leitores do entorno da biblioteca.

Tal como as demais políticas culturais, a política de DC no setor público exige um rigor que corrobora princípios Fundamentais dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira. Os cidadãos devem, por direito cultural, ter suas demandas analisadas e atendidas em alguma medida, conforme suas sugestões e os recursos que as instituições detêm. A questão central, neste caso, seria em que medida tais demandas devem ser atendidas. A literatura sobre o processo de DC não determina qual a porcentagem ou fatia do recurso poderia ser considerada ideal para o atendimento da demandam e sua relação com a porcentagem destinada às novidades não registradas em demandas. Além disso, a participação de leitores no processo de DC, como um todo, enquanto princípio de cidadania poderia ser garantida pela política cultural e por conseguinte pela política de DC.

A elaboração de uma política de DC requer um exercício de pensar com equidade: a representação nos discursos das vozes dos atores envolvidos no processo, evitando a colonialidade e a cultura de privilégios; bem como, os tipos de conhecimento e saberes que serão analisados, disponibilizados, preservados, ou descartados. Existem diversos saberes, além desses que já são reproduzidos sob padrões universais.

Finalmente, sintetizamos a seguir o processo de construção das políticas culturais que tocaram em pontos do processo de DC. Apontaremos avanços que podem sugerir alguma observância em garantir o exercício da liberdade intelectual, da diversidade cultural e epistêmica.

Primeiramente, podemos inferir que em contextos cujos governos foram autoritários, por exemplo, os dispositivos legais apresentaram discursos extremistas e radicais quanto à interdição e cerceamento da liberdade intelectual. Tal posicionamento pode ser observado nos documentos como Decreto nº 64 de 07 de março de 1930, cujo discurso repassa ao bibliotecário a função de dispositivo de censura, sanção em que ocorre o exercício de controle

das subjetividades e a hierarquização de acesso a determinadas partes da coleção da Biblioteca Pública de Belo Horizonte.

Outro exemplo que evidencia a interdição e cerceamento da liberdade intelectual, que afetou diretamente o processo de DC das Bibliotecas Públicas da época foi o Decreto nº 135 de 21 de outubro de 1937. Este dispositivo cerceava deliberadamente a liberdade intelectual pela censura e interdição, a liberdade de expressão de aspectos ideológicos na biblioteca e de acesso às obras, que receberam uma conotação ideológica contrária ao regime da época.

As políticas públicas, a serem elaboradas na contemporaneidade, têm muito a apreender das experiências que estes dispositivos analisados deixaram como registro para a memória política das relações entre bibliotecas e políticas culturais. Tais registros mostraram como o exercício do poder sobre as coleções contrariava o direito de liberdade intelectual e de acesso em períodos de governos autoritários.

Estabelecida a Fundação Municipal de Cultura em 2005, a experiência acumulada a partir do funcionamento dessas bibliotecas pode ter gerado um acúmulo de conhecimento e iniciativas, que culminaram na elaboração e publicação de diretrizes para a ação bibliotecária. Isto pode ser observado na Instrução Normativa nº01 de 03 de março de 2009, a qual estabelecia diretrizes da ação bibliotecária para a FMC.

Essas diretrizes apresentaram uma série de pontos, que passaram a constituir-se como preocupação das políticas culturais, principalmente, quanto à participação da sociedade civil no processo de DC, à previsão de dotação orçamentária para manutenção das coleções e o posicionamento dialógico com os atores envolvidos com a leitura pública da cidade. No entanto, elas deixaram algumas lacunas quanto às garantias dos direitos de liberdade intelectual, pois não se referiam à diversidade cultural e epistêmica das coleções desenvolvidas no discurso da Instrução Normativa.

Após a publicação desse dispositivo, outros publicados posteriormente, apresentaram um discurso que continha indícios de preocupação com questões como a previsão de dotação orçamentária para as coleções. Notadamente, o processo de DC passou a receber investimentos publicados no Diário Oficial do Município, fato que pode ser verificado pela divulgação do projeto “Belo Horizonte, cidade leitora”, o qual propiciou aquisições de coleções, anualmente desde 2010 a 2016.

Provavelmente, os grandes volumes de aquisição de livros aqueceram o Mercado Editorial em Belo Horizonte, pois, em 2011 foi publicado um Plano Municipal Do livro, apontando as necessidades de se pensar um planejamento capaz de fomentar o desenvolvimento da leitura pública na cidade. Embora a Lei ordinária nº 10.116 de 24 de fevereiro de 2011 tivesse demonstrado a preocupação com a leitura, seu discurso negligenciou aspectos como o apoio e fomento ao desenvolvimento, criação e manutenção

de Bibliotecas Públicas e à valorização de mediadores de leitura; embora tenha sido enfático quanto à estruturação do Mercado Editorial.

Em 2012, foram publicadas diretrizes de cunho conceitual para as Bibliotecas Públicas da Fundação Municipal de Cultura. O discurso dessas diretrizes teve direcionamentos teóricos que marcaram a valorização da leitura e da escrita para a construção de autonomia do sujeito, bem como conferiu outro conceito ao projeto de Bibliotecas Públicas da FMC. Em relação aos dispositivos legais publicados em anos anteriores, tais diretrizes apresentam avanço para a promoção da participação social. O discurso não faz menção à horizontalidade entre a valorização dos saberes diversos como os causos e registros de memória das comunidades do entorno das bibliotecas, mas observa-se o privilégio da valorização da leitura literária e do conhecimento científico.

A sociedade civil de Belo Horizonte demonstra iniciar grandes avanços em sua organização, observada em documentos quanto às Conferências Municipais de Cultura desde 2009. Provavelmente, destas derivou a consolidação do Conselho Municipal de Cultura e a sistematização do PMC.

O Plano Municipal de Cultura apresentou discurso diferenciado, que se destaca por seu direcionamento democrático, desde a sua concepção passando pelo seu posicionamento de buscar horizontalidade quanto à valorização dos tipos de conhecimentos, saberes e linguagens. O discurso deste plano sugere, inclusive, a aquisição de coleções sobre memória e patrimônio para as bibliotecas. Além disso, ele observa a previsão de dotação orçamentária para o fomento dos equipamentos culturais e de suas coleções. Sugere-se a importância da elaboração de um Plano Municipal e intersetorial de leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas. Isto evidencia um avanço ímpar para a construção de políticas públicas culturais, e, por conseguinte, para o processo de DC das Bibliotecas Públicas da Fundação Municipal de Cultura.

A experiência da Conferência Municipal de Cultura se tornou produtiva, à medida que dela se originou a elaboração do Plano Municipal de Cultura. A sociedade civil junto a diversos outros atores, inclusive agentes públicos de setores variados, que corroboram a defesa de uma leitura pública na cidade, se organizaram para elaboração do Plano Municipal da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas. Intitulado Projeto de Lei 412 de 27 de setembro de 2017, o plano encontrava-se em fase de tramitação na câmara dos vereadores até o momento de análise dos dispositivos legais em 2019. Ele apresentava avanços no sentido de prever dotação orçamentária para criar, fomentar, manter e apoiar as bibliotecas, que funcionam em prol da leitura pública (bibliotecas de centros culturais, museus e arquivos, e ainda bibliotecas escolares e comunitárias).

Este Plano apresentou indícios de que se prima pela horizontalidade na valorização e fomento dos setores envolvidos com a leitura pública, e prevê a participação da sociedade

civil nas decisões e ações estratégicas para a sua execução. Além disso, ele procurou incluir em seus objetivos e ações estratégicas, a promoção de coleções e atividades com vistas à acessibilidade, e conseqüente inclusão de subjetividades nas políticas culturais.

Quanto ao processo de DC, o Plano prevê a nomeação de uma comissão para a seleção das coleções, cujos nomeados não representam leitores das comunidades do entorno das bibliotecas, pois, tal como mencionado anteriormente, a comissão de seleção de acervo nomeada se constitui por representantes da própria FMC apenas.

Além disso, o PMLLLB não apresentou previsão para a consolidação de uma política específica para o DC das bibliotecas da Fundação Municipal de Cultura, embora tenha demarcado direcionamentos conceituais e políticos norteadores para a elaboração da política de DC. Destarte, as políticas culturais contemporâneas a esta análise apresentaram grandes avanços em termos de minimizar arbitrariedade e interdição quanto às vozes dos sujeitos envolvidos com a ação, produção e apropriação cultural da cidade.

As Conferências Municipais, reuniões e audiências públicas são meios pelos quais a população participa dos processos políticos, no entanto, podem não alcançar a maioria do contingente populacional. O PMLLLB não tem por objetivo orientar as ações apenas do processo de Desenvolvimento das Coleções, e, portanto, ainda se faz necessária alguma orientação publicada quanto às etapas do ciclo pelo qual o processo passaria conforme a teoria biblioteconômica.

O último dispositivo analisado, o documento técnico quanto ao processo de DC para as bibliotecas da FMC, demonstra o interesse em apontar direcionamentos quanto às etapas do ciclo deste processo conforme proposto por Evans (2005). Este dispositivo, no entanto, não foi publicado, apenas distribuído aos técnicos bibliotecários, como instrumento de padronização da ação quanto ao processo de DC. Alguns pontos desse documento refletem a necessidade de pensar uma política coerente ao Plano Municipal de Cultura, a exemplo dos critérios de seleção, que carecem clareza conceitual, além da garantia de horizontalidade na valorização do conhecimento, saberes e informações disseminados.

Alguns encaminhamentos quanto a esta construção social das políticas culturais que afetam o processo de DC, podem levantar indagações para trabalhos futuros quanto ao papel dos bibliotecários (as) nesta construção. Tais profissionais tem contato com a literatura técnica sobre o processo de DC, caberia indagar quais contribuições desses profissionais para o processo de DC, para a elaboração das políticas de DC, e em uma esfera ainda maior, para as políticas culturais. Esses profissionais podem possuir o conhecimento acerca do processo de DC, mas poderia ser questionado, futuramente, qual seria sua participação na construção social das políticas públicas que afetam o DC, como os planos municipais, estaduais, conferências.

Em suma, as políticas culturais apresentaram em seu discurso variadas relações de poder sob as quais incidem, dentre vários aspectos: controles aos discursos que compõem a coleção, sobre as vozes dos sujeitos e a autoridade quanto às tomadas de decisão. Políticas culturais como planos municipais, ou mesmo ações mais específicas, como a política do Desenvolvimento das Coleções carecem de interlocução entre os sujeitos, o Estado e as instituições, por meio de mecanismos de acesso à enunciação nos discursos de dispositivos legais (conferências, consultas públicas, enquetes e outros), que alcancem e promovam a participação efetiva do sujeito cidadão em sua construção.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia (Org.). **História e história da leitura**. 2. ed. Campinas: Mercado das letras/ALB/ FAPESP, 2000.

ADEMIDI, Olugbenga. Reference Service in Academic Libraries: Accommodation of International Students, **Library Philosophy and Practice**, 2011. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1555&context=libphilprac>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

AGUDO, ALVARO. Estudios de comunidad en bibliotecas públicas. **CERLALC**: notícias sobre el libro, N.27, p. 4-9, Julio-Septiembre, 1985.

ASHEIM, Lester. Bibliotecas e censura. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v.3, n. 3/4, p. 217-22, 1980.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002. 226 p.

BARKER, Chris; GALASÍNSKI, Dariusz. **Cultural Studies and Discourse Analysis – A dialogue on language and identity**. London: Sage Publications, 2001.

BARRETO, Angela Maria, PARADELLA, Maria Dulce, ASSIS, Sônia. Bibliotecas públicas e telecentros: ambientes democráticos e alternativos para a inclusão social. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 27-36, jan./abr. 2008.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº64, de 07 de março de 1930**. Regulamenta a Biblioteca de Belo Horizonte. Legislação de Belo Horizonte 1891 a 1996: leis, decretos, portarias e resoluções. Belo Horizonte: PRODABEL, 1992-1994c. 1 CD-ROM.

BELO HORIZONTE. **Decreto nº 135 de 21 de outubro de 1937**. Determina a verificação dos livros existentes na Biblioteca Pública. Decretos e Resoluções de 1937. Belo Horizonte: Prefeitura, p. 45 – 46, 1938. Disponível em <www.dom.pbh.gov.br> Acesso em: 18 jul. 2018.

BELO HORIZONTE. **Diretrizes para as bibliotecas públicas vinculadas à diretoria de bibliotecas e centros culturais**. Belo Horizonte: Prefeitura, 2012. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1085898>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BELO HORIZONTE. **Instrução normativa fundação municipal de cultura nº 01 de 03 de março de 2009**. Dispõe sobre as diretrizes para ação bibliotecária da Fundação Municipal de Cultura. Belo Horizonte: Prefeitura, 2009. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=993309>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei 10854 de 16 de outubro de 2015**. Institui o Plano Municipal de Cultura. Belo Horizonte: Prefeitura, 2015. Disponível em:<<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2015/1086/10854/leirdinaria-n-10854-2015-institui-o-plano-municipal-de-cultura-de-belo-horizonte-para-o-periodo-de-2015-a-2025>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 1.054, de 7 de novembro de 1963**. Amplia, reestrutura e incorpora a Biblioteca Pública ao IMACO e contém outras providências. Legislação Municipal de 1963. Belo Horizonte: Departamento de Administração, p. 62-63, 1965. Disponível em <www.dom.pbh.gov.br> Acesso em: 18 jul. 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 10.854, de 16 de outubro de 2015**. Institui o Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte para o período de 2015 a 2025. Belo Horizonte: Prefeitura, 2015. Disponível em: <[https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/14.%20Lei%2010854-15%20\(PMC%20BH\).pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/14.%20Lei%2010854-15%20(PMC%20BH).pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei ordinária 10.116 de 24 de fevereiro de 2011**. Institui a política municipal do livro e o dia municipal da leitura de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura, 2011. Disponível em:< <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/2011/1011/10116/lei-ordinaria-n-10116-2011-institui-a-politica-municipal-do-livro-e-o-dia-municipal-da-leitura-2011-02-24-versao-compilada.html>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BELO HORIZONTE. **Lei ordinária 2746 de 14 de junho de 1977**. Cria a Biblioteca Pública Infantil e Juvenil e dá outras providências. Belo Horizonte: Prefeitura, 1977. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1977/275/2746/lei-ordinaria-n-2746-1977-cria-biblioteca-publica-infanto-juvenil-e-da-outras-providencias?q=Lei%20n%20Bseries/147-pt.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BELO HORIZONTE. **Projeto de Lei 412 de 27 de setembro de 2017**. Institui o Plano Municipal de Leitura, Literatura, Livro e Bibliotecas de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Prefeitura, 2017. Disponível em:<file:///C:/Users/hp/Downloads/PL%20412-17%20-Inicial%20(1).PDF>. Acesso em: 18 jul. 2018.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **O que é orçamento participativo**, 2015. Disponível em <<http://www.planejamento.gov.br/servicos/faq/orcamento-da-uniao/elaboracao-e-execucao-do-orcamento/o-que-e-orcamento-participativo>> Acesso em: 21 jan. 2019.

BRETTA, Aline Pinheiro. A biblioteca pública de Belo Horizonte: o legado cultural de uma sociedade literária, *Inf. Inf.*, Londrina, v. 15, n. 2, p. 93 - 108, jul./dez. 2010.

Brinquet de Lemos, A. **Bibliotecas**. In: Campello, Bernadete Santos; Caldeira, Paulo da Terra. Introdução às fontes de informação. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. 184 p. (Coleção Ciência da Informação; v. 1)

CALABRE, Lia. **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. 145 p.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Minas Gerais: UFMG, 2003.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & GROSGOQUEL, Ramon. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo. Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. México: Miguel Ángel Porrúa, 1998.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSGOQUEL Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ Santiago e GROSGOQUEL Ramón (eds.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.p p. 9-23.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistémica e o problema da 'invenção do outro'. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005a.

CASTRO-GÓMEZ. **La poscolonialidad explicada a los niños**. Bogotá: Universidad del Cauca, Instituto Pensar, 2005b.

CASTRO-GÓMEZ. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005c.

CHARTIER, Anne Marie; HEBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura 1880-1980**. São Paulo: Ática, 1995.

CIVALLERO, Edgardo. El rol social de las bibliotecas públicas en Latinoamérica: algunos conceptos y líneas de acción desde una perspectiva progresista. In: **Primer Congreso Nacional de Bibliotecas Públicas de Chile**, 2006. Santiago del Chile: Dirección de

Bibliotecas, Archivos y Museo, 2006. 9 p. Disponível em:<http://www.dibam.cl/dinamicas/DocAdjunto_644.pdf> Acesso em: 02/07/2017.

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COHN, Gabriel. Identidades problemáticas. *In*: SALLUM JR., Brasílio. [et al]. **Identidades**. São Paulo: EDUSP, 2016, p.33-39.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Declaração para os direitos da biblioteca**. Chicago, Illinois: ALA, 2013. Disponível em<http://www.ala.org/advocacy/sites/ala.org.advocacy/files/content/ala%20declaration%208.5%20x%2011%20Brazilian%20portuguese_Layout%201.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2018.

DÍAZ JATUF, Julio. Desarrollar ó gestionar colecciones en bibliotecas?: abordaje terminológico. Asociación de Bibliotecarios de Córdoba (ABC). *In*: **V Encuentro de Bibliotecarios de la Provincia de Córdoba “Experiencias para aprender, compartir y multiplicar**. Villa Carlos Paz, Argentina, 2011.

DUQUE CARDONA, N. y MAZÓN ZULETA, V. Bibliotecas y desigualdad social: Explorando el estado del arte. **Anales de Documentación**, v. 21, n.1, 2018,. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.6018/analesdoc.21.1.289021>>. Acesso em: julho de 2018.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, V.31, N.1, jan./abr., 2016.

EVANS, G. Edward. **Developing library and information center collections**. 4. Ed. Englewood: Colorado: Libraries Unlimited Inc, 2000.

EVANS, G.Edward; MARGARET R. Zarnosky. **Developing library and information center collections**. 5. ed.. Englewood, CO.: Libraries Unlimited, 2005.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.18-30, out./dez. 2014.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Desenvolvimento e avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Novas tecnologias: impactos sobre a formação de coleções. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 245-254, jul./dez. 1996.

FLUSSER, Victor. A biblioteca como um instrumento de ação cultural. **Revista da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 139-284, set. 1983.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. (Campo Teórico)

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 19. ed. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Las industrias culturales y el desarrollo de México**. Tres cantos, Espanha: Editora Siglo XXI, 2006.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009, 198p.

GOMES, Carlos Magno. Leitura e estudos culturais. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, n.16, 2010.

GOMES, Sonia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na Primeira República**. São Paulo: Pioneira, 1983. 101 p. (Manuais de estudo).

GÓNZALEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Dos estudos sociais da informação aos estudos do social desde o ponto de vista da informação. *In*: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da ciência da informação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2011. p. 29-48.

GONZÁLEZ STEPHAN, Beatriz. Economías fundacionales. Diseño del cuerpo ciudadano. *In*: GONZÁLEZ STEPHAN, B. (comp.) **Cultura y Tercer Mund**: Nuevas identidades y ciudadanías, 1996. (Caracas: Nueva Sociedad)

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2008.

GROSGUÉL, Ramón. Racismo/sexismo epistémico, universidades occidentalizadas y los cuatro genocidios/epistemicidios del largo siglo XVI. **TabulaRasa**. Bogotá - Colombia, No.19: 31-58, julio-diciembre, 2013.

HALL, Stuart, A centralidade da cultura. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, n. 22, v. 2, jul.-dez. 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. A questão multicultural. *In*: **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p.49-94.

IFLA. **Comunidades multiculturales**: directrices para el servicio bibliotecario. 2. ed. .1998. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s32/pub/guide-s.htm>> Acesso em: 16 jun. 2017.

IFLA. **Manifiesto IFLA por la Biblioteca Multicultural**. 2008. Disponível em:< <http://www.ifla.org/VII/s32/pub/MulticulturalLibraryManifiesto-es.pdf>> Acesso em: 16 jun. 2017.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retrato da leitura no Brasil**. 4. ed. Brasília, DF: Instituto Pró-livro, 2016. Disponível em: < http://prolivro.org.br/home/images/2016/Pesquisa_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_-_2015.pdf> Acesso em: 23 ago. 2018.

JARAMILLO, Orlanda. Un acercamiento, desde la pedagogía crítica, a la biblioteca pública como espacio para la formación ciudadana. **Uni-pluri/versidad**, v.8, n.1, p.1-9, 2008.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mónica. Revisión conceptual de la biblioteca pública. **Rev. Interam. Bibliot.** Medellín, v.23, n.1-2, p.13-56, enero/diciembre, 2000.

JARAMILLO, Orlanda; MONTOYA RÍOS, Mônica; URIBE TIRADO, Alejandro. **La biblioteca pública y su gestión: en el contexto de la sociedade de la información**. Buenos Aires: Alfagrama, 2008.

JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHULMAN, Norma. **O que é, afinal, Estudos Culturais?**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, 236p.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **Bibliotecas Públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**. São Paulo: Interciência, 2011.

LEITÃO, Bárbara Júlia. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**: uma reflexão. São Paulo, 2010. 228f.

LIMA, Luciana P. B.; ORTELLADO, Pablo; SOUZA, Valmir de. O que são políticas culturais? Uma revisão crítica das modalidades de atuação do estado no campo da cultura. *In*: IV Seminário Internacional de Políticas Culturais. **Anais...**Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2013.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 94-111, 2010. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307/45978>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MACIEL, A.C.; MENDONÇA, M.A.R. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. *In*: CASTRO-GOMEZ, Santiago & GROSGUÉL, Ramon (coords.) **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Nosotros habíamos hecho estudios culturales mucho antes de que esta etiqueta apareciera. Entrevista a Jesús Martín-Barbero. **Dissens**, n. 3, p. 47-53, 1996.

MATA MACHADO, Bernardo. Os direitos culturais na Constituição brasileira: uma análise conceitual e política. *In*: CALABRE, Lia. **Políticas culturais**: teoria e práxis. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. 145 p.

MENEZES TELLO, F. El paradigma multicultural de la biblioteca pública. **Infohome**, 2010. Disponível em:< http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=561> Acesso em: 16 jun. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistémica: a opção descolonial e o significado de identidade em política, **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê**: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. “Os esplendores e as misérias da ‘ciência’: Colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica”. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: Um discurso sobre as ciências’** revistado. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

MIGNOLO, Walter. Postoccidentalismo: el argumento desde America Latina. *In*: CASTRO-GOMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). **Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate**. Mexico: Miguel Angel Porrúa, 1998.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p. 116.

MILANESI, Luis. **O que é Biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MOSHER, P. H. Collection evaluation in research libraries: the search for quality, consistency, and system in collection development. **Library Resources & Technical Services**, v.23, n.1, p.16 - 32, Winter, 1979.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O diabo nas bibliotecas comunistas: repressão e censura no Brasil dos anos 1930. *In*: **COLÓQUIO INTERNACIONAL. POLÍTICA, NAÇÃO E EDIÇÃO. BRASIL, EUROPA E AMÉRICAS NOS SÉCULOS XVIII-XX: O LUGAR DOS IMPRESSOS NA CONSTRUÇÃO DA VIDA POLÍTICA**. Auditório Sônia Viegas – FAFICH / UFMG, 07, 08 e 09 de abril de 2003. Caderno de Resumos.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **R. Esc. Biblioteconomia UFMG**, Belo Horizonte, v.13, n. 1, p.7-54, mar. 1984.

Negrete Gutiérrez, María del Carmen. **La selección de materiales documentales en el desarrollo de colecciones**. México: UNAM. CUIB. ,1988.

NIVON, Eduardo. As políticas culturais e os novos desafios. O patrimônio imaterial na estruturação das novas políticas culturais. *In*: CALABRE, Lia. **Políticas culturais: teoria e práxis**. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011. 145 p.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca fora do tempo: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989**. 1994. Tese (doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORERA, Luisa. Desarrollo y gestión de colecciones y recursos informativos. *In*: Luisa Orera (Ed.). **La biblioteca universitaria**. Madrid: Síntesis, 2005 p. 258-271.

ORERA, Luisa; HERNÁNDEZ PACHECO, Federico. El desarrollo de colecciones en bibliotecas públicas. Fundamentos teóricos. **Investigación Bibliotecológica: archivonomía, bibliotecología e información**, [S.l.], v. 31, n. 71, p. 235-270, mar. 2017. ISSN 2448-8321. Disponível em: <<http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/57818>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio**. Campinas: UNICAMP, 1997

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ORLANDI, E. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2007.

OROZCO AGUIRRE, Aurelia. **Desarrollo de colecciones I**: guía de lecturas. México: SEP, ENBA, 1998. p. 32-35.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Bibliotecas públicas**: políticas do estado brasileiro de 1990 a 2006. 2008. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte.

PERROTTI, E. **Confinamento cultural, infância e leitura**. São Paulo, Summus, 1990.

PIERRAT, Emmanuel. Les forms actuelles de censure. **Dossier: censure et bibliothèques publiques**. Liège, n. 161, p. 22-26, 2009. Entrevista concedida a Florence Richter. Disponível em: < [www.bibliotheques.be/library/documents/Publications/Dossier%20161%20censure\(4\).pdf](http://www.bibliotheques.be/library/documents/Publications/Dossier%20161%20censure(4).pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2018.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidad del poder y clasificacion social”. **Journal of world-systems research**, v. 11, n. 2, p. 342-386, 2000.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidad y modernidad-racionalidad**, 2005. Disponível em:<<http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>>. Acesso em: 15 mar. 2018.

RAGIN, Charles C. **La construcción de la investigación social, Introducción a los métodos, y a su diversidad**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad de los Andes, 2007

REGOS VARELA, X. A. Programa de gestión y desarrollo de colecciones en una biblioteca universitaria, aportaciones a su definición y metodología I. **Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios**, n.57, p.57-78, 1999.

RENDÓN GIRALDO, ELENA. Los estudios de comunidad en bibliotecas públicas. **Información, producción, comunicación y servicios**, Año 8, No. 35, p.9, Otoño, 1998.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. **Ci. Inf.**, vol.35, n.3, pp.183-193, 2006.

RUBIM, Albino; BARBALHO, A. (orgs.). **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUBIM, Albino; FERNANDES, Taiane; RUBIM, Iuri (orgs.). **Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura**. Salvador: EDUFBA, 2010. 400 p. (Coleção cult)

SÁNCHEZ VIGNAU, Bárbara Susana; ALFONSO ESPINOSA, Leidy; GUERRA SANTANA, Yadira. Tecnologías, comunicación y desarrollo de colecciones. **Ciencias de la Información**, V. 39, N.1, abril, 2008.

SAVIANI, Dermeval. A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA, AS LUTAS DE CLASSE E A EDUCAÇÃO ESCOLAR. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 25-46, dez. 2013.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. **Biblioteca pública, identidade e enraizamento [manuscrito]**: elaborações intersubjetivas ancoradas em torno da Luiz de Bessa. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação - 2014. 253 f.

SMIERS, Joost. Diversidade cultural como um conceito político: oportunidade e falha. (... e ainda alguma esperança se você desglobalizar um pouco). In: MIGUEZ, Paulo, BARROS, José Márcio, KAUARK, Giuliana (orgs.). **Dimensões e desafios políticos para a diversidade cultural**. Salvador: EDUFBA, 2014. p. 125-145.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

SUAIDEN, Emir J. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000.

SUAIDEN, Emir J. **Biblioteca pública e informação à comunidade**. São Paulo: Global, 1995. 112 p.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972. Disponível em < <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em: 18 jul.2018.

UNESCO. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1949. Disponível em < https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.htm> Acesso em: 18 jul.2018.

UNESCO. **Convenção sobre a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Paris, 2005. Disponível em < <http://www.ibermuseus.org/wp-content/uploads/2014/07/convencao-sobre-a-diversidade-das-expressoes-culturais-unesco-2005.pdf>> Acesso em: 18 jul.2018.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris, 2001. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>> Acesso em: 18 jul.2018.

UNESCO. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. 1994. Disponível em < <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>>. Acesso em: 18 jul.2018.

UNESCO. **Manifesto IFLA / UNESCO por la Biblioteca multicultural**. 2006. Disponível em: < https://www.ifla.org/files/assets/library-services-to-multicultural-populations/publications/multicultural_library_manifesto-es.pdf>. Acesso em: 18 jul.2018.

UNESCO. **Orientação da IFLA/UNESCO Para o Desenvolvimento de Serviços de Bibliotecas Públicas**. 2001. Disponível em: < <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/series/147-pt.pdf>> Acesso em: 12 jul. 2018.

VERGUEIRO, W. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis, 1989.

VERGUEIRO, W. **Seleção de materiais de informação**. 3.ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2010.

VERGUEIRO, Waldomiro. Censura e seleção de materiais em bibliotecas: o despreparo dos bibliotecários. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 16, n.1, p. 21-26, 1987.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa. In.: ABREU, Márcia. (org.) **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo. FAPESP, Mercado Letras, 2002.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político- epistémicas de refundar el Estado. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, n.9, p.131-152, jul/dez., 2008. Disponível em< <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a09.pdf>>. Acesso em: 16 abr. de 2018.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos, **TransInformação**, Campinas, v.24, n.3, p.179-190, set./dez., 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. Trad. de Sandra Gardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007.

ANEXO A - Tabela de leis, decretos e portarias municipais

DOCUMENTO / TIPO	CONTEÚDO	TERMO DE BUSCA/ FONTE
DECRETO Nº 64, DE 7 DE MARÇO DE 1930	REGULAMENTA A BIBLIOTECA DE BELLO HORIZONTE	BIBLIOTECA PÚBLICA
LEI Nº 1054, DE 7 DE	AMPLIA, REESTRUTURA E INCORPORA A BIBLIOTECA PÚBLICA	BIBLIOTECA PÚBLICA

NOVEMBRO AO IMACO E CONTÉM OUTRAS
DE 1963 PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº DETERMINA A VERIFICAÇÃO DOS BIBLIOTECA PÚBLICA
135, DE 21 DE LIVROS EXISTENTES NA BIBLIOTECA
OUTUBRO DE PÚBLICA
1937

(REVOGADO
PELA LEI
Nº 6370/1993)

LEI CRIA A BIBLIOTECA PÚBLICA BIBLIOTECA PÚBLICA
ORDINÁRIA INFANTO-JUVENIL E DÁ OUTRAS
27466 DE PROVIDÊNCIAS
1977 -

PROJETO DA PLANEJAMENTO DA BIBLIOTECA BIBLIOTECA PÚBLICA
BIBLIOTECA PÚBLICA INFANTIL E JUVENIL
PÚBLICA
INFANTIL E
JUVENIL DE
BELO
HORIZONTE
DE 1991

LEI DISPÕE SOBRE INCENTIVO À BIBLIOTECA PÚBLICA
ORDINÁRIA DIVULGAÇÃO DE OBRA LITERÁRIA DE
8.666 DE 21 D AUTORES BELOHORIZONTINOS
OUTUBRO DE SOBRE FORMAÇÃO DO ACERVO
2003.

LEI INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO LIVRO E LEITURA
ORDINÁRIA LIVRO E O DIA MUNICIPAL DA
DE 10116 DE LEITURA DE BELO HORIZONTE
2011

LEI DISPÕE SOBRE A POLÍTICA BIBLIOTECA PÚBLICA,
ORDINÁRIA MUNICIPAL DE FOMENTO À CULTURA LIVRO E LEITURA
11 010 DE
2016

PORTARIA FMC Nº 10 DE 02 DE JULHO DE 2007	INSTITUI A COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DA AÇÃO BIBLIOTECÁRIA E DESIGNA OS SEUS RESPECTIVOS MEMBROS.	BIBLIOTECAS
INSTRUÇÃO NORMATIVA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA Nº 01 DE 03 DE MARÇO DE 2009	DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA AÇÃO BIBLIOTECÁRIA DA FUNDAÇÃO	LEITURA
LEI ORDINÁRIA 10.116 DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011	INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DO LIVRO E O DIA MUNICIPAL DA LEITURA DE BELO HORIZONTE	LIVRO E LEITURA
PORTARIA FMC 0006 DE 21 DE JANEIRO DE 2014	DESIGNA COMISSÃO DE SELEÇÃO D ACERVO	BIBLIOTECAS PÚBLICAS
LEI 10854 DE 16 DE OUTUBRO DE 2015	INSTITUI O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA	BIBLIOTECAS PÚBLICAS
PORTARIA FMC Nº 44 DE 2017	DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ACERVO BIBLIOGRÁFICO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS INCULADAS À FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA	BIBLIOTECAS PÚBLICAS
PROJETO DE LEI 412 DE 10 DE OUTUBRO DE 2017	INSTITUIRIA O PLANO MUNICIPAL DA LEITURA	LEITURA, LIVRO, BIBLIOTECAS PÚBLICAS

PORTARIA DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO BIBLIOTECAS PÚBLICAS
 FMC Nº 024 DE SELEÇÃO DO ACERVO DE
 DE 2018 REFERÊNCIA DA BIBLIOTECA
 PÚBLICA INFANTIL E JUVENIL

Fonte: Elaborado pelas autoras.

ANEXO B- Tabela de projetos que se referem ao Desenvolvimento de Coleções

ANO	PROJETO/EVENTO	TRECHOS DAS REPORTAGENS
2006	PROJETO SEMPRE UM PAPO	Associação sempre um papo firmou ontem um convênio de cooperação para o projeto "biblioteca sempre um papo", que prevê a doação de 10 mil livros para as bibliotecas comunitárias de belo horizonte.
2009	ARRECADÇÃO DE DOAÇÕES	Campanha arrecada 1800 livros para os centros culturais do barreiro, o via shopping

		Barreiro realizou durante o mês de abril a campanha de arrecadação de livros destinados à ampliação e diversificação dos acervos das bibliotecas dos centros culturais Lindéia Regina, Urucuia e Vila Santa Rita.
2009	MAIS CULTURA	Centro Cultural Jardim Guanabara 1000 livros
2010, 2011, 2012	BELO HORIZONTE, CIDADE LEITORA	Prefeitura, por meio da FMC, realizou ontem a entrega de novos livros às bibliotecas municipais e comunitárias, evento que integra o projeto belo horizonte, cidade leitora. cidade leitora, que já está em seu terceiro ano e, desde 2010, já adquiriu um total de 25 mil livros.
2015, 2017	PROJETO “LER EM FAMÍLIA”	R\$ 200 mil, oriundos do fundo municipal para criança e adolescente

Fonte: Elaborado pelas autoras.